



**PROFHISTÓRIA**

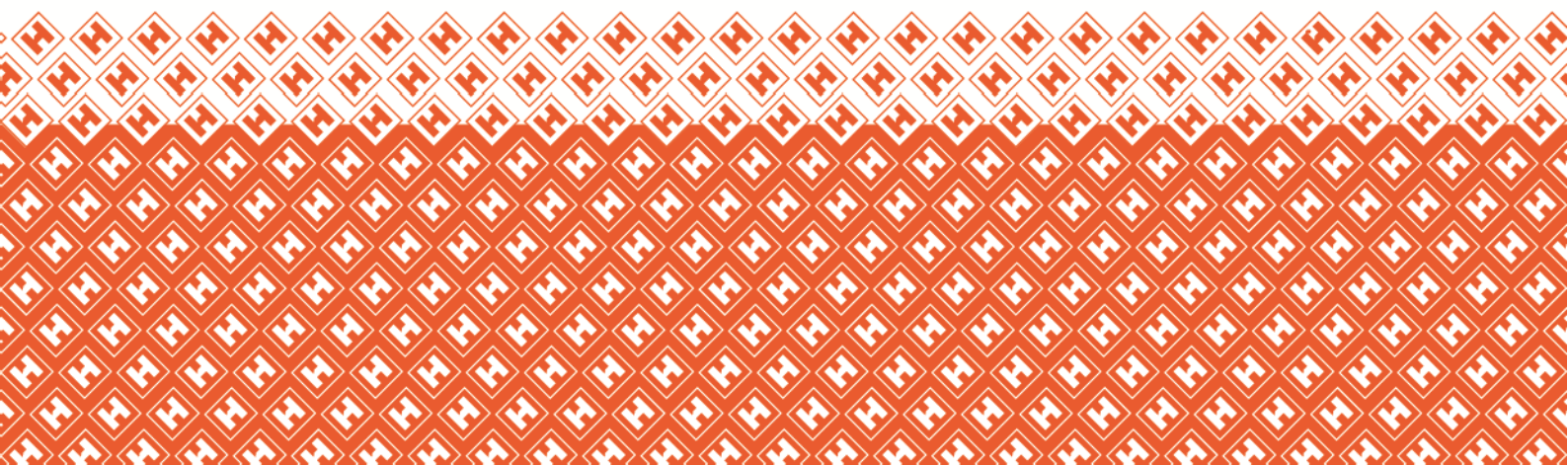
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

---

CINTHIA DE ALMEIDA RODRIGUES

# Um olhar para o Brasil Imperial com o Museu Imperial

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
OUTUBRO / 2022



CINTHIA DE ALMEIDA RODRIGUES

Um olhar para o Brasil Imperial com o Museu Imperial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Ensino de História – da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Helena Versiani

NITERÓI  
2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

R696o Rodrigues, Cinthia de Almeida  
Um olhar para o Brasil Imperial com o Museu Imperial /  
Cinthia de Almeida Rodrigues. - 2022.  
174 f.: il.

Orientador: Maria Helena Versiani.  
Dissertação (mestrado profissional)-Universidade Federal  
Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2022.

1. Produção de conhecimento histórico. 2. Ensino de  
História. 3. Museu Imperial. 4. Brasil Império. 5.  
Produção intelectual. I. Versiani, Maria Helena, orientador.  
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.  
III. Título.

CDD - XXX

BANCA EXAMINADORA:

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Helena Versiani

---

Prof. Dr. Paulo Knauss

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Luce Girão Soares de Lima

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Laurinda Rosa Maciel

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me presenteado com esta experiência maravilhosa de cursar o Mestrado.

Esta dissertação é fruto de muito estudo, esforço e empenho. Apesar da escrita ser solitária, ela só foi possível graças ao conhecimento de tantos que me precederam e muito me ensinaram em cada leitura, em cada orientação e em cada aula.

À minha orientadora Maria Helena Versiani, que aceitou o desafio de me orientar e tornou todo o processo de aprendizagem e escrita um momento agradável e gentil, sempre me apoiando e incentivando nesta jornada. A ela agradeço por todas as minuciosas leituras, ponderações e contribuições em cada fase desta pesquisa.

Aos professores Paulo Knauss e Ana Luce Girão que contribuíram sabiamente na banca de qualificação com ideias valiosas para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos professores do ProfHistória com quem tive a oportunidade de aprender tanto.

Aos colegas da turma 2020, que, apesar de atravessados por uma pandemia que impediu o contato físico, seguimos compartilhando angústias e incentivo.

Aos diretores do Colégio Estadual Agostinho Porto, Jorge Rodrigues, Quezia de Oliveira e Wagner Gonçalves, por todo apoio e suporte necessário para a aplicação da pesquisa.

Aos alunos do segundo ano do Ensino Médio do CEAP que participaram com muito entusiasmo de todas as propostas e discussões.

Por último, mas não menos importante, nada disso poderia ter acontecido sem minha família. Agradeço à minha mãe Deni, meu esposo Márcio e meu filho Davi pela paciência e por entenderem minhas ausências. Esta dissertação é resultado do amor e incentivo incondicionais que vocês sempre me ofereceram.

## RESUMO

Esta dissertação ambiciona realizar uma reflexão sobre o Império do Brasil em diálogo com uma turma do Ensino Médio. Junto a uma pesquisa bibliográfica, que buscou uma combinação de leituras e abordagens para iluminar uma análise histórica sobre aspectos da vida social do Brasil Imperial, incorporou também uma observação crítica da narrativa memorial sobre o Império brasileiro que ganha destaque na exposição de longa duração do Museu Imperial. O desafio foi construir conhecimento sobre o Brasil Imperial a partir de uma análise histórica que se beneficiou da principal exposição do Museu Imperial.

A presente pesquisa insere-se no campo das inter-relações entre Produção de conhecimento histórico, Ensino de História e Museus, tão valiosas à aprendizagem ao proporcionar a interação com outras possibilidades de estímulo à produção de conhecimento histórico, indo além dos referenciais presentes no cotidiano escolar.

O Museu Imperial opera com formas memoriais de reconhecimento da sociedade imperial brasileira, contribuindo para a compreensão do Império brasileiro e possibilitando uma problematização daquilo que se distingue hoje com valor de memória nacional.

A presente análise histórica sobre a vida social no Brasil Imperial resultou também na elaboração de um produto pedagógico, na forma de um podcast a partir da leitura de trechos da dissertação contando com a participação de alguns alunos de uma turma de 2º ano do Ensino Médio para a qual leciono História.

**Palavras-chave:** Produção de conhecimento histórico; Ensino de História; Museu Imperial; Brasil Império.

## ABSTRACT

This dissertation aims to reflect on the Empire of Brazil in dialogue with a high school class. Along with a bibliographical research, which sought a combination of readings and approaches to illuminate a historical analysis on aspects of the social life of Imperial Brazil, it also incorporated a critical observation of the memorial narrative about the Brazilian Empire that is highlighted in the long-term exhibition of the Museum Imperial. The challenge was to build knowledge about Imperial Brazil from a historical analysis that benefited from the main exhibition at the Imperial Museum.

The present research is part of the field of interrelationships between Production of historical knowledge, Teaching of History and Museums, so valuable to learning by providing interaction with other possibilities to stimulate the production of historical knowledge, going beyond the references present in everyday life. school.

The Imperial Museum operates with memorial forms of recognition of Brazilian imperial society, contributing to the understanding of the Brazilian Empire and enabling a problematization of what is distinguished today with the value of national memory.

The present historical analysis of social life in Imperial Brazil also resulted in the development of a pedagogical product, in the form of a podcast, based on the reading of excerpts from the dissertation, with the participation of some students from a second year high school class to which I teach History.

**Keywords:** Production of historical knowledge; History Teaching; Imperial Museum; Brazil Empire.

## SUMÁRIO

Introdução .....	8
1- O Brasil Imperial .....	25
1.1- Antecedentes.....	25
1.2. Da Independência à República.....	27
2- No meio dos caminhos tinha um Palácio de Verão.....	40
2.1- As residências da Monarquia no Brasil .....	40
2.2- Subindo a Serra: O Recôncavo da Guanabara, caminhos novos e a Fazenda do Córrego Seco.....	42
2.3- O plano de construção da cidade e do Palácio de Verão .....	48
2.4- Nascem a cidade e o Palácio de Petrópolis.....	57
2.5- A construção de ferrovias e a Estrada União Indústria. ....	59
2.6- A Petrópolis Republicana .....	67
2.7- Considerações Finais .....	70
3- O Museu Imperial .....	74
3.1- A criação do Museu Imperial .....	74
3.2- Organização do Museu e aquisição de acervos .....	79
3.3- Conhecendo o Museu Imperial.....	86
3.4- O acervo de maior destaque do Museu Imperial .....	93
3.5- Considerações finais .....	108
4- Construção do Produto Pedagógico .....	114
4.1- Primeiros passos .....	114
4.2- Momentos da visita.....	117
4.3- A produção do podcast .....	122
4.4- Podcast: Um olhar para o Brasil Imperial com o Museu Imperial .....	124
Conclusão: .....	135
Referências .....	164

# Introdução

## I.

Com a presente pesquisa, desenvolvida no Mestrado Profissional do ProfHistória UFF, intento trabalhar no campo das inter-relações entre Produção de conhecimento, Ensino de História e Museus e em seu domínio elaborar um produto pedagógico. Meu objeto de pesquisa é desenvolver uma análise histórica sobre os aspectos da vida social do Brasil Imperial incorporando a esta análise a observação da exposição de longa duração do Museu Imperial, em diálogo com uma turma de alunos do Ensino Médio. O Museu Imperial é percebido como um espaço privilegiado para o estudo da História do Brasil Imperial, no século XIX. A análise deverá focar, entre outros, um conjunto de objetos distintivos da Corte Imperial expostos com grande destaque na instituição desde a sua criação – tais como a coroa de D. Pedro II, o traje majestático e o trono – a partir de toda uma ambientação que, nas palavras de Lilia Moritz Schwarcz, “fazia parte do cenário que espelhava a grandeza dos imperadores para seus súditos”. (SCHWARCZ,1998, p. 236).

A proposta dessa pesquisa surgiu a partir da minha experiência em sala de aula. Leciono História em uma escola estadual de São João de Meriti, na Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Nasci e cresci em São João de Meriti, bem como a grande maioria dos meus alunos. A cidade é marcada por alta densidade demográfica<sup>1</sup> e, assim como outros municípios da região, por grandes problemas sociais<sup>2</sup>. Em minha experiência como professora no Colégio Estadual Agostinho Porto, observei, a partir de conversas em aula, que é muito reduzido o hábito de visitação a museus e espaços culturais entre os alunos. Muitos inclusive relataram nunca terem tido a oportunidade de conhecer algum museu.

A partir dessa constatação e almejando uma intervenção para enriquecimento e fortalecimento do processo da aprendizagem em sala de aula, considereirei que meu projeto

---

<sup>1</sup> De acordo com dados do IBGE, para o ano de 2020, São João de Meriti já era o quarto município mais populoso entre os 13 municípios da Baixada Fluminense, com 472.906 habitantes. Os demais municípios apresentavam a seguinte densidade demográfica: Duque de Caxias possuía, naquele ano, 924.624 habitantes; Nova Iguaçu, 823.302; Belford Roxo, 513.118; Magé, 246.433; Mesquita, 176.569; Nilópolis, 162.693; Queimados, 151.335; Itaguaí, 134.819; Japeri, 105.548; Seropédica, 83.092; Guapimirim, 56.515 e Paracambi, 52.683 habitantes. <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>> (acesso em 27/5/2021).

<sup>2</sup> Sucinta análise dos problemas sociais vivenciados na Baixada Fluminense pode ser encontrada, por exemplo, em: OSORIO; VERSIANI; REIS, 2016.

de estudo se dedicaria a conectar Produção de conhecimento histórico, Ensino de História e Museus. O ano de escolaridade a ser trabalhado será o segundo ano do Ensino Médio, e a escolha por incorporar a exposição de longa duração do Museu Imperial à produção de uma análise histórica sobre o período imperial brasileiro está vinculada ao conteúdo curricular de História deste ano: Brasil Império. Confio que a narrativa memorial da exposição de longa duração do Museu Imperial contribuirá para a problematização do império brasileiro e reflexão sobre questões sociais e políticas dessa sociedade oitocentista.

Em síntese, trata-se do esforço de desenvolver uma análise e ação pedagógica incorporando uma observação crítica de um acervo preservado e exposto no Museu Imperial de Petrópolis, visando a potencializar a abordagem de aspectos da vida social do Brasil Império. Percorrer o possível e intenso diálogo entre Produção de conhecimento histórico, Ensino de História e Museus coloca-se, neste projeto, como um vetor particularmente substancial também para a discussão a partir de questões relacionadas à construção de memórias e de representações simbólicas.

A decisão de constituir um acervo de museu envolve interesses diversos, escolhas e a afirmação de valores sociais. No caso em estudo, envolve algum entendimento sobre o que deve ser preservado do período imperial brasileiro. São questões, portanto, que, incorporadas como objeto da ação pedagógica, podem estimular o desenvolvimento do senso crítico dos alunos no tocante, não só aos aspectos institucionalmente valorizados (ou não), no Museu Imperial, acerca da História do Brasil Imperial, mas também no tocante à questão da construção de representações simbólicas excludentes ou inclusivas e do direito à memória.

A hipótese, neste projeto, é que tal abordagem é promissora como forma de apresentar e problematizar o conteúdo curricular, posto que opera com o que é valorizado como acervo de museu em um museu atento à preservação de determinada memória do Brasil Imperial. Ou seja, opera com formas de reconhecimento da sociedade imperial brasileira, possibilitando a problematização daquilo que se distingue hoje com valor de memória nacional. Dentro desse propósito o Museu Imperial se torna um “espaço de choque e negociação cultural, articulando a imagem e a ausência”<sup>3</sup> (aquilo e aqueles que são esquecidos no domínio da representação simbólica). Um espaço que possibilita aos

---

<sup>3</sup> Tal dimensão é proposta por BARBERO, 1999, apud COSTA, 2008, p. 237.

visitantes uma leitura do Brasil oitocentista e do mundo que os rodeia, a partir de uma apropriação crítica do acervo preservado e exposto na instituição.

Investigações prévias acerca do meu objeto de estudo, realizadas para a estruturação desta pesquisa, confirmam que o Museu Imperial de Petrópolis nos oferece elementos para rememorar o tempo pretérito do Império. O Museu foi criado no contexto da implementação de políticas culturais pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, como ação associada ao interesse político do então presidente que objetivava o fortalecimento e afirmação de uma nação dirigida por um governo centralizador e autoritário. O museu “monarquista” refletia tal ensejo, ao celebrar a Corte e particularmente D. Pedro II, reconhecido como autoridade de pulso forte e centralizador.<sup>4</sup>

Um museu constantemente associado à figura de D. Pedro II, pelo reconhecido afeto que o imperador nutria pelo Palácio, no qual passava longas e regulares temporadas. A ênfase na construção de vínculos afetivos entre o museu e seu prédio, entre este e a cidade, entre Petrópolis e Pedro II, contribui para a projeção do Museu Imperial e de seu entorno como um espaço de rememoração do passado imperial focado privilegiadamente na presença da Corte.

Para além do fascínio que a exposição de objetos como a coroa de D. Pedro II e o traje majestático provocam nos visitantes até hoje, o Museu ainda está situado em uma casa histórica, o que lhe confere importante poder evocativo. Ou seja, o Museu constrói narrativas sobre o Império brasileiro a partir de um local em que a própria corte imperial viveu. Ademais, o prédio está localizado em uma cidade que guarda outras referências e edificações do Brasil Imperial, incluindo outros palácios que também serviram como antigas residências de personalidades públicas. Algumas dessas edificações foram objeto de investimentos da Família Imperial, do que é exemplo a Catedral São Pedro de Alcântara.

Na organização dos espaços internos do Museu a intenção original não foi a reconstituição fidedigna do palácio como nos tempos do imperador, mas perpetuar determinados valores e sentimentos associados ao passado imperial, uma vez que se optou por incorporar objetos que, mesmo sendo de outros palácios e residências, estivessem em bom estado de conservação e proporcionassem certa aura régia ao ambiente da casa. Embora tais objetos invariavelmente sejam expostos a partir da proposição de determinada narrativa museal, é plausível desenvolver formas de apurar o olhar dos

---

<sup>4</sup> O assunto é desenvolvido no capítulo 3.

alunos para uma interação ativa com o acervo exposto, estimulando percepções reflexivas e críticas sobre as relações entre a história do Brasil imperial estudada em sala de aula e a memória do Brasil imperial produzida na exposição do Museu Imperial.

## II.

O conhecimento histórico é fecundo em fornecer referenciais para uma compreensão do mundo como realidade complexa, marcada pela diversidade temporal, cultural e de interesses políticos, compassada no contínuo de mudanças e permanências. É, por isso, instrumental no desafio de superar sentidos comuns.

Porém, para que abra caminhos para análises críticas do mundo, o ensino de História deve estimular a escuta e o diálogo, que semeia o desenvolvimento da razão crítica, ultrapassando a simples enunciação de fatos ocorridos – aspecto bem desenvolvido a partir da pedagogia do diálogo proposta por Paulo Freire (1987).

Freire argumenta que, para bem alicerçar o ensino escolar e a aprendizagem dos alunos, o objetivo da escola deve ser ensinar o aluno a “ler o mundo” para poder transformá-lo. Critica a prática de uma educação impositiva, não dialógica, “em que os educandos são os depositários e o educador o depositante”. Esta concepção de educação, pautada em discursos professorais que se pretendem inquestionáveis e na recepção passiva dos alunos, a partir de exercícios de memorização e repetição, foi chamada por Freire de “educação bancária”, no sentido de uma educação que remete ao ato de depositar, transferir, transmitir valores e conhecimentos para receptores passivos. Na visão de Freire, essa é uma forma de ensino distorcida por não estimular o diálogo, a criatividade, a consciência social transformadora e o saber partilhado. Ele diz: “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo e com os outros”. (FREIRE, 1987, p. 37 e 38)

Freire advoga por uma educação em que o saber é construído coletivamente, através do diálogo, resultando no desenvolvimento de consciência crítica, na auto percepção do aluno enquanto sujeito e em sua inserção no mundo como agente transformador. Uma educação a serviço da liberdade<sup>5</sup>, em que o educador pense a sua prática pedagógica através de processos educativos problematizadores, reflexivos e dialógicos. Como resultado, os alunos desenvolvem o seu poder de captação e de

---

<sup>5</sup> Um dos livros de Paulo Freire tem inclusive o título “Educação como prática da Liberdade” (FREIRE, 1967).

compreensão do mundo como uma realidade em transformação, em processo, em que eles têm papel ativo.

Assim, seguindo a perspectiva freiriana, importa-nos nesta dissertação especialmente compreender a boa relação entre conhecimento histórico, ensino de História e acervos de museus em exposição a partir da noção de educação problematizadora proposta por Paulo Freire (1987), baseada na criação de “problemas”, questões que provoquem reflexões entre professores e alunos, como via de superação de uma educação bancária. Entendemos que tal abordagem auxilia na percepção do ensino de História como espaço de discussão e construção coletiva de conhecimento.

Freire aponta que, na construção do conhecimento, o professor deve considerar a bagagem cultural dos alunos e compreender situações de seu cotidiano, já que estes possuem um léxico de experiências que utilizam no dia a dia. Entretanto cabe ao professor ir além deste conhecimento prévio, avançando no esforço de construir significados e conceitos que transcendam o senso comum, construindo conhecimento em sala de aula.

Nesse sentido, seguindo a intenção de estabelecer processos educativos dialógicos com o grupo de alunos para o qual leciono História, no Colégio Estadual Agostinho Porto, buscamos trazer, já no capítulo inicial desta dissertação, uma breve apresentação da unidade escolar e dos alunos diretamente envolvidos no projeto pedagógico aqui apresentado e que cursam o 2º ano do ensino médio do colégio.

A Escola Estadual Agostinho Porto foi criada em 21 de julho de 1971<sup>6</sup>, em São João de Meriti. Inicialmente a instituição atendia somente ao segundo segmento do ensino fundamental, sendo, a partir de 28 de maio de 2002<sup>7</sup>, elevada à categoria de Colégio Estadual Agostinho Porto-CEAP passando a atender também ao ensino médio.

O CEAP é o único colégio estadual do bairro Agostinho Porto, no município de São João de Meriti, e atende principalmente alunos oriundos desse bairro e adjacências, tais como os bairros de Éden, Vila Tiradentes e Coelho da Rocha.

Os professores do colégio são todos concursados e a gestão da instituição conta com três diretores: um diretor geral e dois adjuntos.

---

<sup>6</sup> A escola foi criada através do decreto nº 15.303 do governo do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>7</sup> A instituição de ensino tornou-se colégio através do decreto nº 31.321 do governo do Estado do Rio de Janeiro.



Colégio Estadual Agostinho Porto. Fotógrafo: Jorge Rodrigues

De acordo com documentação constante do arquivo corrente do colégio, neste ano de 2022 a instituição acolhe 702 alunos matriculados, divididos entre o ensino fundamental, com 10 turmas, ensino médio, com 8 turmas, e EJA, com 6 turmas. No período pandêmico, entre os anos de 2020 e 2021, somente os alunos que desistiram do processo de ensino remoto contabilizaram o índice de reprovação. Os demais foram aprovados, porém ingressando na modalidade de continuidade curricular. Nos anos anteriores à pandemia, de acordo com a secretaria escolar, o índice de reprovação foi entre 12% a 15% dos alunos, não sendo considerado um índice incomum para anos sem intercorrências graves.

A unidade não sofre com evasão escolar intensa, em larga medida devido ao trabalho de busca ativa desenvolvido pelo colégio, que tem a prática de entrar em contato

com a família do estudante que demonstra desinteresse no curso escolar, incentivando o seu retorno. Há 263 alunos matriculados no Ensino Médio, no ano de 2022, havendo apenas 8% de evasão.

Para uma apresentação dos alunos, organizamos uma roda de conversa, em sala de aula, em torno de algumas questões relativas à trajetória de vida e escolar dos alunos e professora.

Descobrimos que se trata de um grupo marcado por uma combinação de experiências similares e diversas. São 29 alunos com idade entre 16 e 17 anos, que relataram morar com os pais, em alguns casos só com um deles, ou com os avós. Quase todos possuem pai e mãe trabalhando, exercendo principalmente ofícios ligados ao setor terciário. A grande maioria sempre estudou somente em escolas públicas, embora uma minoria estudou em escolas particulares do município. Muitos deslocam-se a pé de casa para a escola, pela proximidade da escola com sua residência. Em menor escala, alguns moram em bairros adjacentes e usam o ônibus como transporte diário. Com exceção de três alunos, que contaram que exercem alguma atividade remunerada, respectivamente como cuidadora de criança, manicure e auxiliando o pai (não tendo sido especificado em qual atividade), todos os outros estudam sem obrigações profissionais. Poucos participam de algum tipo de curso, fora da escola, ou praticam esportes. A frequência em equipamentos culturais não é significativa, sendo que o mais praticado é irem eventualmente a cinemas. No grupo, mais que a metade nunca teve a oportunidade de ir a um museu. Alguns espaços visitados mencionados foram: Museu do Amanhã, Centro Cultural do Banco do Brasil-CCBB, Teatro Municipal, Museu Nacional e Espaço Cultural da Marinha. Dois alunos já visitaram o Museu Imperial com a família.

Muitos relataram não terem condições financeiras para dispensar tempo com a família e amigos em atividades de lazer, sendo a escola o principal espaço de sociabilidade. Foi notório o interesse em conhecer o Museu Imperial.

Podemos dizer que a proximidade com a escola é um benefício, que pode ser também considerado um fator para a boa frequência da turma. Os alunos demonstram gostar bastante da escola. Minha percepção nas aulas é a de ser uma turma tranquila, com poucos problemas disciplinares, podendo-se facilmente generalizar os alunos como jovens responsáveis, unidos e alegres na maior parte do tempo.

Quanto à professora de História, nasci e cresci em São João de Meriti, no bairro de Agostinho Porto, na vizinhança da escola que hoje leciono. Apesar de não ter estudado no CEAP, nesta escola estudaram muitas amigas de minha infância.

Ainda que recorde do meu interesse pela História desde as séries iniciais, o encanto pela disciplina começou no Ensino Médio, quando frequentei a Escola Técnica Estadual Juscelino Kubstichek. Nessa escola, concomitante ao Ensino Médio cursei o curso técnico em Turismo, que possuía na grade curricular diversas disciplinas de História e visitas técnicas a espaços culturais, principalmente museus. Antes dessa vivência do curso técnico, eu só havia visitado o Museu Imperial e o Museu Nacional com minha família. Considero que as visitas aos museus foram um importante recurso para conhecer diferentes passados e para o desenvolvimento de meu senso crítico.

Após a conclusão do Ensino Médio, eu não tinha dúvidas sobre cursar História na universidade. Cursei História na PUC-Rio. Recém-formada, iniciei minha carreira no magistério em escola particular e após três anos, em 2013 ingressei, por concurso, na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, atuando na mesma escola, o Colégio Estadual Agostinho Porto, até os dias atuais.

Felizmente, a vida tem me permitido tempos de lazer, incluindo visitas a museus e, como professora de História, observo que os museus são espaços de memória que nos ajudam a pensar a História. A partir da minha experiência de aprendizagem com museus acredito que eles podem potencializar o ensino de História, ultrapassando o ensino centrado no livro didático e no espaço escolar, proporcionando o contato com outras experiências culturais, além de ser muito importante para o desenvolvimento do senso crítico.

### III.

Antônio Flávio Moreira e Vera Maria Candau (2007) discutem o currículo escolar como um espaço de crítica cultural, de modo a contribuir para a compreensão da complexidade da vida social, com os seus conflitos, contradições e diferentes pontos de vista. Os autores afirmam:

A ideia é tornar o currículo um espaço de crítica cultural. Como fazê-lo? Um dos caminhos é abrir as portas, na escola, a diferentes manifestações da cultura popular, além das que compõem a chamada cultura erudita. (...) A intenção é que a cultura dos estudantes e da comunidade possa interagir com outras manifestações e outros espaços culturais como museus, exposições, centros culturais, música erudita, clássicos da literatura. (MOREIRA; CANDAU, 2007, p 41)

Em direção condizente, Paulo Knauss (2001) ressalta que a escola e a sala de aula são lugares de interiorização de normas disciplinadoras do cotidiano, em que o livro didático é um ponto de intercessão entre o professor e o aluno. O autor destaca a

necessidade de superar a “cadeia normatizadora do conhecimento”, como conhecimento pronto e centrado no livro didático, que torna alunos e professores sujeitos passivos, apenas reproduzindo as estruturas de pensamento dominantes de maneira acrítica, “confundindo o óbvio com o saber” (KNAUSS, 2001, p. 33).

Nessa perspectiva, o livro didático pode e deve interagir com outras possibilidades de produção de conhecimento presentes na sociedade, o que inclui a análise de documentos históricos, não só textuais, mas também iconográficos, e objetos de museus.

Tais ideias foram de grande inspiração na decisão de trabalharmos a produção de conhecimento histórico em articulação com o ensino de História do Brasil Imperial em sala de aula tecendo reflexões em torno da exposição de longa duração do Museu Imperial.

Selva Guimarães Fonseca e Marcos Silva (2007), concordam que a visita a museus pode dinamizar o ensino escolar. Segundo os autores, o conhecimento histórico ganha muito quando incorpora a cultura material em suas discussões, permitindo a compreensão de outras experiências sociais em diferentes temporalidades. Uma visita orientada a um lugar de exposição de acervos expressivos em relação aos temas tratados em aula, possibilita integrar o percurso didático do conhecimento histórico a evidências de cultura material.

Junto com as aulas, a identificação de leituras complementares, a organização de exposições e a realização de visitas a locais pertinentes a temas estudados são procedimentos de trabalho sempre interessantes, desde que articulados a um projeto de curso e um processo de entendimento das experiências históricas. (FONSECA; SILVA, 2007, p. 66)

Os autores também alertam que a articulação do trabalho do professor de História com outras instituições especializadas, incluindo museus, bibliotecas e arquivos, exige o esforço da análise crítica: “Essas unidades de pesquisa e divulgação não oferecem respostas prontas para as necessidades de cada grupo de alunos ou de cada professor, o diálogo com elas sempre requer o exercício do pensamento crítico e das opções interpretativas” (FONSECA; SILVA, 2007, p. 70). Ou seja, tais instituições devem ser percebidas como espaço provocativo de reflexões e não como depósito de verdades definitivas.

Museus históricos podem ser compreendidos como lugares de memória, conforme a noção de Pierre Nora (1993), pois são espaços destinados a preservação de uma determinada memória, organizada, selecionada e exposta segundo critérios específicos, e

desta forma repleta de intencionalidade. Este processo ocorre a partir da seleção de vestígios, de documentos diversos, que remontam ao tempo pretérito, tornando os testemunhos do passado em representação de memórias. De acordo com o autor, a função dos lugares de memória é “bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas” (NORA, 1993, p. 22).

Porém, estes lugares de memória produzem um recorte de um determinado tempo, a partir de uma determinada perspectiva, passível de ser ressignificada. Explica Pierre Nora: “Nesse sentido o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (NORA, 1993, p. 27).

A narrativa sobre o passado construída a partir de acervos expostos é uma fabricação do presente, elaborada a partir de interesses contemporâneos. As exposições de acervos constroem e iluminam memórias. Quem organiza exposições de acervos propõe maneiras de percebê-los, atribuindo valor ao conjunto pelo que representa, entretanto, como bem desenvolve Paulo Knauss e Marize Malta (2015), na obra “Objetos do olhar”, o observador recebe e interpreta o exposto, instruído também por sua própria subjetividade.

Desta forma diferentes maneiras de olhar preenchem o acervo com diferentes sentidos, pois apesar do acervo ser organizado e apresentado a partir de uma narrativa, que propõe atenção em determinados objetos e questões, o visitante irá se apropriar e atribuir sentidos aos acervos compreendendo-os a partir dos códigos culturais que ele próprio possui e de suas próprias experiências de vida, tornando-se assim, múltiplas as experiências com o mesmo acervo exposto. A partir disso o museu “vai além de um lugar de memória, sendo, também, lugar de criação e recriação de maneiras de perceber o mundo social” (VERSIANI, 2018, p. 72).

Em outras palavras, os museus apresentam uma perspectiva interpretativa dos objetos que expõem, que sempre poderá ser desconstruída por outro olhar. Todas as interpretações são construções narrativas impregnadas de subjetividade.

Assim, pensar em uma operação pedagógica no campo da produção de conhecimento e do ensino de História que articule uma exposição de acervos implica em enfatizar que ali ocorre a seleção de uma memória, mas não a verdade histórica – que não existe em termos universais – e que esta seleção se dá muitas vezes de maneira socialmente excludente, selecionando o que lembrar e o que esquecer e silenciando atores e experiências sociais de grupos subalternizados. Como ainda sugere Maria Helena

Versiani: “Não raro, a formação de um acervo ocorre como uma ação estratégica, movida com o intuito de espriar e fortalecer socialmente determinados sentidos, valores e memórias”. (VERSIANI, 2018, p. 70)

Acervos de museus são representações do mundo social que iluminam determinadas memórias sobre esse mundo. Os objetos que se transformam em acervos de museus tornam-se elementos de representação museológica, deixando de ser percebidos a partir de seu valor de uso. Ao serem incorporados como objetos preservados por uma instituição museológica, são percebidos com base em seu valor de representação, mobilizador de memórias associadas a determinadas experiências sociais. Ou seja, a partir dos acervos são sugeridos determinados entendimentos sobre a sociedade, que produzem determinadas memórias dessa sociedade.

Por exemplo, a partir dos acervos selecionados em uma exposição sobre o Império brasileiro, determinadas memórias sobre o Império brasileiro são valorizadas como representação do Império. Como dito por Versiani (2018), a constituição de um acervo pode inclusive operar como instrumento de luta no campo da memória, “como ação estratégica de memória, que opera sobre o que deve ser valorizado e acessado pelas gerações futuras”. (VERSIANI, 2018, p. 22)

Interessa-nos particularmente pensar que, como suportes de rememoração, os museus permitem ao visitante exercitar a sua capacidade de refletir a partir dos acervos expostos, observando-os como evidências, vestígios e fragmentos de uma realidade que podem nos ajudar a produzir uma análise sobre essa realidade. Favorecem também as reflexões em torno da construção de memórias e de representações simbólicas.

Como sugerem Mario Chagas e Cláudia Storino (2007), no artigo “Os museus são bons para pensar, sentir e agir”, parece-nos plausível dizer que os museus são mais do que elos com o passado, são espaços de pesquisa e produção de conhecimento no presente, espaços de projeção de futuros, de estímulo intelectual e criativo, da complexificação de lugares e fronteiras, de combinação e intercessão de temporalidades, espaços de memória e esquecimento, espaços de luta e construção de cidadania.

Os acervos de museus mantêm vivas as relações do presente com o passado e nos permitem saborear a diferença, conhecer as marcas de outros tempos, criando a consciência de que somos historicamente constituídos. Remetem a pertencas que passam de um tempo para outro tempo, de uma geração para outra geração, como uma herança. Referem-se a bens materiais e imateriais que possuem significado artístico, cultural, religioso, documental, estético, enfim, abrangendo todos os campos da vida em

sociedade. Podem nos tocar no visível, naquilo que está exposto diante dos nossos olhos, assim como nos tocar naquilo que não é mostrado, mas que, à luz da reflexão, nos faz compreender e pensar sobre o não dito ou não visto e vislumbrar um contexto mais amplo.

É dentro dessa perspectiva que nos interessou examinar o acervo exposto no Museu Imperial, supondo que seja valioso para uma compreensão histórica crítica de aspectos da sociedade que ele retrata, requerendo, entretanto, um trabalho de interpretação. Inclusive, como dito, mas que não é demais reafirmar, é preciso atentar para o fato de que a sociedade representada a partir dos objetos de museus em exposição nunca é somente o que está ali presente, representado.

Assim, intentamos desenvolver a presente pesquisa tendo em vista que os museus são espaços de memória e de esquecimento, são passíveis de elaborações subjetivas, que podem ser analisadas e ressignificadas.

Objetos preservados e expostos em museus podem ser contemplados, mas também interpretados historicamente. Embora tais objetos invariavelmente sejam expostos a partir da proposição de determinada narrativa museal, é plausível desenvolver formas de apurar o olhar dos alunos para uma interação ativa com o museu e suas exposições, estimulando percepções reflexivas e críticas.

Nesse sentido, uma importante contribuição é proposta por Jacques Le Goff (1996) na perspectiva de que nenhum documento analisado pelo historiador, tendo em vista a compreensão do passado histórico, constitui o passado, mas sim preserva algo do passado. O que é preservado – o documento preservado – possui intencionalidade, é construção sobre o passado, feita a partir de escolhas e intenções. Para o autor:

O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 1996, p. 535)

A partir de Le Goff e do que ele denominou de documento/monumento – afirmando que todo monumento pode ser percebido como documento e analisado historicamente –, os acervos dos museus também podem ser percebidos como documentos e analisados historicamente. “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de

forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1996, p. 545). Mas o documento/monumento não fala por si próprio. O historiador escolhe o documento para estudo, extrai dele dados acerca do passado, sempre em detrimento de outros dados ou documentos que poderiam ser estudados. A leitura dos documentos selecionados pelo historiador, tanto quanto a sua seleção de documentos, é influenciada por valores que são próprios à época que ele vivencia e por sua bagagem cultural, posto que o historiador é um sujeito histórico de seu tempo.

Mediante o exposto, a compreensão do documento em uma perspectiva pedagógica exige uma postura crítica. É preciso buscar outras e diversas fontes para sua interpretação e relativização enquanto instrumento de determinada verdade e configuração de poder.

Assim, deve-se analisar historicamente os acervos expostos em museus tendo em vista os sentidos de seu pertencimento a uma instituição museológica e os caminhos da sua escolha para compor uma exposição. Os acervos devem ser percebidos a partir do pensar e perscrutar a sua história, observando-se o que está presente e ausente em face do olhar curatorial do museu. Cabe ao professor de História discutir as narrativas propostas a partir das exposições museais, lançando luz sobre as relações entre os acervos e a sociedade em que eles foram produzidos e usados e inserindo esses acervos em seus contextos sociais de uso e de representação.

Cabe ainda observar que diferentes maneiras de descrever e situar os acervos implicam em diferentes ênfases e formas de preencher os acervos de sentidos.<sup>8</sup>

A esse respeito, Fonseca e Silva afirmam:

Quem vê uma coleção de adereços de homens ricos precisa levar em conta a existência de outros grupos humanos, pensar sobre o imediato do acervo e seus contrapontos possíveis: nem todo chapéu era como aqueles em exposição, nem toda cadeira era como aquelas apresentadas, a maior parte da população, no século XIX, jamais entrou em uma carruagem nem andou de liteira. Nesse sentido, como num filme, interessa tanto o que aparece na exposição quanto o extracampo, o que não é mostrado, mas continua importante para entender os significados daquilo que aparece. (FONSECA; SILVA, 2007, p. 81).

Nesse sentido, nossa intenção neste trabalho inclui discutir, junto a um grupo de alunos, sobre as representações presentes na exposição de longa duração do Museu Imperial em torno de aspectos da vida no Império Brasileiro, incorporando tal discussão às reflexões escolares sobre o Brasil Império.

---

<sup>8</sup> Ver VERSIANI, 2018.

## IV.

Francisco Régis Ramos (2004) discute sobre uma efetiva prática pedagógica escolar em articulação com os museus, a partir do que chama de “objeto gerador”. O autor nos apresenta uma metodologia segundo a qual o envolvimento entre o sujeito e o objeto de museu deve ser intermediado por atividades preparatórias em âmbito escolar, com o intuito de sensibilizar aquele que vai ver. Propõe que a visita ao museu deve começar na sala de aula, com atividades lúdicas que utilizem materiais do cotidiano, que sejam indícios de práticas que se fazem nas relações sociais. Para facilitar a percepção dos objetos expostos no museu, ele propõe partir de objetos de uso recorrente no tempo presente dos alunos, pois o próprio conhecimento do presente já pressupõe referências ao pretérito. Segundo o autor:

Conhecer o passado de modo crítico significa, antes de tudo, viver o presente como mudança, como algo que não era, que está sendo e pode ser diferente. Mostrando relações historicamente fundamentadas entre objetos atuais e de outros tempos, o museu ganha substância educativa, pois há relações entre o que passou, o que está passando e o que pode passar. (RAMOS, 2004, p. 21)

Portanto, a aprendizagem histórica, assim concebida, é mediada pela experiência de humanização pela qual passa todo sujeito em sua prática social, utilizando e partindo de referenciais de seu cotidiano e que lhes são familiares. A vida social desses objetos e sua relação com os sujeitos da sua temporalidade nos permitem também discussões sobre a própria noção de tempo histórico para o aluno, assim como o estimula no aprendizado de olhar os objetos e ler esses objetos. Ao professor caberia exercitar nos alunos a possibilidade de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas. Assim, o objeto é tratado como fonte de reflexão, e por meio de uma problemática histórica, a história deixa de ser um passado “morto”, no sentido de acabado, para ser um pretérito contagiado pelo presente.

Por exemplo: em sala de aula, no museu ou em outros espaços educativos, o professor faria uma pesquisa e escolheria objetos significativos para os alunos, ou participantes de certo grupo, e daí realizaria exercícios sobre a leitura do mundo através dos objetos selecionados. (RAMOS, 2016, p. 73)

O entendimento é que, considerando o trabalho com elementos do cotidiano dos alunos, podemos melhor estimulá-los, motivar reflexões e pensar o ensino de História como espaço de discussão crítica e construção de consciência social.

A proposta de estudo de História por meio de objetos geradores, desenvolvida por Ramos, está ancorada no viés teórico de Paulo Freire (1987), quando tal prática recomenda consideração em relação às formas como os alunos estão inseridos no mundo, percebem o mundo e se relacionam com ele. O aprendizado do passado é articulado ao tempo presente dos alunos, a partir de temas geradores de reflexões.

Ramos ressalta que o objetivo primeiro do trabalho com objetos geradores é motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto, percebendo a vida dos objetos, entendendo e sentindo que os objetos expressam traços culturais. Assim, a aprendizagem escolar estabelecida inicialmente com objetos familiares ao cotidiano dos alunos e em seguida com a interação entre os alunos e os objetos expostos em museus, nos permite refletir sobre a relação entre as experiências culturais prévias dos alunos em visita aos museus, suas expectativas com a visita e os resultados da aprendizagem. Tal diálogo envolve a criação de vínculos significativos entre os conhecimentos prévios e as novas informações, possibilitando uma aprendizagem da História que ultrapasse a simples memorização, por exemplo, das lições no livro didático.

Seguimos a proposta de Ramos, pretendendo, a partir de objetos geradores, desenvolver, em conjunto com os alunos, leituras de objetos que estimulem a problematização e construção de saberes. Leituras de objetos familiares aos alunos e, depois, de objetos selecionados no Museu Imperial para, no presente, aludir ao passado retratado. O pressuposto é que o exercício da leitura de objetos familiares aos alunos auxiliará na leitura do acervo em exposição no museu, resultando em produção de conhecimento sobre o período ali retratado. Como diz Ramos, produção de conhecimento no tempo presente sobre o tempo passado:

Perscrutar objetos expostos no museu, ou em uma sala de aula, não é um ofício de analisar o que passou, mas interpretar a presença do pretérito, em suas múltiplas dimensões temporais. É por isso que, apesar de tudo, um museu histórico faz sentido: em seus objetos, há vidas latentes, prolongamentos do corpo, acordos e rupturas diante do espaço e do tempo. (RAMOS, 2016, p. 90).

Assim, pensar a produção de conhecimento e o ensino de história articulando espaços museais à sala de aula é facilitar o acesso do estudante a outros constructos do saber e propiciar que ele vá além dos referentes presentes em seu espaço cotidiano escolar, ampliando o seu universo cultural. Tal exercício vai ao encontro da ideia de que a escola deve estar consciente da sua relevância, para além da instrução, na formação de cidadãos críticos, criativos e autônomos, agentes de transformação.

Sintetizando, o presente estudo parte da perspectiva de que o ensino de história tem a função de ir além da enunciação de fatos pretéritos estabelecidos. É preciso cuidar para que a prática docente não reproduza um passado morto e estéril, valorizando o “adestramento” dos alunos e a memorização de fatos e datas. Combinando ao livro didático o exercício analítico com objetos geradores e com objetos de museu para a construção do conhecimento histórico com os alunos, decidimos, para este projeto, articular ensino de História do Brasil Imperial e a exposição de longa duração do Museu Imperial de Petrópolis, que dialoga com o conteúdo curricular do 2º ano do Ensino Médio da disciplina de História. Os objetos e ambientes da exposição de longa duração do Museu Imperial são então percebidos como uma forma de rememorar aspectos da sociedade oitocentista imperial brasileira.

## V.

Reconhecendo a importância da mobilização de saberes históricos para além do espaço escolar, conectamos também o ensino de história e o uso de mídias digitais, através da produção de um podcast como produto pedagógico desta dissertação.

O uso de mídias digitais é percebido como alternativa muito positiva e de grande atualidade para o processo de ensino-aprendizagem, inclusive do ponto de vista do enfretamento da ideia de padronização conservadora do processo de construção do conhecimento, posto que incorpora aos componentes curriculares meios de divulgação de ideias que são elementos pedagógicos alternativos aos livros escolares, além de serem próprios do tempo presente e mobilizarem o interesse dos alunos.

Assim, a elaboração de um podcast foi idealizada como veículo para problematizar e divulgar questões históricas discutidas em sala de aula em torno do Brasil Imperial e da memória sobre esse período construída na exposição de longa duração do Museu Imperial, compreendendo que a proposta é potente também na direção de abrir espaço para a construção coletiva de conhecimento dentro e fora da sala de aula.

A partir do podcast são apresentadas narrativas históricas construídas com a participação dos alunos, aproximando-os das discussões tecidas em sala de aula. Todas essas discussões influenciaram para a redação da presente dissertação, de tal modo que optamos por organizar cada episódio do podcast a partir de leituras de trechos selecionados do texto.

Intentamos que o podcast possibilite alcançar, não só a professores e escolares mas a todos os interessados em discutir aspectos da história do Brasil Imperial de forma

acessível, embasada e ancorada nos pressupostos teóricos da historiografia.

## VI.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos.

No capítulo 1, apresentamos uma síntese histórica de alguns aspectos sociais do Brasil Imperial, no século XIX.

No capítulo 2, identificamos as residências da monarquia no Brasil, contextualizando a aquisição da Fazenda do Córrego Seco pela Família Imperial, dentro de conexões amplas com a região em que ela está inserida, em momento de abertura de caminhos no Recôncavo da Guanabara. Abordamos também a criação de Petrópolis e do Palácio Imperial, levando em consideração a diversidade de atores sociais que participaram nesse processo. Discutimos a modernização dos transportes no Brasil e transformações na cidade de Petrópolis após a Proclamação da República.

No capítulo 3, apresentamos sobre a criação do Museu Imperial e seu propósito, observando a forma inicial da aquisição de seus acervos e a sua exposição de longa duração.

No capítulo 4, descrevemos as atividades preparatórias para a visita ao Museu Imperial, a própria visita e as atividades posteriores, refletindo sobre a exposição visitada. Também é apresentado o desenvolvimento do produto pedagógico, um podcast, sobre a sociedade do Brasil Imperial, levando em consideração memórias do século XIX mobilizadas na principal exposição do Museu Imperial de Petrópolis. O conteúdo do podcast é constituído a partir de leituras de trechos desta dissertação.

# 1- O Brasil Imperial

O objetivo deste capítulo é desenvolver aspectos gerais da sociedade imperial brasileira que serão depois discutidos à luz de uma visita ao Museu Imperial. Destacaremos a criação do Estado Imperial, as transformações políticas do período e a escolha por uma política de escravidão, que se estendeu até o final do Império em benefício das elites. Por fim observaremos aspectos que levaram à queda da monarquia.

## 1.1- Antecedentes

Para uma apresentação do Brasil Imperial, cabe recuar brevemente ao início do século XIX, apontando para processos que impactaram a vida social do império brasileiro.

Em 1808, a Família Real portuguesa, escoltada por frota da Inglaterra, mudou-se para a sua colônia brasileira, em momento crítico em que o Imperador da França, Napoleão Bonaparte, ordenou o envio de tropas a Portugal – dentro do propósito de expandir suas conquistas territoriais e pressionar para que o país aderisse ao bloqueio dos portos europeus ao comércio de produtos britânicos. A Família Real fixou residência na cidade do Rio de Janeiro, sede do governo-geral da colônia, que foi então transformada para a função de sede da corte portuguesa. Foram criados diversos órgãos administrativos e jurídicos, como a Polícia da Corte, a Junta do Comércio e o Banco do Brasil, ao lado de instituições acadêmicas e culturais, como a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, a Real Biblioteca e a Real Academia Militar. Junto à Família Real, transferiam-se para a colônia, juízes, ministros, conselheiros, funcionários do governo, membros do clero e das forças armadas, entre outros que compunham uma comitiva de cerca de quinze mil pessoas.

A chegada da Família Real ao Brasil foi também um marco em relação ao desembarque de escravizados em terras brasileiras. De acordo com a historiadora Ynaê Lopes dos Santos<sup>9</sup>: nos dez anos que antecederam a vinda da Família Real para o Brasil estima-se que cerca de 30 mil escravizados por ano foram submetidos ao cativeiro no país. Dez anos depois da chegada da Família Real, o número de desembarques de escravizados no Brasil subiu para 42 mil por ano.

---

<sup>9</sup> SANTOS, Inaê Lopes dos (Consultoria). Projeto Querino. Episódio1: A grande aposta. Podcast, 2022. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/> (acesso em 20/09/2022)

Uma das primeiras medidas tomadas pelo príncipe regente D. João<sup>10</sup> foi a assinatura do Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas. A medida representou uma contrapartida à proteção que D. João e sua comitiva tiveram ao longo da viagem ao Brasil com escolta da Inglaterra – país que desde a virada do século XIX pressionava para o livre comércio intercontinental de seus produtos<sup>11</sup>.

A abertura dos portos intensificou a economia e o comércio de produtos estrangeiros no país, influenciando para que, em 1815, o Brasil fosse elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarve. Porém, as relações sociais, políticas e econômicas no Brasil não se davam sem os conflitos de uma sociedade escravagista e moldada no privilégio de um poder soberano que distribuía benesses, empregos e títulos aos correligionários e escolhidos da corte.

Entre os séculos XVI e XIX a mão de obra escravizada africana e afrodescendente sustentou a economia do Brasil. Não sem luta. Desde o início da escravização africana não foram raras as revoltas de escravizados. Lutas pelo direito à vida e à liberdade envolveram protestos, resistências, fugas, rebeliões, a organização de quilombos<sup>12</sup>, associações, negociações constantes e ativismos os mais diversos. Os escravizados nunca foram vítimas passivas.

Após o fim da era napoleônica e hegemonia francesa no continente europeu, em 1815, D. João ainda permanecia no Brasil. Em 1818, com a morte de sua mãe, D. Maria I, ele se tornou D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.

Pressões partiam de Portugal, contra o absolutismo de D. João VI, os prejuízos causados pela ocupação francesa e transferência da corte e a perda de lucros com o fim da exclusividade do comércio com o Brasil. Exigia-se um governo constitucional e representativo que estabelecesse limites ao poder real. Chamado a Portugal e temendo perder o trono, D. João VI decidiu retornar à terrinha, em 1821, deixando no Brasil o seu filho D. Pedro como príncipe regente.

---

<sup>10</sup> D. João assumiu a regência do Reino a partir de 1792, quando sua mãe foi declarada mentalmente incapaz de reinar, por uma junta médica. A regência foi oficializada em 1799.

<sup>11</sup> A Inglaterra, desde a Revolução industrial, iniciada no século XVIII, passou a preconizar o liberalismo e o fim da escravidão, tendo em vista ampliar os consumidores de sua produção industrial.

<sup>12</sup> Um grande exemplo de luta e resistência negra foi o Quilombo dos Palmares. Organizado na Serra da Barriga, no atual estado brasileiro de Alagoas, esse quilombo existiu e resistiu por mais de cem anos, até o início do século XVIII. Este quilombo é exemplar de ações que demonstravam a sofisticação do pensamento estratégico e o ativismo diário pelo direito à vida e à liberdade.

## 1.2. Da Independência à República

No Brasil, a insatisfação com o poder real também atingia proporções críticas. Parlamentares, proprietários de terra e comerciantes de diversas províncias, oligarcas que viviam e enriqueciam sustentados na existência do tráfico negreiro, juristas, clérigos e outros que se beneficiavam da proximidade com a coroa receavam uma recolonização do Brasil e a perda de suas carreiras, cargos, prestígio e privilégios (PANDOLFI, 2007).

Junto, generalizava-se entre as elites nacionais o temor de um levante escravo, nos termos do que ocorrera com a Revolução do Haiti<sup>13</sup>, na virada do século XVIII, que extinguiu a sociedade escravista haitiana e controlou o poder na antiga colônia francesa.

Embora as elites provinciais reivindicassem autonomia no desenvolvimento de seus negócios, criticando, entre outros pontos, os impostos reais, o controle português sobre o comércio varejista, a preferência dada aos portugueses para promoções militares, todas se uniram para defender a independência em relação a Portugal e a construção de um Império do Brasil, em 1822, o que naquele momento envolvia fortalecer e defender o poder soberano de D. Pedro contra movimentos autonomistas e revoltas de escravizados. O “preço” negociado para apoio a D. Pedro era a manutenção do regime escravocrata e de toda riqueza que a escravidão proporcionava às elites no país. (SCHWARCZ, 1998)

D. Pedro ficou no Brasil e substituiu o ministério nomeado por D. João VI. O império brasileiro nascia, assim, assentado no compromisso com a continuidade da escravidão<sup>14</sup>, especialmente negociada com os traficantes e grandes senhores proprietários de terra e de escravizados, das Minas Gerais e do Vale do Paraíba. Depois da independência, o número de escravizados que entraram no Brasil, por ano, subiu para cerca de 52 mil<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> A Revolução Haitiana foi uma grande rebelião de escravos e negros libertos que aconteceu na colônia francesa de São Domingos a partir de 1791, e resultou na Independência de São Domingos em 1804. Após a independência a nação passou a chamar-se Haiti. Logo, as notícias dessa revolução circularam nos territórios brasileiros e o nome do Haiti era referenciado como exemplo de defesa da soberania e combate à escravidão. Marco Morel (2017) destacou que em 1805, um ano após a proclamação da Independência de São Domingos, as notícias já circulavam no Império do Brasil. A referência a essa revolução era apropriada pelos escravizados como símbolo de esperança, entretanto para os senhores de terra representava temores de ameaça ao sistema escravista, suas propriedades e exercício político.

<sup>14</sup> Segundo a historiadora Emília Viotti da Costa a luta pela independência possuía várias faces, que representavam interesses e projetos de nação diversos. Depois da Independência, o discurso liberal foi definido nos seus termos concretos, ficando evidentes os seus limites e para quem e por quem tinha sido o país feito independente. “Para as elites que tiveram a iniciativa e o controle do movimento, liberalismo significava apenas liquidação dos laços coloniais. Não pretendiam reformar a estrutura de produção nem a estrutura da sociedade. Por isso a escravidão seria mantida, assim como a economia de exportação” (COSTA, 1999, p. 37)

<sup>15</sup> SANTOS, Inaê Lopes dos (Consultoria). Projeto Querino. Episódio1: A grande aposta. Podcast, 2022. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/> (acesso em 20/09/2022)

Portugal reagiu e organizou tropas para submeter o Brasil. Em diversas regiões do país ocorreram guerras de independência, a maior delas na Bahia<sup>16</sup> com as forças militares do país contando com decisivo e numeroso apoio de populares, em que negros participavam na linha de frente dos combates, afinal rendendo os portugueses.

A coroação de D. Pedro I como Imperador do Brasil ocorreu em 1822 e no ano seguinte organizou-se uma Assembleia Nacional Constituinte para a promulgação da primeira Constituição do Império do Brasil. A maioria parlamentar era branca e todos homens ricos ou da “boa sociedade”<sup>17</sup>. Mulheres não participavam de processos eleitorais, como eleitoras ou candidatas<sup>18</sup>.

Havia quem defendesse a abolição da escravatura, mas a maioria eram parlamentares escravagistas (DOLHNIKOFF, 2005). A defesa da abolição nem sempre encontrava argumentos humanitários, mas, sim associava a escravidão a um obstáculo no processo de desenvolvimento econômico industrial. E mesmo quando relacionavam escravidão à barbárie, era comum que guardassem palavras para taxar a pessoa negra de selvagem ou desqualificada.<sup>19</sup>

As propostas que remetiam à abolição, contudo, não foram sequer consideradas

---

<sup>16</sup> Em várias províncias brasileiras, como Bahia, Piauí, Grão-Pará, Ceará, Maranhão, Pará e Província Cisplatina, ocorreram vários combates, com batalhões populares lutando contra militares fiéis a Portugal.

<sup>17</sup> Rohloff de Mattos (1999) menciona que a elite imperial era também compreendida como a “boa sociedade”.

<sup>18</sup> Diferenças pautadas por gênero podem ser observadas também em relação ao acesso à instrução. No século XIX, poucos sabiam ler e escrever. Nas escolas de primeiras letras, meninos e meninas possuíam currículos diferentes. O currículo das meninas era bem mais limitado, priorizando-se atividades ligadas aos fazeres domésticos. Príncipes e princesas, porém, recebiam uma educação diferenciada sendo preparados para atuar como futuros governantes. A educação básica em casa permaneceu como a primeira escolha das elites até o século XX. O estabelecimento de escolas para meninas, em 1827, foi seguido pela possibilidade de profissionalização para o magistério. Somente em 1879, o governo brasileiro autorizou o acesso feminino ao ensino superior. Pessoas escravizadas e africanos livres não possuíam direito à instrução primária conforme estabelecido pela constituição de 1824. Mesmo os negros livres brasileiros tinham dificuldades de acesso à educação formal, por conta do preconceito. De modo geral, nas escolas não havia acolhimento pelos professores e muitos pais de alunos brancos não desejavam que seus filhos convivessem com alunos negros e pardos. Entretanto, isto não significou que o negro não teve acesso a alfabetização. Muitos aprendiam a ler e ensinavam aos seus companheiros. Outros, a contrapelo da sociedade hierárquica e escravista, se tornaram, não só alfabetizados, mas intelectuais e referências importantes, que demonstravam alto grau de consciência política e engajamento ao defenderem a instrução como meio de garantir a autonomia, a justiça e a liberdade. (SANTOS, Inaê Lopes dos (Consultoria). Projeto Querino. Episódio 4: O colono preto. Podcast, 2022. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/>)(acesso em 20/09/2022)

<sup>19</sup> José Bonifácio de Andrada, por exemplo, como deputado da Assembleia Constituinte de 1824, observava na escravidão um atraso que impediria o progresso econômico, o desenvolvimento de indústrias e a ocupação do solo de maneira inteligente. Em seu projeto de nação, era imperativo o fim do tráfico e da escravidão e a integração do negro na sociedade como forma de garantir a ordem. Entretanto não se furtava a qualificar os africanos como selvagens. (Silva, José Bonifácio D’Andrada e. Representação à Assembleia Geral Constituinte Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. 1824)

por D. Pedro I. Por outro lado, tentativas de limitar o poder do imperador muito influenciaram para que o imperador suspendesse autoritariamente a Assembleia Constituinte, nomeando uma comissão para a elaboração da Constituição, outorgada em 1824.

O direito às liberdades individuais entra nessa Constituição sem guardar, expressamente, qualquer palavra sobre a escravização, em nenhum dos seus dispositivos. É reconhecida a condição de cidadãos apenas aos indivíduos livres e libertos (ex-escravizados) nascidos no Brasil, o que foi um modo indireto, implícito, da escravidão ser admitida no texto constitucional. Junto e perversamente, a garantia do direito à liberdade incluía o direito à propriedade individual, num contexto em que os escravizados eram percebidos como propriedade de seus senhores.

Os libertos nascidos no Brasil, apesar de cidadãos, perante a lei, na prática encontravam restrições para exercer a própria cidadania, sofrendo inclusive o risco de serem re-escravizados, em uma sociedade racista em que a subalternização tem sentidos e linha de corte racial.

As eleições ocorriam em dois turnos. Eleições paroquiais para eleger os representantes que depois votariam nas eleições provinciais, estas elegendo deputados e senadores. Para votar e se candidatar era preciso ter determinada renda mínima e ser livre. Assim, estava excluída das decisões políticas a grande maioria da sociedade imperial de pobres livres e de escravizados. Os libertos nascidos no Brasil podiam votar unicamente em eleições paroquiais. Ou seja, um grupo restrito se candidatava e elegia parlamentares, a partir de regras pautadas na desigualdade de direitos e garantindo a manutenção da escravidão, que perdurou até praticamente o final do Império.

A organização do Estado imperial brasileiro reconheceu quatro poderes políticos: executivo, legislativo, judiciário e moderador. A chefia do poder Executivo cabia ao imperador, assessorado por um ministério. O poder Legislativo estruturava-se com duas instâncias: a câmara dos deputados e o senado. O poder Judiciário era composto por juízes responsáveis pela aplicação da justiça em diferentes instâncias. O poder Moderador era exercido também pelo imperador, podendo intervir em casos de conflito, assegurando a sua superioridade sobre os demais poderes.

Após a independência do Brasil, em 1822, a Inglaterra, na posição de maior potência econômica global e desejosa de ver crescer a população de potenciais consumidores de sua produção industrial, condicionou o reconhecimento do Brasil independente à assinatura, em 1826, de um tratado de proibição do comércio negreiro.

Pressionado, sem consultar deputados e senadores, D. Pedro I confirmaria o Tratado, em 1827, com prazo de vigência em três anos. O traficante de escravizados, a partir de então, estaria cometendo crime de contrabando e quem recebesse ou comprasse esses africanos seriam enquadrados como cúmplices.

Nesse cenário, a mesma elite política brasileira que apoiou D. Pedro I no processo de Independência do Brasil, negociando que o Estado imperial independente nascesse como estado imperial escravagista, agora, no contexto em que o tráfico no Brasil estava caminhando para o fim, desacreditava D. Pedro I.

A crise se dava como o ápice de tensões que o governo imperial enfrentava com a elite política, cada vez mais crítica às decisões isoladas e autoritárias do imperador<sup>20</sup>. A isso se somava uma crise financeira no país, em boa medida relacionada ao pagamento de indenização a Portugal para o reconhecimento da Independência do Brasil. D. Pedro I gerava desconfiança também ao se envolver numa disputa do trono português, entre seu irmão e sua filha, Maria da Glória, deixando ver que ainda tinha interesse em assuntos de Portugal. A oposição cresceu, ocupando espaços públicos e nos jornais e os aliados portugueses do monarca passaram a ser também hostilizados<sup>21</sup>. O desgaste político de D. Pedro I aumentou com a deserção do Exército e pedidos pela partida do imperador.

Em 7 de abril de 1831 D. Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, D. Pedro II, nascido no Brasil e à época com cinco anos. Como determinava a Constituição, o Império do Brasil seria governado por regentes, até o menino completar a maioridade. Em meio aos conturbados processos políticos relacionados à renúncia de D. Pedro I, muitas ideias e propostas polêmicas afluíam, inclusive em torno do fim da escravidão e do direito feminino ao voto<sup>22</sup>. Nesse contexto, foi proposta e votada uma lei nacional,

---

<sup>20</sup> Como exemplo dessas medidas autoritárias de D. Pedro I temos a Guerra da Cisplatina, entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata pelo controle da Cisplatina. Nessa guerra, as ações de D. Pedro I foram consideradas precipitadas. Os resultados foram desastrosos para o Império pois além de perder a Cisplatina, aprofundou a crise econômica vivida pelo Império do Brasil em seus primeiros anos.

<sup>21</sup> D. Pedro I enfrentava forte oposição. A situação piorou quando o jornalista Líbero Badaró, um grande crítico do monarca, foi assassinado. Não faltaram suposições do envolvimento do imperador no caso. Tentando angariar apoio político ele empreendeu uma visita à província de Minas Gerais com sua comitiva, e devido ao fracasso da empreitada decide retornar ao Rio de Janeiro. Sabendo do ocorrido, partidários do monarca, principalmente portugueses, organizaram uma festa de recepção ao Imperador. Inconformados, os insatisfeitos com a administração imperial hostilizavam esses portugueses defensores de D. Pedro I, resultando em agressões com arremessos de garrafas e paus em seus oponentes. Esse episódio violento passou para a história como a Noite das Garrafadas e fez parte de um processo contínuo de desgaste político e de perda de legitimidade popular, que resultou na abdicção do trono em 7 de abril de 1831.

<sup>22</sup> SANTOS, Inaê Lopes dos (Consultoria). Projeto Querino. Episódio 2: Pecado original. Podcast, 2022. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/> (acesso em 20/09/2022)

soberana, determinando o fim do tráfico negreiro<sup>23</sup>. O africano que desembarcasse em território brasileiro seria declarado livre.

A lei foi fiscalizada por cerca de quatro anos, embora tenha sido inicialmente desacreditada, por conta de legislações anteriores descumpridas<sup>24</sup>. Mas logo foi objeto de negociação em favor de interesses ligados ao tráfico de escravizados<sup>25</sup>.

Nos anos 1830, o café se tornou o principal produto da economia brasileira, o que decerto influenciou para a reativação do tráfico negreiro em formato ilegal, apoiado especialmente por ricos fazendeiros produtores de café. A escravização ilegal ocorreu em larga escala, contando com a conivência das elites políticas e dos grandes proprietários de terras, sendo viabilizada toda a infraestrutura para que esse trafico pudesse acontecer na ilegalidade. Em sua dissertação de mestrado, O historiador Thiago Campos Pessoa mostra como os traficantes ilegais tinham proximidade com o poder e influência política (LOURENÇO, 2010). A escravização seguia assim produzindo riqueza privada e favorecendo financeiramente o Estado imperial brasileiro, que via crescer sua base fiscal. Alguns parlamentares advogavam abertamente pela reabertura legal do tráfico.

Importante observar que a escravização estava de certo modo naturalizada. O funcionamento da economia acontecia com base na força do trabalho escravo, seja nas grandes produções, seja no pequeno comércio e inclusive em atividades circunscritas ao lar, envolvendo negros libertos que procuravam adquirir algum escravizado, pelo status de proprietário de “bens” que isso significava na sociedade brasileira. As experiências, de libertos possuindo escravizados, foram poucas e excepcionais frente ao número abissal

---

<sup>23</sup> Pouco mais de um mês após a abdicação de d. Pedro I foi apresentada, pelo marquês de Barbacena um projeto de lei contra o tráfico de escravos, que já era uma instituição proibida por acordos internacionais. Em 7 de novembro de 1831 foi criada a primeira norma nacional para extinção do tráfico negreiro propondo duras penalidades aos traficantes e comerciantes. Os cativos que entrassem no Brasil a partir de 1831 seriam livres ou enviados de volta à África. (PEIXOTO, 2014).

<sup>24</sup> A título de exemplo, temos o descumprimento do Tratado de Aliança e Amizade de 1810, assinado por D. João com a Inglaterra, que restringia o comércio de africanos; e os acordos de 1817, também assinados entre Portugal e Inglaterra, abolindo o tráfico de cativos em todos os lugares da costa da África ao norte da linha do Equador.

<sup>25</sup> A Lei de 1831 teve nos seus primeiros anos certo funcionamento, diminuindo o tráfico de africanos. Entretanto, sua derrocada teve início a partir de 1835, como consequência do Ato Adicional de 1834, que conferia maior autonomia às províncias. Os conservadores, e dentre eles o próprio marquês de Barbacena que propôs a lei, procederam para reabilitar o comércio de africanos, “sob a forma de um contrabando em nível sistêmico, aceito verticalmente no país, desde as altas estruturas de poder (Executivo, Senado e Câmara) até o juiz de paz encravado em alguma província do interior” (PARRON, 2009, p. 11). Através de uma ação governamental inverteu-se a legalidade da lei de 1831, convertendo-a em “uma lei para inglês ver”, consolidando uma política da escravidão, em que o tráfico, ainda que ilegal, era defendido politicamente e evitada a sua repressão, fato que se estendeu até a década de 1850, quando da criação da Lei Eusébio de Queiroz, que será apresentada a seguir.

de brancos escravocratas e de negros que lutavam pela liberdade.<sup>26</sup> Igualmente assustador é pensar que a última geração de escravizados no Brasil foi fruto do tráfico ilegal.

Desafiavam a ordem imperial uma série de disputas políticas envolvendo as elites provinciais e que ganhavam apoio popular, com marcante presença de negros escravizados, libertos e livres. Um exemplo é a Revolta dos Malês<sup>27</sup>, na Bahia, iniciada em 1835 e liderada por africanos muçulmanos.<sup>28</sup> Junto, seguia a luta solidária entre escravizados por alforria escravos envolvendo a organização de poupança para a compra de alforrias.

Simultaneamente, a atuação de diversas frentes abolicionistas conduzia-se a partir da circulação de ideias iluministas sobre liberdade e igualdade. Parte das campanhas eram instruídas por propostas industrialistas, de reorientação das prioridades na produção brasileira. Apesar das mulheres não possuírem direitos políticos, havia aquelas que se reuniam para debater questões sociais e políticas de seu tempo, inclusive com ativismo nas campanhas abolicionistas<sup>29</sup>.

Pressões da Inglaterra, em favor da disputa comercial de seus produtos industrializados, intensificaram fortemente a perseguição ao tráfico negreiro, a partir de 1845, com a Lei Bill Aberdeen<sup>30</sup>. A Marinha inglesa passou a perseguir e aprisionar os navios negreiros que circulassem pelas águas do Atlântico, reconduzindo os africanos ao

---

<sup>26</sup> SANTOS, Inaê Lopes dos (Consultoria). Projeto Querino. Episódio 2: Pecado original. Podcast, 2022. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/> (acesso em 20/09/2022)

<sup>27</sup> A Revolta dos Malês foi uma revolta de escravos que aconteceu na cidade de Salvador, na Bahia, em 25 de janeiro de 1835, sendo planejada por escravizados, mobilizando centenas deles. Os combates espalharam-se pelas ruas de Salvador e, embora derrotada, atemorizou os senhores de escravos, sobretudo pelo medo de repetição da experiência do Haiti em solo brasileiro.

<sup>28</sup> Além da revolta dos Malês houveram outras revoltas emblemáticas no mesmo período, reforçando o medo na classe proprietária de levantes de escravos, como, por exemplo, a revolta de Carrancas, que ocorreu em 1833 em Minas Gerais, e a rebelião de Manuel Congo ocorrida em 1838 em Paty do Alferes, no Rio de Janeiro. (PARRON, 2009)

<sup>29</sup> A abolicionista Maria Tomásia Figueira Lima, por exemplo, pertencente a uma família tradicional de Sobral, no Ceará, foi co-fundadora e a primeira presidente da Sociedade das Cearenses Libertadoras, que em 1882 contava com 22 mulheres de famílias ricas lutando em prol da abolição. Na reunião inaugural dessa sociedade, assinaram 12 alforrias e negociaram com senhores da região outras 72. Assim como outras sociedades abolicionistas à época, organizavam-se reuniões abertas e serviam-se da imprensa para propagar suas ideias. Tornou-se uma das articuladoras do movimento que resultou no fim da escravidão no Ceará em 1884, quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea. (Conferir em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091469>. Acesso em 10/05/2022)

<sup>30</sup> Lorde Aberdeen, que era Ministro das Relações Exteriores do Governo britânico, propôs ao Parlamento inglês o Slave Trade Supression Act ou Bill Aberdeen. Esta lei autorizava a marinha britânica a monitorar o Oceano Atlântico à procura de navios negreiros. A partir da lei os ingleses possuíam o direito de aprisionar navios negreiros e julgar seus comandantes por atos de pirataria. A lei gerou apreensão dos traficantes e de políticos do governo já que a interferência era considerada uma ação contra a soberania brasileira.

seu continente.

É nesse contexto de várias rebeliões e instabilidade política que em 1840, deu-se a subida de D. Pedro II ao poder, a partir de manobra que antecipou a maioria do herdeiro do trono, que àquela altura tinha apenas 14 anos. O imperador iniciava a sua vida política como uma forma de garantir a unidade e a continuidade do Império do Brasil.

A pouca idade do Imperador e conseqüentemente também o fato de não ter barba eram vistos com estranhamento. Para suprir essa imaturidade física, já que ainda era um menino, iniciou-se uma construção positiva da imagem do futuro imperador, inclusive por meio de jornais, em que eram destacadas as suas qualidades, como a sua educação esmerada, inteligência, cultura, domínio de diversas línguas, habilidades em equitação e esgrima, entre outras, assim afirmando-se a sua maturidade precoce e prodígio intelectual. Infere-se que imperador iniciou a sua vida política envolto em aura teatral, sugerindo sua maturidade precoce. Um momento em que esta situação se mostrou de forma mais intensa foi no ritual de sagração e coroação, em 18 de julho de 1841, na Capela Imperial, no Rio de Janeiro.

Na cerimônia de consagração houve um grande esforço ritual para tornar o processo memorável para a nação. A coroação foi meticulosamente planejada, um grande espetáculo de poder, tornando o imperador ungido e escolhido de Deus, atribuindo a ele a soberania política e um caráter sagrado. Todas as peças eram representativas da distinção e do poder do monarca, ajudando a expressar o exercício de um direito divino. Sobre o ritual, Schwarcz destacou:

Na verdade, era o ritual de coroação que iniciava o imperador no exercício do poder soberano, assim como todos os elementos presentes estavam repletos de significados e eram manejados segundo uma coreografia precisa.

No caso brasileiro, portanto, ocorreu uma exacerbação do econômico ritual português. O imperador foi aclamado, coroado e sagrado, como se a perfeição do evento corrigisse a fragilidade do momento político e o inesperado golpe selasse, pela exaltação, a desconfiança mais geral. (SCHWARCZ, 1998, p. 79)

A coroação de D. Pedro II foi eternizada posteriormente por François René Moreaux com a tela *O Ato de Coroação do Imperador*, produzida em 1842. Esta pintura foi adquirida no ano seguinte pelo imperador para ser exibida no Paço Imperial<sup>31</sup>, eternizando neste espaço político o momento simbólico da afirmação do seu poder.

---

<sup>31</sup>Após o exílio da Família Imperial este quadro seguiu para a Europa junto com alguns objetos escolhidos por D. Pedro II. Em 1875 a tela retornou ao Brasil, por iniciativa do Museu Imperial, para as comemorações



MOREAUX, François-René. Sagração e coroação de d. Pedro II em 18 de julho de 1841; 1842, óleo sobre tela, 2,38m x 3,10m. Coleção Museu Imperial.<sup>32</sup>

Em 1850, o contrabando negro passou a ser fiscalizado com rigor no Brasil, com a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz. O fim do tráfico formal e a alta mortalidade do escravizado, devido às suas péssimas condições de vida no cativeiro, logo reduziram a população escravizada, que se tornou mais cara. Os proprietários de terra, principalmente os cafeicultores do complexo cafeeiro paulista, que ganhavam centralidade em relação à produção cafeeira do território fluminense (TAUNAY, 1939), começaram a buscar formas de garantir a continuidade de sua produção, apostando no incentivo à imigração europeia.

Desde 1840, ocorria uma intensificação<sup>33</sup> do processo imigratório no Brasil,

---

do seisquicentenário de D. Pedro II. A obra é exposta na Sala do Segundo Reinado.

<sup>32</sup> Fonte: Museu Imperial/IBRAM

<sup>33</sup> As medidas de estímulo à vinda de estrangeiros para o Brasil foram iniciadas por D. João VI. Após a Independência do Brasil estas foram intensificadas, permanecendo como uma política do governo durante todo o Império. O estímulo à imigração era justificado, por suposto, com o objetivo de trazer mão de obra “qualificada” para as lavouras, promover a ocupação de territórios e o aumento populacional. A

particularmente para o trabalho nas lavouras. A imigração europeia e branca era considerada como mão de obra superior, com a Europa sendo percebida pela elite imperial e brasileira como modelo civilizatório maior.

Em direção oposta, os trabalhadores negros e mestiços, livres ou escravos, eram comumente classificados como bárbaros e jamais pensados para a experiência de colonização com mão de obra livre. Existia, pois, um forte preconceito racial em relação ao negro no mercado de trabalho formal<sup>34</sup>. Contudo, a afirmação de que os negros seriam uma mão de obra não qualificada dava-se por puro preconceito. A população negra trabalhou na lavoura em condição de escravizados por séculos. Além disso, possuía sim especialização e habilidade técnica de modo geral. Não foram poucos os negros que vieram a se destacar como profissionais liberais, atuando como escultores, escritores, pintores, advogados, médicos, músicos, jornalistas, militares, arquitetos, entre outras habilidades<sup>35</sup>. Foi exatamente a exploração dos saberes e do trabalho de africanos e afrodescendentes escravizados que produziu toda a riqueza da colônia e do império no Brasil.

Após a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, outras duas leis de viés abolicionista foram aprovadas no Brasil. Em 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre. De acordo com essa lei, não nasceria mais nenhum escravizado em solo brasileiro. Entretanto esta liberdade chegaria tardiamente, já que a lei estabelecia que os filhos permaneceriam junto da mãe escravizada, vivendo no cativeiro, até os 8 anos de idade. Dos 8 aos 21 anos, as

---

imigração passou então a ser representada como um amplo processo civilizatório e a forma mais racional de ocupação de terras devolutas. A escolha do imigrante branco e europeu estava ancorada no pressuposto da superioridade branca e se estabeleceu a partir de um modelo de colonização diferente daquele baseado na grande propriedade escravista, estruturando-se com base na pequena propriedade familiar. A noção hierárquica de civilização fazia da cor branca um indicador de superioridade, mesmo na ausência de um discurso explicitamente racista nos textos legais reguladores dos fluxos migratórios.

<sup>34</sup> A questão racial esteve implícita aos projetos imigrantistas. Durante o século XIX as teses supremacistas brancas ganharam força na Europa, fundamentadas em pesquisas científicas que tentavam explicar as diferenças entre as supostas raças humanas. O surgimento de um racismo científico corroborava para a afirmação da superioridade do trabalhador europeu e atraso dos africanos. (SCHWARCZ, 1993)

<sup>35</sup> O livro *Enciclopédia Negra*, de Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz, lançado em 2021, muito ensina sobre o protagonismo e a especialização de pessoas negras no Brasil, com história e memórias silenciadas. A qualificação negra também aparece registrada na *Revista da Semana*, de 17 de maio de 1941, em que Mario Barata afirma: “Realmente tem sido muitas as referências à habilidade artística do negro africano e é coisa mais que sabida que os maiores escultores coloniais e muitos pintores eram mestiços, filhos diretos de negros. Disse-me o professor Magalhães Corrêa (...) que os gêges eram treinadíssimos na escultura em madeira, fazendo-a superiormente aos portugueses” E arremata dizendo: “(...) houve um excesso no desprezo que os europeus tiveram pelos africanos, e que a ideia do “negro bárbaro” é uma invenção europeia que por sua repercussão dominou a Europa até o início deste século”. (BARATA, 1941, p. 33)

crianças continuariam na propriedade do senhor e, no caso de não interesse deste, sob a tutela do Estado. Como o poder público não se estruturou para cuidar das crianças maiores de 8 anos elas permaneciam na posse de seu senhor, trabalhando tal como escravos. Na prática, a liberdade prevista por essa lei só seria alcançada na idade adulta, aos 21 anos, e todo o trabalho executado serviria de compensação para o senhor pelos gastos com a criação da criança e como indenização pela perda da propriedade em potencial. Esta lei não chegou a gerar benefícios pois a Lei áurea aboliu a escravidão em 1888.

Outro dispositivo abolicionista foi a Lei de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei do Sexagenários, que determinou a libertação dos escravos com mais de 60 anos. A lei foi dada em um contexto em que a expectativa de vida dos escravizados era baixa, não tendo, portanto, grande impacto. O dispositivo não garantia liberdade imediata pois estabeleceu que os sexagenários ainda precisariam trabalhar por mais três anos como indenização ao senhor pela alforria recebida. Neste período se completassem 65 anos estariam livres, mesmo sem ter concluído esses 3 anos de trabalho. A alforria também não vinha com autonomia de circulação, pois para evitar o que chamavam de “vadiagem”, os libertos permaneceriam na propriedade e trabalhando para seu senhor. Caso desejassem obter os meios de subsistência em outra parte, precisariam da autorização de um juiz de órfãos. Também não podiam se ausentar do município onde haviam sido alforriados sem autorização, pois seriam considerados desocupados, cuja punição poderia chegar à prisão ou envio a uma colônia agrícola.

Porém, tanto a Lei do Ventre Livre quanto a Lei dos Sexagenários estabeleciam a condição da liberdade sem amparo social, pois não havia nenhuma prescrição de integração do liberto à sociedade.

A abolição total da escravidão só ocorreu em 1888, fruto de movimento social intenso. Internacionalmente a onda abolicionista ganhava força levando gradualmente à abolição da escravidão em diversos países da América, como a Colômbia, Argentina, Venezuela, Peru e EUA. O Brasil se fechava em uma solidão escravista, com parte da elite brasileira desejando retardar o fim da escravidão, tema que a essa altura também contava com grande apoio político no próprio Brasil.

A partir de 1860, os movimentos abolicionistas intensificaram-se no Brasil, com presença no parlamento e na imprensa e ações solidárias para compra de alforrias e auxílio em fugas, sendo organizados clubes abolicionistas para auxiliar na emancipação dos negros. Nas senzalas os cativos se organizavam, inclusive resistindo ao trabalho. Reconhecidos abolicionistas, como Joaquim Nabuco, Luíz Gama, André Rebouças, José

do Patrocínio e Aristides Lobo discutiam sobre a importância da abolição e os meios para concretizá-la.

Em janeiro de 1888, a princesa Isabel entra em campo para arrecadar fundos para a Confederação abolicionista, o que caminhou para a demissão do presidente do Conselho de Ministros, contrário à abolição. Dois concertos foram promovidos pela princesa Isabel para a abolição da escravidão em Petrópolis e em 1º de abril ela entregou 103 títulos de liberdade na cidade. A essa altura, já haviam libertado seus escravos Ceará, Amazonas e Rio Grande do Sul, em 1884; e antes da assinatura da Lei Áurea, em 1888, cidades da província de São Paulo como Paiolino e Araras.

A escravidão foi definitivamente extinta pela Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel “com uma pena ofertada em nome do povo brasileiro e entregue à princesa durante a solenidade da assinatura”<sup>36</sup>. A lei contou com apenas dois artigos: art. 1º É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil; e art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

A abolição foi acolhida com muita alegria e expectativa pelos abolicionistas, entretanto o Brasil promulgou uma lei bastante conservadora, não oferecendo incentivos à sobrevivência dos libertos. Embora existissem propostas concretas para a integração do negro na sociedade<sup>37</sup>, a escolha foi por abandoná-los à sorte de uma sociedade ainda profundamente racista.

A abolição sem nenhuma política que permitisse a inserção do negro na sociedade acirrou o racismo naturalizando a desigualdade de direitos. A falta de acesso à terra foi uma questão fundamental, pois forçou os libertos a permanecerem em ofícios com baixa remuneração. A falta de acesso ao estudo reduzia as oportunidades de melhoria de vida.

Para os conservadores, o verdadeiro debate girava em torno da indenização aos proprietários de cativos, o que não era considerado conveniente pelo governo já que a economia aspirava cuidados, e o peso desta medida recairia sob a forma de impostos para a população em geral.

Como consequência da falta de políticas públicas, muitos libertos continuaram

---

<sup>36</sup> Segundo o jornal do Senado de 14 de maio de 1888. Conferir em <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/10247>

<sup>37</sup>Havia em debate na campanha abolicionista formas de integração do liberto, do que é exemplo a atuação de André Rebouças que, nos anos iniciais de 1870 já mostrava evidentes preocupações com a sorte dos escravos após a emancipação, ao produzir um documento chamado “Estatutos de uma Associação Geral Protetora dos Emancipados para proteger e educar os emancipados no Brasil”, destacando questões como aquisição de terras e programa educacional. (CARVALHO, 1998)

sob relações de exploração intensa. Enfrentaram o racismo, competindo com a mão de obra imigrante, preferida pelos empresários e novos cafeicultores. Resumidamente, o pós-abolição foi caracterizado por muitos desafios e luta por cidadania.

O Brasil foi a nação americana que mais recebeu escravizados africanos<sup>38</sup>, e a última a acabar com escravidão.

Após a assinatura da Lei Áurea, a monarquia foi aclamada nas ruas, alcançando grande apoio popular. Entretanto a sua relação com o setor agrário escravocrata tornou-se bastante conflituosa. Exigia-se uma indenização do governo. Sentindo-se abandonados pelo Estado imperial, muitos senhores de escravizados começaram a defender o regime republicano (SCHWARCZ, 1998).

As ideias republicanas já circulavam no Brasil e foram sintetizadas com o documento Manifesto Republicano, de 1870, mencionando o desejo dos brasileiros serem da América como os demais países americanos, todos republicanos. O Brasil era a única monarquia do continente.

Também cresciam os conflitos entre o Estado imperial e a Igreja Católica, que condenava ideias defendidas pela Maçonaria, sem o apoio do imperador, que inclusive chegou a condenar atitudes do bispado contra a Maçonaria, em franco desrespeito à soberania da Igreja Católica. Muitos católicos, a partir de então, passaram a defender a República.

Outro setor que então nutria grande descontentamento com a monarquia era o exército. Entre 1864 e 1870, durante a Guerra do Paraguai, muitos militares lutaram ao lado de soldados escravizados, como camaradas, e voltaram da guerra questionando a escravidão e a monarquia que lhe dava suporte, quando a liberdade havia sido prometida para o escravizado que voltasse vivo da guerra. Além disso, os brasileiros em luta recebiam apoio de países republicanos, Argentina e Uruguai, passando a assimilar algumas ideias do republicanismo. Após 1870 e a vitória alcançada pelo exército na guerra, muitos militares alimentavam expectativas de que fossem mais valorizados como força política nacional, demonstrando insatisfação quanto ao tratamento recebido do governo e se opondo, à ordem consolidada. Nas altas patentes do exército também circulava a doutrina Positivista, criada na França no início do século XIX por Auguste Comte, que valorizava a ordem e o conhecimento científico para alcançar o progresso

---

<sup>38</sup> De acordo com Luiz Filipe de Alencastro “do total de cerca de 11 milhões de africanos deportados e chegados vivos nas Américas, 44% (perto de 5 milhões) vieram para o território brasileiro num período de três séculos (1550-1856)” (ALENCASTRO, 2010, p. 5).

social. As ideias republicanas e positivistas muito influenciaram a atuação do exército na queda da monarquia.

República e Abolição tiveram grande ressonância também entre alguns industrialistas defensores do trabalho baseado em mão de obra assalariada – ideia aquecida com a formação de uma nova classe média urbana e a presença do imigrante europeu no país. Também tiveram ressonância entre os novos cafeicultores do oeste paulista, desejosos de maior representação e força política, e que adotaram a produção em bases assalariadas.

O movimento em favor da República ganhava mais força e se alastrava, entre temores sobre um Terceiro Reinado nas mãos de Isabel, haja visto a saúde frágil que D. Pedro II vinha demonstrando no período. Também corriam rumores sobre o papel que o esposo da princesa Isabel, o Conde D’Eu desempenharia, por ele ser estrangeiro.

A Proclamação da República se deu a partir de um golpe militar liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que, pressionado pela caserna, embora simpático à monarquia, traiu a velha amizade com D. Pedro II. Em 15 de novembro de 1889, o ministério imperial foi deposto, sendo proclamada a República no Brasil. Temendo manifestações favoráveis ao imperador, os republicanos comunicaram que a partida da Família Imperial para Portugal deveria ser imediata, na madrugada do dia 17 de novembro. A monarquia tinha fim no Brasil.

Após esta síntese do Brasil monárquico, apresentaremos, no próximo capítulo, uma breve discussão em torno da criação de Petrópolis, local planejado para o veraneio dessa boa sociedade, que contou com o desenvolvimento do transporte ferroviário no Brasil. Apresentaremos também sobre a construção do Palácio de Verão da Família Imperial, edifício onde hoje funciona o Museu Imperial.

## 2- No meio dos caminhos tinha um Palácio de Verão

O objetivo deste capítulo é desenvolver sobre a criação da cidade e do Palácio Imperial de Petrópolis. Contextualizamos a abertura de caminhos na região do então Recôncavo da Guanabara, a aquisição da Fazenda do Córrego Seco por D. Pedro I, o planejamento e construção de Petrópolis e do Palácio de Verão, iluminando a diversidade de atores sociais que atuaram nesses processos. Também observamos um dos grandes símbolos de progresso do Império do Brasil, as ferrovias, que muito beneficiaram a circulação de pessoas e mercadorias, incluindo o acesso à Petrópolis. Abordamos ainda alguns impactos da Proclamação da República na cidade petropolitana e no Palácio de Verão.

### 2.1- As residências da Monarquia no Brasil

A primeira residência ocupada na cidade do Rio de Janeiro pela Família Real portuguesa foi o Palácio dos Vice-Reis, em frente ao cais. O edifício passou a ser utilizado como local de moradia da Família Real, em 1808, acumulando também a função de sede administrativa, sendo rebatizado de Paço Real.

O Paço Real mudou de nome após a declaração de Independência do Brasil, em 1822, passando a ser chamado de Paço Imperial ou Paço da Cidade, permanecendo como núcleo do poder político da monarquia.

Em 1820, D. João se mudou do Paço Real para o Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista. Esta propriedade, considerada à época a melhor mansão da cidade do Rio de Janeiro, foi recebida como presente de um rico comerciante, Elias Antônio Lopes, que enriqueceu traficando escravizados. Assim, o Palácio de São Cristóvão, construído com recursos obtidos por meio do tráfico negreiro, tornou-se a residência oficial de D. João, e depois de D. Pedro I e D. Pedro II, apontando para a proximidade que desde sempre marcou as relações entre traficantes de escravizados e a Família Real.

Por situar-se à boa distância do centro da cidade, o Palácio de São Cristóvão oferecia certa privacidade à Família Real. O Paço permaneceu como o local privilegiado do exercício das funções monárquicas, embora nele ainda se mantivessem os aposentos pessoais dos monarcas, que se hospedavam ocasionalmente. Por sua vez, o Palácio de São

Cristóvão também sediava algumas agendas oficiais do governo imperial, notadamente durante o Império de D. Pedro II.

Nas palavras de Lilian Schwarcz:

Percebe-se com clareza que D. Pedro II transportou para o Paço da Boa Vista muito dos seus afazeres de monarca, atraindo para lá setores selecionados da vida política e social do país. Recebia ainda, em audiências públicas semanais, os súditos da nação, que se deslocavam até o distante bairro e eram atendidos na varanda. Praticava, pois, seu ofício tanto no reduto público oficial – o Paço da Cidade – como nos salões de sua própria casa. (SCHWARCZ, 1998, p. 217)

Além do Paço da Cidade e do Palácio de São Cristóvão, os monarcas ainda possuíam outra propriedade posta à sua disposição, em usufruto: a Fazenda de Santa Cruz, localizada a cerca de sessenta quilômetros da cidade do Rio de Janeiro.<sup>39</sup>

A propriedade antes pertenceu à Companhia de Jesus, desde o século XVI. Sob a administração dos padres jesuítas prosperou, destacando-se na criação de gado, cavalos de raça, caprinos, aves, entre outros animais, e na atividade pesqueira, em plantações e indústrias, tais como no fabrico de produtos em casa de farinha, olaria, forno de cal, serralheria e ourivesaria. Destacava-se também na atividade musical, em que mestres jesuítas iniciavam escravos e escravas no conhecimento da música sacra, com a formação de corais e conjuntos instrumentais.

A Fazenda de Santa Cruz foi confiscada dos jesuítas e incorporada aos bens da Coroa Portuguesa no ano de 1759, quando a ordem dos padres Jesuítas foi expulsa do Brasil pelo Marquês de Pombal.<sup>40</sup>

A casa da fazenda não era propriamente um Palácio, mas possuía proporções grandiosas. Além do prédio, possuía uma capela. No ano de 1817 o prédio foi reformado e decorado para ser a residência de verão da Família Real e refúgio contra o calor nas áreas mais centrais e povoadas da cidade do Rio de Janeiro. Porém, durante o período imperial, a fazenda não prosperou como no tempo dos jesuítas, demonstrando “um grande descompasso entre o enorme potencial da fazenda e a insolúvel ineficácia administrativa” (SCHWARCZ, 1998, p. 224).

---

<sup>39</sup> A localização da Fazenda de Santa Cruz corresponde atualmente ao bairro carioca de Santa Cruz.

<sup>40</sup> Pela Lei de 03 de setembro de 1759, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, então Primeiro Ministro português, ordenou a expulsão dos jesuítas da colônia. Tal medida inseriu-se em uma série de reformas modernizantes, ocorridas entre 1750 e 1777, a fim de melhorar a administração do Império português e aumentar as rendas obtidas através da exploração colonial. Entre as medidas, ocorreu a expulsão dos jesuítas, então acusados de concentrar o monopólio do ensino na colônia. A isso somavam-se as contendas envolvendo os colonos e os jesuítas em torno da questão da exploração da mão-de-obra indígena. O assunto é desenvolvido em: WREGGE, 1993.

Outra propriedade pertencente à Família Imperial foi a Fazenda do Córrego Seco, localizada na região serrana do Rio de Janeiro, adquirida por D. Pedro I em 1830.

## **2.2- Subindo a Serra: O Recôncavo da Guanabara, caminhos novos e a Fazenda do Córrego Seco.**

Entre a Serra do Mar e a Baía de Guanabara, demarcando limites fronteiriços com a cidade do Rio de Janeiro, uma extensa região chamada de Recôncavo da Guanabara ou Baixada da Guanabara estruturava-se, desde a fundação da cidade do Rio de Janeiro, a partir da concessão de sesmarias e do estabelecimento de fazendas. Com base no trabalho escravizado africano, eram desenvolvidos nessas terras o plantio da cana-de-açúcar, a produção de aguardente e outros produtos. Uma rica rede hidrográfica, desaguardo na Baía de Guanabara, garantia o escoamento da produção, que abastecia as próprias fazendas e a cidade do Rio de Janeiro. Essas fazendas constituíam como que um cinturão de expansão para o interior, contíguo e que se conformou como área de influência da cidade do Rio, na qual eram incentivadas novas ocupações, a sua colonização e a criação de rotas terrestres:

Não havia sentido de hierarquização entre a cidade e a sua área de influência, na medida em que a cidade atuava dentro do contexto da exploração colonial, ou seja, sua função era de, a partir de sua ocupação, organizar o território de forma a facilitar a extração das riquezas produzidas no seu entorno. No caso do Rio isso incluía o imenso interior, principalmente depois da descoberta do ouro nas Gerais. (SILVA, 2013, p.52)

A geografia dos rios no Recôncavo da Guanabara viabilizava a comunicação com toda região, a cidade do Rio de Janeiro e seu porto. A limpeza dessa rede hidrográfica, a sua desobstrução e abertura de canais eram garantidas também com base no trabalho de cativos. As embarcações aportavam em pequenos portos, localizados nas margens destes rios, e daí em diante a circulação de pessoas e produtos só era possível seguindo por terra firme, pelos caminhos existentes. É nessa região que serão desenvolvidos novos caminhos para Minas Gerais.

Até então, desde a descoberta do ouro em Minas Gerais, em 1693, o que era garimpado era levado ao Rio de Janeiro por uma estrada que ligava Minas Gerais a Paraty, e de lá o ouro era levado por mar até o porto do Rio de Janeiro. Esta região tinha inconvenientes como: um caminho longo, com alguns trechos de difícil passagem, e a possibilidade de ataques de piratas e corsários nas imediações dos portos de Paraty e

Angra dos Reis.

Ainda no final do século XVII, de modo a facilitar a comunicação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, a coroa portuguesa estimulou a criação de novos caminhos. As rotas abertas no Recôncavo da Guanabara passaram a ter uma importância estratégica de ligação entre essas duas regiões.

Entre 1699 e 1704 foi criado no Recôncavo, por Garcia Rodrigues Paes<sup>41</sup>, filho do bandeirante Fernão Dias Paes Leme, o Caminho Novo. Esse caminho diminuía significativamente o tempo de viagem entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais e favoreceu o desenvolvimento de povoados na região, entre eles a Freguesia Nossa Senhora do Pilar do Iguassú, onde eram realizados os registros para fiscalização e recolhimento do quinto<sup>42</sup>.

Além de otimizar a viagem entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, o Caminho Novo foi uma alternativa para “proteger o ouro dos piratas e corsários nas imediações dos portos de Angra do Reis e Paraty” (AQUINO; CUNHA, 2014, p. 85). A importância do fluxo comercial do Caminho Novo o transformou em relevante artéria econômica do Brasil.

Pouco depois, em 1724, foi aberta uma nova variante, um atalho, por iniciativa do português Bernardo Soares Proença<sup>43</sup>, proprietário de uma fazenda no Recôncavo e senhor de escravos. Conhecido como Caminho do Inhomirim, Caminho do Proença, ou Atalho Soares Proença, este caminho, que possuía um relevo menos acidentado, encurtando o trajeto do Caminho Novo.

Esta variante perpassava a Serra da Estrela, área originalmente de difícil acesso, povoada por indígenas Coroados<sup>44</sup>. Com um paredão rochoso de cerca de 1000 m de altura dificultando a sua transposição, essa cadeia montanhosa acabou por não ser muito explorada pelos colonizadores nos primeiros 200 anos da colonização, apenas recebendo alguma expedição visando à posse de sesmarias. A partir da criação do Atalho de Soares

---

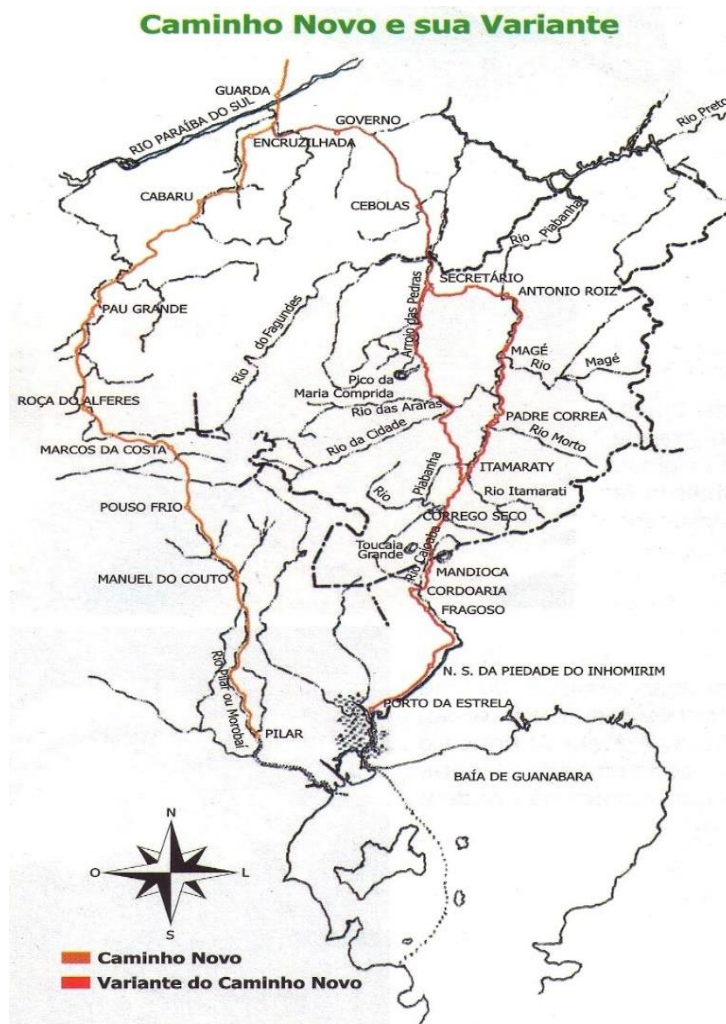
<sup>41</sup> Garcia Rodrigues Paes pediu ao rei de Portugal para abrir um caminho junto ao rio Paraíba do Sul e, como recompensa aos serviços prestados, recebeu uma larga extensão de terras entre os rios Paraíba do Sul e Paraíba.

<sup>42</sup> O quinto era o imposto cobrado pela coroa portuguesa sobre o ouro encontrado em suas colônias. Corresponhia a 20% ou 1/5 do metal extraído.

<sup>43</sup> Bernardo Soares de Proença era português, militar e dono de uma fazenda em Suruí, na região do Recôncavo da Guanabara. Em 1721 recebeu uma sesmaria na Serra da Estrela, a sesmaria do Tamaraty, e no ano seguinte iniciou as obras para construção de um atalho para o caminho Novo, concluído em 1724.

<sup>44</sup> Segundo o Almanaque de Petrópolis: Os imigrantes e a formação de Petrópolis (2018), a Serra da Estrela era conhecida como o “Sertão dos Índios Coroados”, pois os antigos índios Goitacazes, perseguidos pelos portugueses, encontraram refúgios nestas terras. Suas povoações eram localizadas próximo às margens dos rios. Podemos dizer que os índios Coroados foram os primeiros habitantes destas terras.

de Proença, a Coroa Portuguesa realizou a doação de muitas sesmarias na região, de modo a incentivar a povoação na região serrana, abrindo possibilidades para o cultivo nessas terras, a conservação do caminho e a acolhida de viajantes, tropeiros e animais de carga em passagem pela região. Com o passar do tempo e a importância adquirida pelo novo caminho, tais sesmarias foram parceladas ou vendidas, dando origem a fazendas, sítios e pequenas propriedades, intensificando-se o povoamento e a dinamização nessa área.



Fonte: <http://ahistoriadepetropolis.blogspot.com/2013/05/a-variante-do-caminho-novo-de-bernardo.html?m=1>

O Atalho Soares de Proença favoreceu o desenvolvimento do povoado da Estrela, cujo porto tornou-se, no século XVIII, o mais utilizado para o escoamento do ouro e

outros produtos.<sup>45</sup> O Porto de Estrela era então o ponto de acesso para a subida da Serra da Estrela.

É importante pontuar que não foram criados apenas esses caminhos que destacamos na região do Recôncavo da Guanabara rumo a Minas Gerais. Houve ainda um outro caminho desenvolvido por iniciativa de Estevão Pinto, que foi o Caminho do Tinguá, concluído em 1728. O novo caminho também dinamizou as áreas ao longo de seu percurso, incluindo uma região denominada de Iguassú. Com o desenvolvimento da região, em 1833 foi criado o município de Iguassú, que ocupava toda a porção oeste da Baía de Guanabara (SILVA, 2013) – localidade que hoje corresponde à parte da Baixada Fluminense. O decreto de criação do município de Iguassú estabeleceu o povoado de Estrela como parte do recém-criado município, até que em 1846, Estrela foi elevado à categoria de vila, tornando-se sede do município de Estrela que abrangia as freguesias de Pilar, Guia de Pacobaíba, Inhomirim, Suruí e Petrópolis. Sobre esse município, Knauss explica:

A novidade da criação do Município de Iguassú, em 1833, não representou de fato uma mudança na dinâmica territorial colonial na região. É a divisão de Iguassú com a criação do município de Estrela, em 1846, que indica a renovação das formas de controle territorial na região. Enquanto a parcela do município de Estrela se concentrou na atividade do porto na foz do rio Inhomirim às margens da baía, em torno da logística da exportação de café a partir de muares, escravos e transportes fluvial, a outra parte, do município de Iguassú, localizados nas terras mais distantes da baía e ao pé da Serra do Mar, caracterizou-se pela concentração na atividade agrícola. (KNAUSS, 2019, p. 33)

Toda essa região desenvolvida a partir dos diversos caminhos construídos entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais foi desenvolvida com exploração de mão de obra cativa. Esses escravizados dedicaram-se a diversos ofícios, como agricultores, construtores, garimpeiros, ferreiros, caçadores e lenhadores. Silveira Filho (2011) destaca que na região em que o Caminho Novo foi estabelecido há registros da presença negra escravizada durante todo o processo de construção de rotas terrestres. Segundo o autor, a frequência de fugas de escravos gerou a criação de diversos quilombos, que inclusive aqueceram o povoamento inicial de diversas áreas e que até hoje deixam o legado de quilombolas na

---

<sup>45</sup> No século XIX, o porto de Estrela tornou-se também o principal porto escoador do café do Vale do Paraíba.

serra.<sup>46</sup> A forte presença de escravos fugitivos nesta região era acompanhada por estratégias de policiamento e perseguição, tendo em vista fazer uma “limpeza” na serra contra malfeitores e escravos fugidos que, supostamente, unidos a esses malfeitores dedicavam-se a assaltos. A associação entre quilombolas e criminosos, de acordo com o autor “é algo que pode e deve ser muito discutível” (SILVEIRA FILHO, 2011, p. 5). De fato, associar os escravizados à criminalidade remete a um imaginário social racista em que os escravizados são percebidos como desordeiros, selvagens, incivilizados.

A existência de um grande número de escravizados na região resulta também do fato da aquisição de terras ter como importante requisito “achar-se o suplicante com escravos bastante para poder povoar... com muitos filhos de escravos para poder cultivar” (SILVEIRA FILHO, 2011, p. 2).

Além da declaração de posse de escravos nas petições de sesmarias, outra fonte de pesquisa sobre a presença significativa dos negros na região são os registros de testamento dos fazendeiros, que servem de demonstrativos da posse de escravizados deixados como herança, e também registros de alforria, conquistada por escravizados que eram tornados libertos em testamento.

A presença negra também se evidenciava na circulação de negros na região dedicando-se a diversos ofícios, como construtores, garimpeiros, ferreiros, caçadores e lenhadores. Portanto “os diversos fluxos migratórios indicam um conjunto de marcadores de presença africana nas dimensões da ocupação e ordenamento territorial e de desenvolvimento regional” (AQUINO & CUNHA, 2014, p. 86).

Com importante localização junto ao Caminho Novo, registre-se a Fazenda dos Correias, de propriedade do casal Correa Goulão, herdada em 1802 por seu filho, o padre Antônio Tomás de Aquino Correa da Silva Goulão, conhecido como Padre Correa, senhor de terras e de numerosa escravaria. Sob a administração do Padre Correa, a propriedade despontou como uma das grandes fazendas da província do Rio de Janeiro, destacando-se pela produção de milho e arroz e pela fabricação de ferraduras para animais. Tornou-

---

<sup>46</sup> Sobre esses quilombos Dias (2016) apresenta quatro quilombos, na região em que Petrópolis foi construída e seu entorno, que foram formalmente reconhecidos pela historiografia: “o Quilombo da Vargem Grande (subdividido entre Quilombo da Direita e Quilombo da esquerda), o Quilombo de Manuel Congo (nas imediações do Vale das Videiras), o Quilombo da Tapera (em Itaipava) e o Quilombo de Petrópolis (localização indeterminada). Schwarcz ainda nos apresenta outro: “situado no sertão de São José do Rio Preto, [que] deixou como herança a denominação atual da localidade: Quilombo” (SCHWARCZ, 1998, p. 234).

se também a maior hospedeira da serra, oferecendo abrigo a vice-reis, governadores, ouvidores e, em especial, a D. Pedro I, que de passagem para as minas pernoitava esporadicamente na fazenda do Padre Correa.

Devido ao clima ameno do lugar, D. Pedro I decidiu adquirir uma propriedade na região, tendo em vista construir um Palácio de Verão. Segundo Daibert: “Outro importante motivo que influenciou na decisão de D. Pedro I foi o fato de sua filha Paula, que sofria de sérios problemas de saúde, se sentir muito bem nas terras do Padre” (DAIBERT, 2010, p. 20). Pedroso (2014), por sua vez, cogita que a criação do Palácio no alto da Serra da Estrela era também uma forma de promover a ocupação da região que “contribuiria para um maior controle e fiscalização do território”. (PEDROSO, 2014, p. 21)

Em 1830, D. Pedro I adquiriu então uma propriedade próxima à fazenda do Padre Correa, denominada Fazenda do Córrego Seco, entretanto não chegou a desfrutá-la, pois abdicou ao trono em 1831.

Segundo Lacombe (1940), após a aquisição da propriedade por D. Pedro I, ao longo dos anos seguintes as terras da Fazenda do Córrego Seco estiveram nas mãos de sucessivos arrendatários.

Com a morte de D. Pedro I, em 1834, foi aberto um inventário, em que foram constatadas dívidas que envolviam a fazenda. Lilian Schwarcz explica:

Após a sua abdição em 1831 e sua morte em 1834, pessoas a quem D. Pedro I devia entraram na justiça europeia e brasileira para defender seus créditos. Assim, a fazenda da Serra Fluminense, avaliada em 13:974\$000, foi destinada a credores do monarca falecido, para cobrir suas dívidas assumidas em testamento. Em 1840, por ocasião da maioridade de D. Pedro II, as questões referentes ao inventário e à partilha de bens ainda se arrastavam pelos tribunais. O governo brasileiro, então, entrou em ação e pagou na justiça o valor da fazenda, liberando-a de sorte incerta. E fez mais: apesar de incorporada ao patrimônio nacional, ficava pertencendo a Pedro II e seus sucessores. Marca do regime monárquico, o público e o privado servem-se reciprocamente. (SCHWARCZ, 1998, p. 232)

Aqui vale mencionar que os palácios (do imperador) eram administrados pela Casa Imperial, instituição que, entre outras funções, era responsável pela gestão das finanças da Família Imperial. O administrador da Casa Imperial era o “mordomo-mor”, empregado oficial de grande importância, possuindo comunicação direta com o monarca.

Os recursos para a manutenção dos Palácios Reais e do *modus vivendi* da Família Imperial como um todo eram oriundos do Tesouro Público. Assegurava-se a posse da herança de D. Pedro I a seus sucessores. Conforme determinado na Constituição de 1824:

Art. 114. A Dotação, Alimentos, e Dotes, de que fallam os Artigos antecedentes, serão pagos pelo Thesouro Publico, entregues a um Mordomo, nomeado pelo Imperador, com quem se poderão tratar as Acções activas e passivas, concernentes aos interesses da Casa Imperial.

Art. 115. Os Palacios, e Terrenos Nacionaes, possuidos actualmente pelo Senhor D. Pedro I, ficarão sempre pertencendo a Seus Successores; e a Nação cuidara nas aquisições, e construcções, que julgar convenientes para a decencia, e recreio do Imperador, e sua Familia.<sup>47</sup>

No ano de 1843, após a administração das dívidas deixadas por D. Pedro I, a Casa Imperial assumiu a administração da Fazenda do Córrego Seco e o então mordomo-mor da Casa Imperial, Paulo Barbosa, se mobilizou para empreender um plano de obras e reformas que incluía a construção de um Palácio de Verão, o que agradou a D. Pedro II.

### **2.3- O plano de construção da cidade e do Palácio de Verão**

A proposta de construção de um Palácio na Serra expressava, além do interesse pessoal do monarca, sentido político e sanitário. Segundo Schwarcz:

O próprio Mordomo explicaria mais tarde sua intenção de construir um local onde Suas Majestades pudessem se proteger e refugiar das invasões das pestes ou de inimigos. E apesar da resistência de conservadores que não queriam quebrar a tradição dos verões imperiais na fazenda de Santa Cruz – bem mais próxima da cidade-Corte –, D. Pedro II entrou de cabeça na sedutora e ousada empreitada. (SCHWARCZ, 1998, p. 232)

Havia a justificativa da segurança, pois a localização desse Palácio dificultaria a proximidade de pessoas e políticos indesejados, e também a questão sanitária, já que, àquele tempo, a cidade do Rio de Janeiro era considerado uma cidade insalubre, a despeito de ter experimentado desde o início do século XIX, com a chegada da Família Real, sua corte e empregados, significativa dinamização e modernização, como sede político-administrativa do poder real e imperial e como centro comercial do Império. Junto à modernização da cidade apareceram problemas oriundos do adensamento populacional. Além do grande número de escravizados, crescia na cidade o número de trabalhadores livres e libertos, que em geral se hospedavam em cortiços, hospedarias e casas de cômodo no centro da cidade, localizadas em ruas estreitas e congestionadas, comuns à época.

---

<sup>47</sup> Conferir em:

[www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v1\\_1824.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf) (acesso em 13/05/2021)

Quase sempre essas habitações eram desprovidas de condições mínimas de higiene, iluminação e circulação de ar. A isso somava-se o fato das condições físicas da cidade, situada em zona tropical, em uma planície baixa e pantanosa circundada por mar e montanha que favoreciam o calor e a umidade.

O adensamento populacional com desordenamento urbano e condições sanitárias inadequadas, associado à natureza física da cidade propiciaram a proliferação de doenças e epidemias. Desde o século anterior a cidade já era atravessada por frequentes epidemias, mas o estopim da calamidade na Capital foi a primeira grande epidemia de febre amarela, que castigou a cidade entre dezembro de 1849 e setembro de 1850, alcançando proporções alarmantes. Nos anos seguintes a cidade ainda testemunharia epidemias de cólera-morbo e varíola. Diante desta problemática uma das medidas tomadas pelo governo imperial foi buscar proteger a corte do contágio isolando-a em lugar seguro, sobre o que a fundação de um povoamento na serra cumpriria essa missão, figurando como uma boa rota de fuga contra as epidemias e miasmas que assolavam a Capital.

Dentro desse movimento, no verão entre 1849 e 1850, a Família Imperial seguiu para a Fazenda de Santa Cruz. Por infelicidade, morreu prematuramente de febre o príncipe e herdeiro aparente ao trono, Pedro Afonso. Tal fatalidade foi um grande golpe para D. Pedro II e a Imperatriz Tereza Cristina, já que um ano antes um filho de dois anos, Afonso Pedro de Alcântara, havia falecido depois de ter fortes crises epiléticas. No momento em que tal fatalidade ocorreu o novo Palácio de Verão na região serrana já estava em construção e a afirmação deste novo destino como lugar de veraneio parecia urgente.

Jaqueline Vieira de Aguiar, em artigo no Anuário do Museu Imperial do ano de 2020, confirma essa escolha da serra como destino de veraneio pela Família Imperial. Segundo a autora:

D. Pedro II optou pela casa da Região Serrana do Rio de Janeiro como opção de veraneio após a perda do Príncipe Imperial Pedro Afonso. A tragédia ocorreu em 1850, na antiga residência de férias, a fazenda de Santa Cruz que, na estação do Verão, possuía um clima abrasador, muito propício a doenças. Desde então, o soberano e sua família passaram a frequentar a fazenda do Córrego Seco, localidade herdada de seu pai e que recebeu o nome de Petrópolis em sua homenagem. (AGUIAR, 2020, p. 111)

Os primeiros passos para a criação de Petrópolis foram dados nos meses iniciais de 1843, quando o Major Koeler<sup>48</sup> formalizou ante a Casa Imperial uma proposta para

---

<sup>48</sup> A vinda do alemão Julius Friedrich Koeler para o Brasil ocorreu em 1828. Sua chegada se deu no contexto de esvaziamento do exército, já que muitos oficiais portugueses aqui residentes retornaram para

arrendamento da Imperial Fazenda do Córrego Seco, cujo contrato de arrendamento havia expirado recentemente. Nesta ocasião Koeler entregou ao mordomo Paulo Barbosa um plano de urbanização que foi apresentado a D. Pedro II. Lordeiro comenta:

O Major Júlio Koeler, oficial do corpo de Engenheiros, era companheiro de armas do Brigadeiro Paulo Barbosa da Silva, a quem expôs um plano de colonização, convencendo-o da conveniência e oportunidade de sua realização. Paulo Barbosa era o Mordomo da Casa Imperial e seu prestígio foi decisivo para que D. Pedro II encampasse a ideia, que aliás já estava em cogitações, pois pretendia construir para si um Palácio de Verão, projeto que remontava aos tempos de D. João VI. O próprio D. Pedro I só não construía ali o seu Palácio da Concórdia por ter sido obrigado a regressar para Portugal em 1831. (LORDEIRO, 2000, p. 1)

Não só o plano de urbanização<sup>49</sup>, mas também o início da sua execução coube à Koeler, que nele atuou fortemente até 1847, quando foi acusado de supostas irregularidades. Foram feitas investigações rigorosas pela administração provincial, mas nenhuma acusação formal foi apresentada. Não obstante, as acusações e investigações causaram grande dano à reputação de Koeler. No mesmo ano, em 21 de novembro de 1847, um acidente levou à sua morte prematura, e seu plano de urbanização acabou sendo executado por outros profissionais.

Em 16 de março de 1843, D. Pedro II emitiu o Decreto Imperial n. 155<sup>50</sup>, que determinou que a Fazenda do Córrego Seco fosse então arrendada ao Major Julio Frederico Koeler, que deveria separar uma área para a edificação de um Palácio para o imperador, com suas dependências e jardins, e outra área para uma povoação, a ser

---

Portugal junto com D. João VI, em 1821 e nos anos subsequentes. Para suprir esta necessidade, o governo Imperial criou o Regimento de Estrangeiros. Tendo experiência militar, já que havia servido no exército prussiano, Koeler fez testes na Academia Militar do Rio de Janeiro, para ser admitido como oficial no Exército e no Imperial Corpo de Engenheiros. Após a conclusão dos exames foi admitido como Primeiro Tenente do Corpo de Engenharia do Exército Imperial. Era de religião luterana e casado com a jovem católica Maria do Carmo Rebelo de Lamare. Até o final da década de 1830, Koeler recebeu missões e tarefas de diversas naturezas, tanto na Serra da Estrela, quanto em outras áreas da província do Rio de Janeiro, consolidando sua carreira profissional. Em reconhecimento pelos bons serviços prestados, Koeler foi graduado no posto de Major do Imperial Corpo de Engenheiros, através do decreto de 28 de dezembro de 1839.

<sup>49</sup> Segundo Lordeiro (2000), o plano urbanístico básico de Koeler foi apoiado em um minucioso levantamento topográfico, realizado em 13 meses. Era um autêntico plano urbanístico com indicações de zoneamento, hierarquização do sistema viário, normas de parcelamento da terra, ocupação e construção, além de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. De modo inédito no Brasil, esse plano de urbanização previu que os rios corresse na frente e não nos fundos das residências, como era a prática no padrão colonial português, afastando-se do antigo costume de se utilizar os cursos de água como naturais coletores de dejetos. Os rios passavam a ser vistos como um complemento de arquitetura urbana, a exemplo do que se fazia na Europa.

<sup>50</sup> Conferir Instituto Histórico de Petrópolis: [http://www.ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/hcltf19380910.htm](http://www.ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/hcltf19380910.htm) (acesso em 24/08/2021)

aforada a particulares, além de uma igreja em honra ao Santo de devoção do monarca, São Pedro de Alcântara, e um cemitério. Sobre o arrendamento Ambrozio comentou:

O arrendatário Júlio Koeler, estava obrigado a levantar a planta futura de Petrópolis, do Palácio do Imperador e seus anexos, fazendo a divisão das terras imperiais em lotes ou prazos numerados para o aforamento. Koeler, além disso, ficava compromissado com a reedificação dos prédios e ranchos já existentes na fazenda Imperial, sendo franqueada a mudança dessas construções para outros locais, mas sempre obedecendo as suas dimensões originais, devendo entregar essas edificações em bom estado no término do arrendamento. A mordomia reservava no artigo 4º os melhores terrenos para aforar diretamente à particulares, edificar um cemitério, igreja, Palácio e uma povoação. (AMBROZIO, 2012, p.2)

Koeler assumiria a projeção e execução da planta da área a ser construída e do Palácio e suas dependências.

O projeto de construção do Palácio Imperial também estabelecia o povoamento de Petrópolis. Em torno do Palácio uma povoação começou a delinear-se, sendo estabelecidas residências de nobres, edifícios públicos, edifícios comerciais, e a igreja matriz. Todas as terras pertenciam à Casa Imperial. Os aforamentos autorizados apontavam para uma forma de selecionar os habitantes do lugar, tendo em vista estabelecer um convívio dentro de uma sociabilidade aristocrática.

A escolha do nome “Petrópolis” para a área em construção era uma clara homenagem ao imperador. Schwarcz comenta:

O lugar foi batizado de Petrópolis por sugestão de Paulo Barbosa, inspirado por sua vez na russa Petrogrado: ‘Lembrei-me de Petersburgo, cidade de Pedro, recorri ao grego e achei à cidade com esse nome no arquipélago e sendo o Imperador D. Pedro, julguei que lhe caberia bem o nome’. Talvez tivesse ocorrido ao Mordomo ainda, a distante ideia de José Bonifácio, que já em 1823 propusera a edificação de uma nova capital para o Império no interior do Brasil, a qual então deveria chamar-se Brasileia ou Petropole. (SCHWARCZ, 1998, p 232).

Não havia no Decreto Imperial n. 155 a menção ao termo ‘colônia’ ou ‘colonos’. Foi Koeler quem propôs a colônia. O plano de Koeler mencionava explicitamente a intenção de estabelecer uma colônia agrícola e industrial alemã na futura Petrópolis. Assim o plano de Koeler para Petrópolis foi estabelecido afirmando o desenvolvimento simultâneo de uma povoação e de uma colônia alemã, sugerindo que tal formação abrangeria os segmentos essenciais para a comunidade. Assim, na planta de Petrópolis estavam determinados: as áreas destinadas ao Palácio Imperial; os prazos de aforamento; as áreas do cemitério e a igreja; duas vilas centrais, Vila Imperial e Vila Thereza; e onze

quarteirões coloniais, para abrigar os colonos e suas famílias; além de caminhos, ruas, praças, logradouros públicos, rios e córregos locais.

A construção do palácio foi iniciada em 18 de julho de 1845. Koeler só executou a ala direita do prédio, pois sua morte prematura fez com que os trabalhos fossem continuados por outros profissionais<sup>51</sup>.

A região escolhida para abrigar ao Palácio de Verão era chamada de Vila Imperial. No centro estava o Palácio, e à sua volta casas de verão da corte e da aristocracia, privilegiando personalidades com títulos nobiliárquicos. Os locais mais distantes do Palácio eram ocupados por aqueles com status social inferior. Ao redor do Palácio, por sua vez, havia estabelecimentos à disposição da elite, como passeios públicos, restaurantes, hotéis, lojas e salões de baile. Ao afastar-se da Vila Imperial, os equipamentos de distração e comércio iam diminuindo até tornarem-se ausentes.

A categorização socioespacial corresponde ao seguinte formato: a 1ª classe composta pela aristocracia (elite cortesã e alta burguesia), alocada nas proximidades do Palácio, isto é na Vila Imperial; a 2ª classe formada por uma mescla da média burguesia, que se alocaria na Vila Thereza, isto é, entre o assim considerado povoamento e a Vila Imperial, às Margens da Estrada Geral; a 3ª classe composta por operários (colonos germânicos em sua maioria) alocada no Alto da Serra, na proximidade da Estrada da Serra da Estrela; e por fim, a 4ª classe, de agricultores, que se estabelecia fora da zona urbana, propriamente dita, onde não alcançariam arruamentos e equipamentos urbanos, isolados física e socialmente da cidade. (DIAS, 2016, p. 71)

Portanto o parcelamento do solo petropolitano estabeleceu um modelo de hierarquia e de segregação social. Ambrozio resume esta ideia:

O sentido último do parcelamento enfitêutico empreendido pela Casa Imperial, então, significou a produção de outro território de Corte do Segundo Império brasileiro: uma cidade de representação, senão do país, dos pares do Império – menos malsã, mais europeia e menos “exótica” em sua população, posição climática e arranjo urbano; lugar menos popular, mas distinto e menos homogêneo no convívio social. (AMBROZIO, 2012, p. 4)

Koeler detalha sobre a organização dos “ramos de negócio”:

Poderá parecer à primeira vista, odiosa e demasiadamente excepcional a cláusula de contrato que reserva para o arrendatário o monopólio de certos ramos de negócio, porém esta ideia se desvendará logo que se reflète que este é o único meio de livrar Petrópolis do flagelo de um sem número de tabernas e botequins, focos de vadiagem e de imoralidade, e que, sem oferecer recursos

---

<sup>51</sup> Os profissionais foram José Alexandre Ribeiro Cirne, Joaquim Cândido Guillobel, José Maria Jacinto Rebelo e Manuel de Araújo Porto-Alegre, o Barão de Santo Ângelo.

satisfatórios aos habitantes e passageiros, impossibilitam o estabelecimento em ponto grande de uma empresa que facilite ao público todos os objetos de que precisão e de comodidade por preços razoáveis. (KOELER, 1845 apud, DIAS, 2016, p. 67)

É interessante observar que a decisão de criar uma povoação através de um Decreto Imperial era uma prática incomum no Brasil. Até aquele momento, somente Nova Friburgo tinha sua origem a partir de um ato oficial de D. João VI. A dinâmica tradicional de povoamento consistia em um movimento espontâneo com uma aglutinação gradativa de determinados indivíduos com objetivo comum. A partir daí tal comunidade tornava-se um arraial ou povoação e posteriormente vila e cidade.

Koeler administrou as obras de construção do Palácio Imperial e as obras de implementação urbana da povoação, contando inicialmente com mão de obra, composta de escravos, africanos livres<sup>52</sup>, alguns imigrantes portugueses e outros poucos alemães, provenientes da experiência anterior de Koeler na construção de uma estrada na Serra da Estrela. De acordo com Silveira Filho (2011) para a construção do Palácio de Veraneio da Família Imperial, em 1845, foram “fornecidos 40 escravos para início da construção, que posteriormente se processou à base da contratação dos colonos alemães, em substituição ao trabalho escravo” (SILVEIRA FILHO, 2011, p. 5).

De fato, em trabalhos anteriores à coordenação das obras de construção de Petrópolis, Koeler teve a oportunidade de utilizar a mão de obra imigrante alemã e já à época preconizar a fundação de uma colônia de imigrantes alemães na Serra da Estrela. Na ocasião, Koeler selecionou 51 famílias<sup>53</sup> a fim de empregá-las nas obras de construção

---

<sup>52</sup> Este novo status social foi regulamentado pela Lei de 7 de novembro de 1831, conhecida como Lei Feijó, que, salvo algumas condições específicas, declarava livre os escravos trazidos para as terras brasileiras a partir daquela data. O africano livre possuía uma condição intermediária entre o negro escravo e o negro liberto (forro), entretanto a forma de tratamento era semelhante à do escravo. O pagamento por seu trabalho era realizado por meio de mercadorias, tais como roupas, alojamento e alimentação.

<sup>53</sup> Estas famílias faziam parte de um contingente de imigrantes contratados como colonos para a Austrália, entretanto no Porto do Rio de Janeiro esses passageiros se rebelaram, sob alegação de maus tratos recebidos durante a viagem e decidiram não seguir viagem, rompendo o contrato que fora firmado. Diante da recusa, os migrantes solicitaram autorização para permanência no Brasil. Após o atendimento das formalidades legais exigidas para imigração de estrangeiros, o grupo foi contratado para as obras dirigidas por Koeler na Serra da Estrela. Com esses imigrantes, Koeler tentou organizar uma colônia de operários germânicos e para tal tentou improvisar instalações e atividades de apoio, como: escola; oficina destinada à confecção e reparo de ferramentas; caixa de socorro e auxílio mútuo; assistência médica e assistência religiosa. Fróes (2006) denominou esta experiência de “Pseudocolônia”, que, segundo o autor, dispunha até de um regulamento oficiosamente aprovado pelo então presidente da província do Rio de Janeiro, o Visconde de Baependi. A experiência de colonização alemã na Serra da Estrela teve fim na segunda metade de 1840, em um contexto de insubmissão, quando estes alemães se recusaram a cumprir as cláusulas contratuais a respeito da “caixa de socorro e auxílio mútuo” e se indispuseram pelo atraso de pagamentos por parte da Província.

da Estrada Normal da Serra da Estrela, constituindo uma experiência inédita de emprego de mão de obra estrangeira em companhia de seus familiares. O engenheiro presumia que a presença dos familiares propiciava condições adequadas para o melhor desenvolvimento do trabalho, além de acreditar que somente através da mão-de-obra europeia, privilegiadamente a germânica, supostamente devido ao seu desempenho técnico superior, seriam alcançados os resultados esperados na empreitada. Assim, é plausível afirmar que a ideia de uma colônia de estrangeiros na Serra da Estrela partiu de Koeler, tendo sido concebida antes mesmo do Decreto Imperial que estabeleceu a criação do povoamento de Petrópolis.

Após a experiência, Koeler levou adiante a sua intenção de colonização alemã na região, iniciando contatos junto a autoridades do Grão-Ducado de Hesse para a vinda de famílias que desejassem emigrar para o Brasil como colonos, fato consumado alguns anos após, com a efetiva contratação de colonos alemães nas obras de Petrópolis.

Assim, no ano de 1845 aportou na província do Rio de Janeiro o primeiro navio, trazendo a primeira leva de imigrantes contratados pela Província do Rio de Janeiro. Eram quase uma centena de alemães que seguiram para o trabalho de construção de Petrópolis.<sup>54</sup> Nos próximos dias e meses, outras levadas chegariam totalizando mais de dois mil imigrantes alemães.

De acordo com o Almanaque de Petrópolis: Os imigrantes e a formação de Petrópolis (2018), Petrópolis parecia um pedaço da Alemanha. A língua alemã predominava em todos os cantos do Povoado. Por outro lado, a diversidade religiosa apresentava-se como uma questão delicada, uma vez que o Império do Brasil era oficialmente uma nação católica. De acordo com Fróes (2006), essa questão ficou evidenciada com a “determinação de que o Cemitério de Petrópolis deveria ser destinado somente para nele se sepultarem as pessoas católicas, o que causou grande constrangimento aos colonos não católicos” (FRÓES, 2006, p. 14).

A historiadora Giralda Seyferth (2002) destaca que apesar dos alemães serem comumente associados à imagem de trabalhadores eficientes por parte de uma elite imigrantista, eles também eram criticados por setores nacionalistas preocupados com a entrada de trabalhadores livres no país que possuíam língua, cultura e religião diversas da

---

<sup>54</sup> Segundo o Almanaque de Petrópolis: Os imigrantes e a formação de Petrópolis. (2018), o então Presidente da Província Aureliano Coutinho assinou um contrato com a Charles Del Rue & Co, com o objetivo de contratar seiscentos casais de colonos para trabalharem nas obras de Petrópolis. Entretanto, na tradução do contrato para o alemão, houve um erro de redação, sendo determinado o contrato de 600 famílias, totalizando mais de duas mil pessoas.

realidade brasileira. Os alemães eram observados como possuidores de um germanismo arraigado, expresso na manutenção de sua língua e cultura, resistente ao assimilacionismo. Na mesma direção, o Almanaque de Petrópolis (2018) menciona que os quarteirões coloniais eram divididos de acordo com a região de partida destes alemães, e que, no início da vida social dos colonos germânicos, não era fácil sequer namorar uma moça de outro quarteirão também germânico, sendo o pretendente comumente agredido. Somente com o passar dos anos seriam mais frequentes a união entre germânicos de origens distintas. Tais fatos alimentavam os argumentos contrários à presença germânica no Brasil.

Em Petrópolis a imigração alemã foi considerada uma experiência bem-sucedida. Os imigrantes foram empregados nos mais diversos ofícios, aproveitando-os também como mão de obra em atividades manufatureiras e em fábricas de pequeno porte, particularmente nos setores têxtil e cervejeiro. Argumentava-se que a ociosidade levava ao crime, o que operou para a construção de uma memória laborativa e industriosa destes imigrantes, no discurso oficial da cidade.

Embora as pretensões de se estabelecer em Petrópolis uma colônia com mão de obra europeia branca, também seguiram trabalhando na construção africanos livres e escravizados. Schwarcz argumenta:

Mas não eram só alemães os responsáveis pelo trabalho duro de construir estradas, carregar pedras e madeiras e erguer as paredes do Palácio de D. Pedro II: escravos vindos da Fazenda de Santa Cruz, da Casa de Correção e do Arsenal da Marinha lá estiveram desde o início, e não entravam na contagem do item 'Pessoal', uma vez que pertenciam à própria obra. Já em 1845, um relatório de Köeler atesta que: '[...] os escravos de sua majestade que vieram de Santa Cruz, 16 mulheres, 17 homens e 6 crianças, chegaram aqui com total falta de roupas[...]. Em 1853 eram quarenta, e os mais velhos recebiam gratificação semanal de 320 réis. Africanos livres, na mesma ocasião, chegaram a mais de 20, estes incluídos no item 'Pessoal', junto com os alemães, totalizando aí 96. (SCHWARCZ, 1998, p. 234)

A valorização da mão de obra imigrante alemã convivia com forte preconceito racial em relação ao negro no mercado de trabalho. É nesse sentido que o Relatório da Comissão do Centenário de Petrópolis destaca que: "...os escravos ganhavam para seus senhores de 600 a 800 rs., os colonos de 1\$400 a 2\$000 por dia para si" (Comissão do Centenário de Petrópolis *apud* SILVEIRA FILHO, 2011, p. 6).

A escravidão também era percebida nos movimentos do comércio humano: "Entre as casas comerciais que logo foram se estabelecendo na Rua do Imperador, um mercado de escravos para suprir as necessidades locais chamava a atenção" (SCHWARCZ, 1998,

p. 234).

A existência de um mercado de escravos na rua do Imperador, também é apresentada por Silveira Filho:

Segundo informações de João Duarte da Silveira, tabelião e coronel da Guarda Nacional, em 1867, aqui existia o cidadão português, Joaquim Martins Correia, próspero comerciante e industrial, que chegara a Petrópolis desde o início de sua fundação. (...) o mesmo Martins Correa possuía um extenso comércio em vários prédios de sua propriedade no centro da cidade, e tinha licença para desenvolver atividade de compra e venda de casas, escravos, ou de qualquer outro objeto de valor. (SILVEIRA FILHO, 2011, p. 6)

Dias (2016), objetivando comprovar a presença negra no território antes, durante e após a fundação de Petrópolis, nos apresenta uma diversidade de fontes históricas.

São fragmentos de textos, citações de fontes documentais, relatos de viajantes, por meio dos quais a versão das baixas densidade e representatividade da população negra pode ser contestada mediante comprovação: a) a existência de aquilombamentos de escravos oriundos das regiões vizinhas; b) pelo uso de mão de obra escrava em serviços urbanos e rurais; c) pelo uso da mão de obra negra livre nas obras públicas e outros serviços urbanos, tais como a manufatura, a indústria, o transporte de cargas. Tudo isto fazendo emergir a questão sobre quais elementos vêm sustentando a negação da presença e o apagamento da memória negra em Petrópolis. (DIAS, 2016, p 78)

Ainda sobre a presença negra em Petrópolis, Dias (2016) destaca que ao longo do século XIX, a Província do Rio de Janeiro recebeu negros escravizados, em sua maioria de cultura banto, e que Petrópolis não ficou alheia ao uso desta mão de obra. Segundo a autora:

Foram milhares de escravos, majoritariamente bantos, trazidos para trabalhar nas lavouras do Vale do Paraíba. A título de ilustração, para o ano de 1887 [...] em oito municípios fluminenses [...] foram contabilizados 79.711 escravos alocados em atividades rurais, excetuando-se a cidade de Petrópolis, com 67,38% de escravos empregados em atividades urbanas. [...] A maioria dos escravos da cidade estava alocada em setores econômicos de serviço ou indústria. (DIAS, 2016, p. 86)

Aquino & Cunha (2014) destacam que havia um esforço para que os africanos e seus descendentes permanecessem nas áreas de fazendas mais distantes, que não eram descritas no mapa dos quarteirões coloniais. Mencionam a existência de um “Projeto de Lei para regulamentar o escravismo no Império do Brasil, a conservação da gente preta livre como liberta e a colonização d’africanos”, datado de 1850, o qual seria exemplar do interesse de manter os negros circulando longe das imediações de Petrópolis, tendo em vista promover o branqueamento populacional das áreas consideradas nobres.

## 2.4- Nascem a cidade e o Palácio de Petrópolis

No ano de 1856 o palácio do imperador estava completamente pronto. Ao seu redor haviam alguns prédios auxiliares ao palácio como cozinha, banheiros, Quartel dos Semanários, Superintendência, casa para o mordomo, cocheiras, dispensas e a senzala.

D. Pedro II passou muitos e muitos verões em Petrópolis, inclusive com a ala esquerda do Palácio ainda em construção. Aos poucos a estadia do imperador e de sua família deixaram de ser somente nos meses de verão, chegando em média a cinco meses ao ano, D. Pedro descia a serra apenas para cumprir protocolos no Paço da Cidade. A sua moradia principal ainda permaneceu no Palácio situado na Quinta da Boa Vista e o Paço da Cidade seguia como o espaço de uso administrativo da corte.

Como vitrine da Realeza, Petrópolis passou a atrair a aristocracia desejosa de proximidade com a corte. A alta temporada era dada não pelo clima, mas pela presença do imperador em Petrópolis. Muitos viam nesta cidade a oportunidade de serem apresentados ao imperador ou de sofisticar as suas relações sociais. Segundo o *Jornal Mercantil*:

É em pleno verão, janeiro ou fevereiro, que Petrópolis ostenta todo o seu esplendor: mas o que assinala a estação não é a folhinha, não é o calor, não é o giro do sol ou da terra; é a vinda da Família Imperial. Para os cortesãos, para os ricos ociosos, para o que se chama o bom-tom, o imperador é o termômetro. Enquanto se conserva em São Cristóvão, ninguém das classes mencionadas sente vontade de emigrar: mas logo sua majestade imperial sobe, o calor lá embaixo torna-se insuportável, e as andorinhas se desprendem o vôo. (apud SCHWARCZ, 1998, p. 243)

Quando o Imperador estava em Petrópolis era muito concorrida a hospedagem em hotéis<sup>55</sup> por pessoas mais abastadas da sociedade carioca. Petrópolis despontou com uma peculiaridade em relação ao restante do Império, já que desenvolveu o fenômeno da vilegiatura, movimento até então desconhecido no Brasil. Daibert, apresenta Petrópolis, “não só como um importante marco do que mais tarde chamaremos de turismo, mas também como um lugar que surgiu e se desenvolveu a partir do fluxo de viajantes.” (DAIBERT, 2010, p. 29)

Comumente é atribuído ao decreto 16 de março de 1843 a criação da cidade de Petrópolis, entretanto tal decreto estabeleceu uma povoação, uma unidade produtiva comandada pela Família Imperial, e isto não configura uma cidade em termos jurídicos e

---

<sup>55</sup> O ano de 1847 marca a inauguração do Hotel Suíço, o primeiro de Petrópolis, e no ano seguinte foi inaugurado o Hotel Bragança.

administrativos. Em 1844 o povoado foi estabelecido como curato<sup>56</sup> de São Pedro de Alcântara, que em 1846 foi elevado à categoria de freguesia<sup>57</sup>, vinculada ao município de Estrela. Em 1857, Petrópolis foi elevada à categoria de cidade, sem passar pela condição de vila<sup>58</sup>, o que era, na ocasião, inédito. Conta-se que tal elevação de categoria não teria agradado ao imperador, pois neste novo status haveria uma administração municipal interferindo nas suas relações com a cidade.<sup>59</sup>

Aos poucos, os nobres que se hospedavam na cidade foram construindo seus próprios palacetes e Petrópolis foi tomando nova forma. No decorrer de 1860 já havia dezenas de mansões de nobres cariocas, atestando a riqueza de barões, marqueses, viscondes, diplomatas, ansiosos pela alta temporada, que lhes renderia encontros políticos e bailes sociais. A cidade aos poucos se conformava como uma vila europeia, com cenário idealizado, sem a presença de escravizados transitando para além do espaço privado da casa e das lavouras. Schwarcz explica: “... nesse local, o cativo ficava recluso. Nada melhor para uma corte que vivia mirando um espelho europeu, mas convivia com o espectro da escravidão”. (SCHWARCZ, 1998, p. 239)

Aqueles que ocupavam degraus elevados na hierarquia social pretendiam uma

---

<sup>56</sup> De acordo com Salgado & Pereira (2017), até o século XIX uma das formas recorrentes de formação de povoados era a partir da doação de terras, por um morador ou um conjunto de moradores, à Igreja Católica em honra a um santo de devoção. A partir daí era erguida uma capela, proporcionando a formação e expansão de um povoado, conferindo legitimidade à terra, conforme as ordenações eclesiásticas. A capela recebia um pároco (cura) para celebrar missas e sacramentos, por isso o povoado era denominado curato. O curato não possui um pároco à sua disposição, nem livros para registros de batismos e casamentos. No curato a capela é subordinada eclesiasticamente a uma paróquia de uma freguesia.

<sup>57</sup> Com o crescimento do povoado este poderia adquirir o estatuto de freguesia. Esta promoção levava em consideração critérios de ordem econômica e demográfica do território, além da existência de recursos para a construção de um edifício maior, a igreja matriz. Portanto, para o território ao redor de uma capela ser elevado à condição de freguesia a capela deveria ter um patrimônio fundiário próprio e recursos para assegurar a sua manutenção. Usualmente os moradores suplicavam a elevação à freguesia reclamando maior assistência espiritual devido à distância da sede paroquial e dificuldades de caminhos.

<sup>58</sup> A elevação de um território à condição de vila resultava na imposição de uma instituição jurídica a um núcleo urbano. Segundo Teixeira (2019), o termo vila se refere a uma localidade que constitui o centro de uma jurisdição territorial, a sede do município. A vila era composta de um governo local, o senado da câmara, com câmara e cadeia, e um pelourinho na praça central.

<sup>59</sup> Segundo o site da Prefeitura de Petrópolis, a elevação de Petrópolis à categoria de cidade teria sido uma manobra do Coronel Amaro Emílio da Veiga, deputado na Assembleia Provincial, que, depois de duas tentativas sem sucesso por interferência do próprio Imperador, conseguiu aprovar o seu projeto “...elevando a povoação de Petrópolis à categoria de cidade, revogando-se as leis em contrário”. D. Pedro II ficou enfurecido e retaliou, determinando que o Cel. Veiga retornasse ao Exército, impedindo que ele assumisse a presidência da Assembleia Legislativa de Petrópolis, para a qual Cel. Veiga tinha sido o candidato mais votado nas primeiras eleições municipais. Desgostoso, o Cel. Veiga pediu a reforma do Exército, afastando-se da vida pública, mas continuou morando em Petrópolis até falecer alguns anos depois. Hoje, ele dá nome a uma rua da cidade. Conferir em: [www.petropolis.rj.gov.br/fct/index.php/petropolis/historia](http://www.petropolis.rj.gov.br/fct/index.php/petropolis/historia), acesso em 19/10/2021

Petrópolis elegante e civilizada. A mais fina sociedade ali se reunia e fazia dos hábitos do imperador os seus próprios hábitos. A cidade representava uma outra corte, repleta de atividades sociais e construções representativas da realeza local.

A Imperial Colônia de Petrópolis<sup>60</sup> desenvolvia-se e construía uma relação amistosa com o imperador<sup>61</sup>. Ao longo do tempo, muitos, entre os imigrantes, dedicaram-se aos ofícios de lenhadores, marceneiros, serralheiros, ferreiros, pedreiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros e também às atividades de artesãos e cervejeiros, entre outras. O comércio foi se desenvolvendo e alguns colonos montaram suas oficinas no centro comercial de Petrópolis. Dedicaram-se também à criação de animais, à produção de laticínios e ao cultivo de frutas e hortaliças, que eram vendidas em pensões, hotéis e para veranistas. Esses imigrantes e seus descendentes também se dedicaram à organização de corais e bandas de música.

## **2.5- A construção de ferrovias e a Estrada União Indústria.**

Para chegar a Petrópolis os viajantes seguiam por parte do Caminho Novo que seguia até Minas. Os viajantes provenientes da cidade do Rio de Janeiro pegavam uma embarcação nas proximidades do Paço Imperial, e atravessavam a Baía de Guanabara até o Porto de Estrela. Depois o percurso era feito a pé ou por diligências até alcançar a região conhecida como Raiz da Serra, onde tinha início a subida da Serra da Estrela até alcançar Petrópolis. A partir de 1850 parte do trajeto mudou com a criação da primeira ferrovia do Império do Brasil.

Tudo começou quando em 1850, o empresário Irineu Evangelista de Sousa<sup>62</sup>, que receberia de D. Pedro II o título de Barão de Mauá e depois de Visconde de Mauá, intentou um projeto de melhorias no transporte de passageiros e cargas no Rio de Janeiro. O empresário, empreendedor enriquecera, no campo da indústria, lançando mão de trabalhadores assalariados e escravizados, inclusive fabricando navios usados no comércio negreiro em período que o tráfico já era ilegal. No mesmo ramo de transportes, criou a Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, que

---

<sup>60</sup> Em 26 de maio de 1847, a Colônia dos alemães passou a se chamar Imperial Colônia de Petrópolis.

<sup>61</sup> Estabeleceu-se o costume, por exemplo, de, a cada temporada da Família Imperial na serra, o imperador batizar, como padrinho, um filho de colonos. (Almanaque de Petrópolis: Os imigrantes e a formação de Petrópolis, 2018)

<sup>62</sup> Irineu Evangelista de Souza (1813- 1889) teve grande atuação econômica no Império do Brasil, como comerciante, armador, empresário, industrial, banqueiro e diplomata. Em 1854 recebeu de D. Pedro II o título de barão de Mauá e posteriormente, em 1874, o título de visconde de Mauá.

viria a construir a Estrada de Ferro Mauá. Esta foi a primeira ferrovia do Brasil, inaugurada em 1854. Para sua construção foi empregado o trabalho de escravizados, libertos e homens livres pobres.

A ideia, a princípio, era construir uma estrada de ferro<sup>63</sup> que ligasse o Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba e posteriormente à província de Minas Gerais. O seu percurso passaria por Petrópolis, Juiz de Fora e São João Del-Rey, alcançando o rio São Francisco. Entretanto, o primeiro trecho de ferrovia construído cobriu um curto trajeto, que facilitou a ligação entre o Rio de Janeiro e o alto da Serra da Estrela, em Petrópolis. Para tanto a Companhia investiu esforços e dinheiro para a construção de um sistema trimodal de transportes, composto de barcos, trem e carruagens. Os passageiros e mercadorias embarcavam nas barcas a vapor na estação da Prainha, no Rio de Janeiro, e desembarcavam no Porto Mauá<sup>64</sup>, situado na Baía de Guanabara próximo ao Porto de Estrela<sup>65</sup>. O Porto Mauá foi construído exclusivamente como ponto de acesso à ferrovia, já que o Porto de Estrela apresentava dificuldades para a navegação de navios de maior porte em períodos de maré baixa. No cais do Porto Mauá havia uma linha férrea que o ligava ao ponto inicial da ferrovia- estação Guia de Copaba- que percorria um trajeto de 16 km até alcançar a Raiz da Serra. Em seguida, para subir a Serra até Petrópolis percorria-se a Estrada Normal da Estrela em carruagens, também conhecidas como “carros da serra” para serem levados até Petrópolis. Cada etapa deste sistema de transporte tinha um preço específico.

Construir uma estrada de ferro na da Serra era uma decisão que exigia cautela, pelo grande capital necessário<sup>66</sup> e pelas dificuldades tecnológicas, já que a engenharia da

---

<sup>63</sup> A construção de ferrovias foi permitida a partir do Decreto número 987, de 12 de junho de 1852, referendado pelo ministro dos negócios do Império, Francisco Gonçalves Martins, e assinado por D. Pedro II.

<sup>64</sup> Para possibilitar a circulação das embarcações mesmo com a maré baixa, “foi construído no Porto Mauá uma ponte, e um cais de atracação que avançava cerca de 125 metros sobre a baía de Guanabara, evitando-se assim os inconvenientes das marés” (EL-KAREH e SALLES, 2017, p. 30).

<sup>65</sup> O Porto Mauá localizava-se na jurisdição da freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, onde a ferrovia tinha sua estação inicial, prolongando-se até a região de Fragoso, na região da subida da serra até Petrópolis, já nos limites da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim. Ambas freguesias eram parte do domínio do município de Estrela. Após o estabelecimento da via férrea o município de Estrela sofreu mudanças geográficas, econômicas, sociais e culturais, evidenciando-se ainda mais sua função de intermediária entre a cidade do Rio de Janeiro e o interior. Como consequência da criação da linha férrea, o sistema de transporte pelo rio Inhomirim e o escoamento de produtos através do Porto de Estrela entrou em declínio. A modernidade trazida pelo trem colocou em evidência a Freguesia de Nossa Senhora de Pacobaíba, distrito onde se localizava o porto de Mauá.

<sup>66</sup> Por ser a primeira estrada de ferro do país esta modalidade de transporte ainda não era muito acreditada, e por isso não atraía muitos investidores. Diante destas dificuldades os acionistas da Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis decidiram desde as primeiras reuniões

época ainda não tinha desenvolvido meios de subir um terreno muito inclinado.

De acordo com El-Kareh e Salles (2017), a escolha de Petrópolis como destino desta estrada de ferro, mesmo sem ainda possuir tecnologias para transpor as montanhas por trem, deu-se por questões estratégicas, pois havia potencial demanda de mercadorias a ser transportada, já que desde o estabelecimento do Caminho Novo circulavam na região tropas de mulas com diversos produtos entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. A isso somava-se o fato de que com a decisão da Família Imperial em construir ali seu palácio de verão, muitas famílias aristocráticas e ricos comerciantes também optaram por construir suas residências de verão em Petrópolis. Como consequência, logo a subida da serra precisou ser ampliada e melhorada para acesso de carruagens com passageiros e mercadorias, cada vez mais numerosas.

O apoio político dispensado à Estrada de Ferro Mauá se deveu, em grande parte, a estas ricas famílias aristocráticas e aos ricos comerciantes que viviam no Rio de Janeiro e que haviam feito de Petrópolis o seu paraíso de verão. Deveu-se, igualmente, aos agricultores que enviavam os produtos de suas lavouras para o Rio e aos comerciantes varejistas petropolitanos que iam buscar na corte todas as mercadorias de luxo necessárias ao notável consumo daquela população flutuante de ricas famílias. (EL-KAREH e SALLES, 2017, p. 50)

Como se tratava das pessoas mais ricas do Império, a Companhia cobrava caro pelo transporte de passageiros, o que contribuía para a manutenção do ambiente aristocrático da região Serrana. Não era cogitado democratizar o transporte ferroviário da Estrada de Ferro Mauá, já que grande parte de sua receita resultava do transporte desta elite, sendo inclusive uma prática recorrer ao aumento de preços das passagens em períodos de dificuldades financeiras.

Se os pobres praticamente não usavam a Estrada de Ferro Mauá, pelos altos valores da passagem, a presença dos escravizados, que viajavam em companhia de seus senhores e circulavam pela embarcação ou vagão de trem, era considerada um inconveniente pelos passageiros. A presença negra só não era considerada um incômodo quando constituía mão de obra. Para resolver essa questão:

A solução foi criar espaços apropriados nas embarcações, e nos trens, vagões especiais para os “descalços”, assim chamados porque aos escravos era proibido o uso de calçados, sendo esta uma das marcas mais visíveis e humilhantes de sua condição. Mas como separar os senhores de seus pajens e

---

adiar o plano de subir a Serra até Petrópolis. Acharam mais prudente apenas explorar o trecho já construído entre o Porto de Mauá e Raiz da Serra.

as senhoras de suas mucamas, tão inseparáveis quanto suas sombras e tão indispensáveis quanto seus braços?  
Tantas eram as queixas, mas ninguém se importava com a presença, aliás indispensável, dos marinheiros da empresa que eram escravos, próprios ou alugados, (...) nem sequer com a presença deles nas estações da companhia (...) (EL-KAREH e SALLES, 2017, p. 61)

Tal fato nos fornece pistas para observar a desumanização do escravizado na sociedade brasileira do século XIX. O preconceito contra o negro e a violência de sua subalternização o colocava na condição de objeto, privado de sua liberdade e sofrendo cruel violência física, moral e simbólica. Podemos dizer que o Império do Brasil se orientou por um sentimento aristocrático, que repelia a igualdade de direitos. Aos escravizados cabia trabalhar desumanamente, para proveito de seus senhores, em regime forçado e vil.

Logo o trem tornou-se o principal meio de transporte da população abastada que se dirigia para a serra, mas o tráfego de passageiros ainda ficou abaixo do esperado para garantir os lucros estimados pela empresa. Somente em 1861, a partir de iniciativa do empresário e diretor da Companhia União e Indústria, Mariano Procópio, foi inaugurada a Estrada pavimentada União e Indústria, ligando as cidades de Petrópolis à Juiz de Fora, em Minas Gerais, e ocorreu novo aumento no número circulante de passageiros e no volume do frete de mercadorias, particularmente o café.

Cabe destacar que a narrativa oficial nega que a Companhia União e Indústria tenha utilizado mão de obra escravizada na construção da estrada. Porém, historiadores e registros documentais apresentados, por exemplo, no site Galeria de Racistas<sup>67</sup> apontam que, não só havia escravizados entre os trabalhadores dessa obra: eles eram a maioria dos trabalhadores. De forma consoante os historiadores Lamas e Oliveira (2011) relatam que nos anos de 1854 e 1855 Mariano Procópio alugou escravizados para a construção da Estrada União Indústria. Os autores também destacam a especialização da mão de obra cativa, já que atuavam em muitas funções especializadas. Desta forma, escravos de aluguel tiveram forte atuação neste empreendimento, que também contou com mão de obra imigrante, principalmente alemã.

A intensificação da produção do café impulsionou o projeto de uma outra via férrea realizado pela Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II, que era uma sociedade composta por acionistas. Esta nova ferrovia, que não passava por Petrópolis,

---

<sup>67</sup> Conferir em: <https://galeriaderacistas.com.br/> acesso em 09/09/2022.

foi denominada Estrada de Ferro Pedro II<sup>68</sup>. Esta partia da cidade do Rio de Janeiro com destino à São Paulo e Minas Gerais, sem atravessar a Serra da Estrela, usando outro trecho da Serra do Mar. Após a construção do trecho ligando a cidade do Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba, o intenso tráfego de produtos feito pela Estrada União Indústria foi transferido em grande parte para esta ferrovia, causando grandes prejuízos econômicos para a Estrada União Indústria e para a Estrada de Ferro Mauá. Após alcançar o Vale do Paraíba a Estrada de Ferro Pedro II ainda seria bastante ampliada, até o final da década de 1880, em direção à Minas Gerais.

A esta altura, o projeto do barão de Mauá, de construção de uma ferrovia ligando a região da Raiz da Serra a Petrópolis e depois à Juiz de Fora ainda enfrentava dificuldades tecnológicas para garantir a segurança das locomotivas em um terreno muito acidentado<sup>69</sup>. Mauá investiu muitos recursos neste projeto, além de promover estudos, na Serra da Estrela, visando a aplicação do sistema de cremalheiras<sup>70</sup>.

Porém, em 1875 Irineu Evangelista de Souza enfrentou uma grave crise econômica com posterior falência, vendendo suas propriedades para quitar as dívidas. A isso somou-se o prejuízo causado pela diminuição do fluxo de cargas na Estrada de Ferro Mauá, após a construção da Estrada de Ferro Pedro II. Com Mauá impossibilitado de avançar no projeto, o governo imperial garantiu a concessão da expansão da linha férrea à outra empresa, a Companhia Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará<sup>71, 72</sup> da qual eram

---

<sup>68</sup> Após a proclamação da República esta estrada de ferro foi renomeada de Estrada de Ferro Central do Brasil. Atualmente não há, na malha ferroviária urbana do Rio de Janeiro, a ligação com São Paulo e Minas Gerais.

<sup>69</sup> Para a construção tiveram que ser feitos, ao longo do trajeto, aterros, cortes em morros, muros de arrimo, além de pontes e viadutos.

<sup>70</sup> Como a subida da serra possuía um relevo acidentado, utilizou-se um sistema especial para o deslocamento das locomotivas pela estrada de ferro, que era a cremalheira, que funcionava com a utilização de um terceiro trilho, dentado, no qual rodas dentadas da locomotiva se articulavam. Assim, as locomotivas podiam subir e descer de forma mais segura.

<sup>71</sup> De acordo com (EL-KAREH e SALLES, 2017), como uma forma de desencorajar aqueles que pretendiam chegar a Petrópolis por outros meios, e acreditando que o novo trecho poderia melhorar a crise de sua companhia, Barão de Mauá transferiu gratuitamente à nova empresa os minuciosos estudos e trabalhos gráficos da linha da serra elaborados pelo engenheiro Pereira Passos, encomendados e pagos com seus recursos próprios.

<sup>72</sup> Mariana MUAZE (2021), em seu artigo- Os escravagistas nas “Festas da Modernidade”: O Centro da Lavoura e do Comércio nas Exposições Internacionais (1880-1888)- nos informa que escravocratas da classe senhorial do Império, ligadas à cafeicultura do Vale do Paraíba, utilizaram instituições associativas, a participação em exposições internacionais e o próprio aparelho do Estado para ampliar seus negócios, assegurar a defesa da escravidão e conquistar novos mercados. Na década de 1880, com o avanço das ideias abolicionistas, esses clubes de lavouras ligados aos senhores escravocratas não era algo bem visto internacionalmente, principalmente representando o Brasil nas exposições internacionais. Pensou-se então na fundação de uma nova instituição, com o projeto de incrementar as exportações brasileiras, mas não associada aos clubes da lavoura e à escravidão. Criou-se então o Centro da Lavoura e do Comércio, contando com praticamente as mesmas pessoas, do mesmo núcleo dirigente, ligados aos proprietários

sócios os engenheiros Luís Berrini e Pandiá Calógeras e o empresário Miguel Calógeras. A empresa assumiu o projeto de construção do trecho da ferrovia desde a Vila Inhomirim (Raiz da Serra) até São José do Vale do Rio Preto (depois de Petrópolis).

O Barão de Mauá transferiu gratuitamente à nova empresa os minuciosos estudos e trabalhos gráficos da linha da serra elaborados pelo engenheiro Pereira Passos, que foram encomendados e pagos com seus recursos próprios. O empreendedor acreditava que com a expansão da linha férrea ele também teria um volume de passageiros garantido em seu trecho de atuação, o que ajudaria a companhia a sair da crise (EL-KAREH e SALLES, 2017).

Em 1881 iniciou-se os trabalhos da construção da via férrea entre a Raiz da Serra e Petrópolis, concluída em 1883, quase 30 anos após a inauguração do primeiro trecho por Mauá.

Ainda em 1883 o comando da Estrada de Ferro Mauá saiu da empresa de Irineu Evangelista de Sousa, e os ativos passaram a ser controlados também pela Companhia Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará, que passou a fazer todo o percurso desde a estação inicial, em Guia de Copalpa. Com isso a Estrada de Ferro Mauá perdeu o seu nome, passando a ser chamada de Estrada de Ferro Príncipe Grão-Pará. Nos anos seguintes esta estrada de ferro sofreria mudanças na administração<sup>73</sup> até a sua desativação em 1964.

Ao longo de toda estrada de ferro foram construídas várias estações para o serviço de carga e passageiros. Essas estações ferroviárias eram de grande importância, pois ali ocorria a administração da via, a venda de bilhetes, a espera pelos trens, o armazenamento de mercadorias que seriam transportadas e o reabastecimento da locomotiva com carvão e água. As estações aqueceram o desenvolvimento de localidades ao seu redor, tornando-se uma referência para a vida local.

A estação de trem de Petrópolis passou a ser lugar de embarque e desembarque da Família Imperial, além de titulares da corte, políticos e diplomatas. De acordo com

---

do Vale do Paraíba. Era uma nova roupagem aos velhos donos do poder. Apesar do grupo se originar da classe senhorial escravista, apresentava uma composição mais variada em termos de atividades econômicas, parte desses senhores tinham interesses econômicos que ultrapassavam a produção, negócios e comércio de café, investindo nos setores bancário, de transporte, de seguros, mineração e imigração. Entre os membros dessa elite cafeicultora e escravista, que dirigia o Centro de Lavoura e Comércio, alguns tornaram-se acionistas ou diretores da Cia. E. F. Príncipe do Grão-Pará, como o incorporador da Companhia ferroviária Honório de Araújo Maia, e os acionistas Francisco Inácio de Araújo Ferraz, Joaquim da Costa Ramalho Ortigão e Antônio Tomás Quartim.

<sup>73</sup> Em 1888 o ativo e passivo da E.F. Príncipe do Grão Pará foi adquirido pela The Rio de Janeiro Northern Railway Company, e em 1898 foi adquirida pela The Leopoldina Railway Company.

Joaquim Santos:

A chegada de cada trem, nos horários ou um pouco atrasados, reunia naquela rua grande massa de povo e um número incontável de carruagens, caleças, cavalos selados, tálburis e outros meios de locomoção por tração animal, até o advento dos automóveis, que substituíram o antigo, porém mantendo o clima de movimento e de grande expectativa. Quando era anunciada a subida a Petrópolis de uma autoridade ou grande personalidade, a rua ganhava um burburinho enorme de curiosos, como por exemplo, no dia da subida do Imperador à frente da Corte para o veraneio, acompanhado pelas maiores autoridades político-culturais do país e representações diplomáticas. (SANTOS, 1996)

De acordo com a publicação Almanaque de Petrópolis: A estrada de ferro e as viagens de trem:

Quando estava em Petrópolis, D. Pedro II tinha por hábito passear pela cidade e, à tarde, não dispensava a ida até a estação ferroviária, onde se misturava com as pessoas que ficavam à espera do “trem dos maridos”, isto é o que trazia de volta os homens que desciam para o Rio de Janeiro para trabalhar durante o dia. (...) Era comum também ver D. Pedro na estação conversando com os veranistas e moradores comuns da cidade. (ALMANAQUE DE PETRÓPOLIS, 2012, p. 19)

A estação de embarque e desembarque logo foi ampliada, devido ao gradativo aumento de passageiros. A inauguração da estrada de ferro, muito favoreceu o dinamismo da cidade de Petrópolis e o desenvolvimento em regiões ao redor das estações ferroviárias, porém, perderam importância as atividades econômicas em localidades que se beneficiaram inicialmente com a circulação de pessoas e mercadorias, por rotas terrestres e fluviais. Essa mudança esvaziou economicamente a região do Porto de Estrela, ocasionando gradativo abandono do transporte de mercadorias na região.

Na década de 1880 outra estrada de ferro foi construída estabelecendo uma ligação direta entre a cidade do Rio de Janeiro e Piabetá, próxima a Raiz da Serra, a Estrada de Ferro Leopoldina. Como consequência o transporte pela Baía de Guanabara passou a ser menos utilizado, impactando negativamente o movimento do primeiro trecho de ferrovia construído pelo Barão de Mauá. No início do século XX, o serviço de integração entre o barco a vapor e o trem foi desativado, passando a existir apenas o trem que partia do centro do Rio de Janeiro<sup>74</sup>.

A primazia do transporte férreo para a comunicação da cidade do Rio de Janeiro com a Região Serrana só seria impactada a partir do governo do presidente Washington

---

<sup>74</sup> O trem partia do terminal do Caju, e posteriormente da Estação Alfredo Maia. Com a inauguração da estação Barão de Mauá, em São Cristóvão, a partida do trem passou para esta estação, sendo o trajeto feito por um trem expresso que seguia para a estação de Inhomirim, e de lá para Petrópolis.

Luís (1926-1930), que em 1928 inaugurou a rodovia Rio-Petrópolis, atual rodovia Washington Luís, passando pela área hoje correspondente ao município de Duque de Caxias. A partir de 1945 a ferrovia até Petrópolis, começou a entrar em declínio. Em 1964 foram encerradas as viagens de trem para Petrópolis.

A estrada de ferro, entrou para a História como um dos grandes símbolos de progresso do Império Brasileiro. Renovou os velhos caminhos coloniais facilitando a circulação de pessoas e o escoamento de mercadorias. O trem apontava para a integração do mercado interno do Brasil, com a ligação de suas cidades do litoral ao interior mais longínquo. O trem também atendia aos anseios políticos da monarquia brasileira que enfrentava a árdua tarefa de unificar um país tão imenso sob uma administração centralizada a partir do Rio de Janeiro (EL-KAREH e SALLES, 2017). Ao alcançar a cidade de Petrópolis facilitou a presença e movimentação da elite política nacional na cidade de veraneio da Família Imperial.

A linha férrea foi algo tão importante para Petrópolis que inclusive está presente no brasão da cidade, criado em 1929.



Fonte: <https://www.petropolis.rj.gov.br/imc/index.php/petropolis/brasao>

Em relação à Estrada de Ferro Pedro II, que também passava pelo Recôncavo da Guanabara, sua construção influenciou na organização econômica e social da região, levando à diminuição do fluxo de mercadorias e de pessoas em Vila de Iguassú, até o seu completo abandono. Deu-se, então, um fluxo migratório para as regiões próximas às rodovias, desenvolvendo assim outra vila, a vila de Maxambomba, atual cidade de Nova

Iguaçu, na Baixada Fluminense.

Além de modificar a organização econômica e social da região de Iguassú, a Estrada de Ferro D. Pedro II, também trouxe prejuízos ambientais, já que problemas na projeção da estrada a transformou em uma espécie de barreira, dificultando o escoamento de água na região. A isso soma-se o desmatamento das florestas visando à obtenção de lenha para as ferrovias e para os "novos engenhos a vapor" que se desenvolviam.

A construção de estradas de ferro que passaram pela região conhecida do Recôncavo da Guanabara levou dinamização ao redor das estações de trem. Como consequência negativa, levou à estagnação econômica, decadência e posterior abandono da região ao redor dos portos de Estrela e Iguassú. Assim, as ferrovias impactaram a ocupação urbana e as relações comerciais do Recôncavo da Guanabara, de tal modo que esta área, correspondente à atual Baixada Fluminense, tornou-se uma importante região de passagem entre o interior e o litoral, consolidando a sua função de periferia e área de expansão da cidade do Rio de Janeiro<sup>75</sup>.

## 2.6- A Petrópolis Republicana

Em 1889, com a Proclamação da República, a cidade brasileira que abrigava a residência de verão do Império, idealizada e construída com influência do imperador, foi palco de esforços que visavam a apagar memórias da Monarquia. A Câmara Municipal de Petrópolis aprovou um ato que modificava o nome de vários logradouros da cidade, substituindo aqueles que possuíam nomes ligados à Família Imperial por datas históricas. Assim, a Rua do Imperador tornou-se a Avenida XV de novembro, a Rua da Imperatriz tornou-se a Avenida 7 de setembro, a Rua Princesa Isabel tornou-se Rua 13 de Maio.

A afirmação do novo regime republicano teve momentos emblemáticos como o exílio da Família Imperial e o leilão de seus bens. Porém a dimensão simbólica da representação da realeza ainda persistiu no imaginário social. João do Rio (1908), em

---

<sup>75</sup> O CEAP está situado na Baixada Fluminense, na cidade de São João de Meriti, no bairro Agostinho Porto, que se desenvolveu ao redor da linha férrea que passa por São João de Meriti, ramal Belford Roxo. De acordo com Jorge Luís Rocha: "As chamadas linhas suburbanas, partindo da capital em direção ao interior da Guanabara, se tornaram imprescindíveis à redefinição da história local recente. Para São João de Meriti são de especial atenção a Linha Auxiliar da Estrada de Ferro Central do Brasil, seus ramais Belford Roxo e São Mateus e a pequena seção que ligou estas duas ferrovias: o Ramal Circular da Pavuna. (...) Em Meriti esta ferrovia ergueu as estações de Pavuna, inaugurada em 15 de janeiro de 1883; Vila Rosali, em 1929; assim como Agostinho Porto e Coelho da Rocha, cujas datas de instalação não foram encontradas na bibliografia consultada" (ROCHA, 2004, p. 49). De todo modo a ferrovia que atravessa São João de Meriti é uma via muito importante para a cidade, principalmente por sua comunicação com o centro do Rio de Janeiro.

Alma encantadora das ruas, comenta sobre o grande número de tatuagens corporais com simbologias imperiais em trabalhadores no porto do Rio: “Pelo número de coroas da Monarquia que eu vi, quase todo esse pessoal é monarquista”. (RIO, 1908, p. 20)

A tradição monárquica também sobreviveu em símbolos oficiais republicanos, como o hino e a bandeira. A melodia do hino nacional continuou a ser a do velho hino de 1822, composta por Francisco Manuel da Silva, a despeito de ter ocorrido um concurso em 1890 para a escolha do novo hino<sup>76</sup>. Quanto à bandeira nacional, esta permaneceu com cores utilizadas pela tradição imperial: o verde e o amarelo. A bandeira republicana nasceu de transposições e substituições no símbolo anterior, aproveitando-se do impacto do imaginário monárquico.

Com a morte do imperador no exílio, 1891 iniciou-se um movimento para a revogação do banimento da Família Imperial e para a transferência dos restos mortais do Imperador e sua esposa, D. Tereza Cristina, falecida em 1889. Entretanto, só na década de 1920 esta iniciativa encontrou viabilidade política, em um contexto de revisão e crítica dos primeiros atos republicanos, que buscaram apagar memórias da monarquia. Dentro deste movimento, em 3 de setembro de 1920, através do decreto número 4.120 assinado pelo então presidente Epitácio Pessoa, ocorreu a revogação do banimento da Família Imperial. Em 1922, em meio às celebrações do centenário da Independência do Brasil, chegou ao país os restos mortais do casal de imperadores, consagrando D. Pedro II como um herói nacional. O lugar escolhido para abrigar os restos mortais foi a Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro. Em 1939, os restos mortais foram transferidos para um mausoléu em Petrópolis, na Catedral São Pedro de Alcântara.

Afirmando que a República não era uma ruptura em relação ao Império, mas uma continuidade, ganhou força a ideia de “culto à saudade”, que tinha como um dos maiores representantes Gustavo Barroso<sup>77</sup>, que foi o primeiro diretor do então recém criado Museu Histórico Nacional, em 1922. Gustavo Barroso tentou pessoalmente conseguir a doação

---

<sup>76</sup> O hino vencedor, de Leopoldo Miguez e letra de Medeiros e Albuquerque, foi oficializado como hino da Proclamação da República.

<sup>77</sup> Gustavo Adolfo Luís Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu em Fortaleza, CE, em 29/12/1888 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 3/12/1959. Foi o principal idealizador do Museu Histórico Nacional, encampando, inclusive na imprensa, como no jornal do Comércio e na Revista Ilustrada, a necessidade de criação de um Museu Histórico Brasileiro, para guardar e expor objetos militares considerados gloriosos (SANTOS, 2006). Foi o grande responsável pelo primeiro perfil do MHN, atuando como diretor do Museu de 1922 até 1959, com exceção de um breve período que vai de 1930 a 1932. No ano que assumiu a direção do MHN já acumulava uma série de funções políticas, como deputado federal em 1915 e secretário da delegação brasileira à Conferência de Paz em Versalhes e inspetor escolar do Distrito Federal em 1919. Era um intelectual prestigiado, e exerceu também os ofícios de professor, cronista, ensaísta e romancista, museólogo, contista, museólogo, folclorista e advogado.

para o museu de alguns itens da Família Imperial que tinham sido leiloados. Desta forma, o Museu Histórico Nacional tornou-se um grande ícone da salvaguarda da memória da Família Imperial, até a criação do Museu Imperial em 1940, no Palácio de Verão do Imperador, que passou a abrigar o maior acervo do país sobre o período imperial brasileiro.

A valorização da memória imperial é também evidenciada quando, em 27 de março de 1981<sup>78</sup>, Petrópolis recebeu o título de Cidade Imperial através de Decreto assinado pelo então presidente da República, João Figueiredo, em um momento de estímulo ao turismo histórico. Desta forma a República consagrava tardiamente esta memória do Império na cidade<sup>79</sup>.

Em 1893, no contexto de eclosão da Revolta da Armada<sup>80</sup>, quando navios de guerra dominam a Baía de Guanabara e bombardeiam à cidade do Rio de Janeiro, por questões de segurança Petrópolis passou a ser a capital provisória do Estado do Rio de Janeiro, de 1894 até 1902, quando Niterói retomou a função. Após deixar de ser a capital do estado do Rio, Petrópolis permaneceu como um importante destino de veraneio, principalmente entre as elites do Rio de Janeiro. A residência oficial de verão republicana foi o Palácio Rio Negro, construído a partir de 1889 por Manuel Gomes de Carvalho, que durante o período imperial atendia também pelo título nobiliárquico de Barão do Rio Negro. Este Palácio foi adquirido em 1896 pelo governo do Estado do Rio de Janeiro para servir de sede e residência dos governantes no período em que Petrópolis foi capital do Rio de Janeiro. Em 1903 foi incorporado pelo governo federal, passando a ser a residência oficial dos presidentes da República.

Quanto ao Palácio de Verão, após o exílio da Família Imperial este foi alugado para uma congregação religiosa, para estabelecimento de uma escola destinada a educação de meninas de acordo com os moldes europeus. As negociações entre a princesa Isabel e a diretora da congregação para tratar deste aluguel aconteceram em Paris – país de origem desta congregação religiosa e da instituição de ensino e onde a princesa Isabel

---

<sup>78</sup> Conferir em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85849-27-marco-1981-435463-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>79</sup> No período Imperial Brasileiro, o título de Imperial Cidade foi conferido a algumas cidades como Rio de Janeiro, Niterói, Belém, São Paulo, Itú e Vila Rica. O território que corresponde à Petrópolis recebeu o epíteto Imperial no século XIX apenas enquanto fazenda, denominada Fazenda Imperial do Córrego Seco.

<sup>80</sup> A Revolta da Armada foi uma insurreição da marinha brasileira, liderada pelo almirante Custódio José de Melo, contra o governo centralizador de Floriano Peixoto. Durante o levante, navios de guerra dominam a Baía de Guanabara e bombardeiam a capital federal. Com o apoio econômico e militar do estado de São Paulo, o governo federal compra novas embarcações e armas e, em 1894, sufoca o movimento. (VERSIANI, 2002, p. 29)

estava morando após o exílio. O Colégio Notre Dame de Sion que já existia desde 1889 em Petrópolis, foi transferido em 1892 para o prédio do Palácio Imperial, atendendo exclusivamente à educação de meninas e em regime de internato. A instituição funcionou no espaço até 1908, ano que marca a compra e inauguração do espaço próprio do Colégio Notre Dame de Sion, construído para atender à crescente demanda de alunas, vindas de Petrópolis e outras cidades.

Durante a mudança do Educandário Notre Dame de Sion para o seu prédio próprio, parte do mobiliário, pertencente ao Palácio de Verão e em usufruto com a locação do espaço, foram dispersos. O Almanaque de Petrópolis - Memórias da educação em Petrópolis, ratifica tal fato:

(...) O palácio foi alugado com vários móveis da família imperial nele existentes. Porém, ao deixarem o prédio anos mais tarde, as irmãs não refizeram as obras para devolução como o tinham recebido e levaram móveis, descumprindo o contrato de aluguel. (2015, p. 9)

A seguir, o Palácio foi alugado por outra instituição de ensino católica, desta vez dedicada ao ensino de meninos, o Colégio São Vicente de Paulo, que também funcionava em regime de internato. Esta escola também tinha tradição em solo petropolitano, desde 1890. A escola foi transferida para o Palácio de Verão em 1909, funcionando nas dependências do Palácio até o ano de 1940, quando ocorreu a criação do Museu Imperial.

## **2.7- Considerações Finais**

Petrópolis carrega dois epítetos que resumem sua força presente no imaginário social: cidade imperial e cidade de colonização alemã. Essas designações valorizam, distinguem, a presença da Corte na cidade e a presença do imigrante europeu alemão. Contudo, embora tal memória mobilizada e o fato da imigração germânica ter sido de particular importância e numerosa, a cidade recebeu outros imigrantes no seu processo de construção e desenvolvimento (REZENDE, KNIBEL, 2018), bem como é marcada pela presença africana e afrodescendente desde os primórdios da colonização na Serra da Estrela.

A população alemã foi de fato bastante expressiva em números, ao tempo da construção de Petrópolis. As terras que os imigrantes alemães habitaram foram nomeadas à semelhança dos espaços geográficos de seu país natal, estabelecendo-se uma

identificação com o seu local de origem. Houve preservação, por parte dos imigrantes alemães em Petrópolis, de modos culturais próprios à vida na Alemanha, envolvendo, entre outros aspectos, a culinária, danças e músicas, valorizadas como parte da memória da cidade. Angelo destaca:

[Em Petrópolis] a própria configuração física por meio das edificações e manifestações culturais privilegia esse grupo de imigrantes, especialmente pelo conjunto de ações da colonização da cidade, que, desde a chegada evidenciou-se nas construções físicas, na organização das festas e na própria gastronomia oferecida. (ANGELO, 2012, p. 2)

Os alemães e seus descendentes em Petrópolis promovem festividades típicas anuais<sup>81</sup>, algumas com apoio e patrocínio do poder público. Desde o início do século XX, filhos e netos dos primeiros colonos organizam quermesses e outras iniciativas que remetem às suas origens e tradições culturais. A mobilização da memória alemã em Petrópolis também é percebida a partir do Obelisco da cidade, monumento construído em 1957, que se tornou equipamento turístico. O Obelisco traz uma homenagem aos primeiros colonos alemães exibindo placas com nomes que fazem referência a cerca de 400 famílias que atuaram na construção da cidade.

Outro símbolo de afirmação da memória da imigração alemã em Petrópolis é o Museu Casa do Colono, fundado em 16 de março de 1976, em uma casa construída pelo foreiro de origem germânica e ex-militar do Exército Imperial Brasileiro, Johan Gottlieb Kaiser, em 1847. Nesse Museu, objetos e fotografias são expostos para alusão a costumes dos colonos alemães.

Cabe pontuar que, durante a Segunda Guerra Mundial, o rompimento do Brasil com os países do Eixo e alinhamento aos EUA culminou com a declaração de guerra contra a Alemanha, a Itália e o Japão, em agosto de 1942. Naquele momento, houve um claro ataque à memória e tradição germânica em várias cidades do país. Em 1942, essa política se intensificou e a presença alemã, considerada até então motivo de orgulho e de comemorações na cidade de Petrópolis, tornou-se motivo de apreensão.

Os nomes das ruas que carregavam lembranças da Alemanha, tal como Koeler planejara, agora eram substituídos. Os nomes das ruas e bairros, que faziam menção a regiões da Alemanha, como Bingen e Mosela, foram substituídos por

---

<sup>81</sup> Desde 1990, anualmente ocorre a Bauernfest, em Petrópolis, a Festa do Colono Alemão, que celebra a imigração e a tradição alemã na cidade. A festa atrai grande número de turistas. O sucesso do evento inclusive inspirou estratégias turísticas da Prefeitura de Petrópolis e hoje são também organizados, em muito menor escala, eventos que remetem a tradições culturais japonesa, a Bunka-Sai, e italiana, a Serra Serata.

nomes brasileiros: Araraquara e Baependi. (LORDEIRO, 2001, apud ALCÂNTARA, 2010, p. 6)

Contudo, os descendentes de germânicos em Petrópolis não eram hostilizados desde que se assumissem como brasileiros e negassem qualquer laço com a Alemanha. Ou seja, a memória germânica, naquele momento, não deveria ser valorizada ou cultuada, sobre o que merecem destaque as palavras do general Lauro Muller, no Jornal a Tribuna de Petrópolis, de 18 de janeiro de 1942:

Quem nasceu no Brasil, ou é brasileiro, ou é traidor. Não queiram, pois, sofismar os algarismos, nem os fatos. Essas histórias antigas de colônia alemã ou colônia italiana, são como diz o povo, “conversa para boi dormir”. Petrópolis, como demonstra a estatística recente levantada pela Delegacia de Ordem Política e Social, é pois, uma cidade legitimamente genuína e puramente brasileira. (apud ALCÂNTARA, 2010, p. 6)

Iluminar de forma superlativa o protagonismo da Corte e do imigrante alemão na história da construção de Petrópolis e do Palácio de Verão de D. Pedro II é algo que se fez optando pelo silenciamento da história e memória de toda uma população de escravizados e africanos libertos que partilharam o mesmo tempo e espaço histórico.

Ou seja, a historiografia oficial valorizou uma memória do passado da construção de Petrópolis e do Palácio Imperial petropolitano que destaca a importância da corte imperial e do imigrante alemão, sem valorizar a atuação de homens e mulheres negros e negras nesse processo. Uma construção de alcance político, social e institucional. Nem neutra nem natural e sim mediada por ideologias, valores sociais e estratégias políticas.

Curiosamente, esta narrativa ganhou força a partir dos trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis, que atuou entre 1938 e 1943. Naquele momento, embora os tempos de guerra pressionassem para que os descendentes de alemães fossem reconhecidos como legítimos brasileiros, foi notório um processo de disputa polarizada pelos marcos que contam a origem de Petrópolis, em que, de um lado, os descendentes dos germânicos afirmavam o dia 29 de junho de 1945 como o marco do primeiro povoamento da cidade, a partir da chegada dos primeiros imigrantes. De outro lado, membros da elite local afirmavam o 16 de março de 1843, data do ato criador monárquico, como ato fundacional de Petrópolis. Nesta disputa de memória, o negro é invisibilizado. No entanto, a existência negra em Petrópolis sempre se fez presente desde os primórdios da construção da cidade, enquanto mão de obra escravizada, livre e liberta, tecendo relações sociais e econômicas.

Vê-se, pois, que o trabalho de construção de memórias de Petrópolis ocorre em

um espaço de disputas e negociações em que diferentes grupos buscam organizar o passado à luz de suas experiências, valores e interesses. Operam selecionando o que lembrar, como lembrar e o que esquecer. Como Jacques Le Goff (1996) destaca, história e memória são construções.

A memória oficial de Petrópolis e também a mais presente no senso comum reduz o negro ao lugar do escravizado, sem voz, direitos, qualificação, apagando-se a sua participação na construção da cidade, sua história, resistência e existência.

A memória da monarquia permanece potente na cidade, valorizada por ações governamentais, como a criação do Museu Imperial e a intitulação de Cidade Imperial, e ensejada pelo turismo histórico e cultural, que é uma fonte de renda do município. Em Petrópolis, a herança da monarquia também é percebida na prática da cobrança do laudêmio<sup>82</sup>, conhecido como “imposto do Príncipe”, que é um benefício previsto em lei que estabelece uma taxa a ser paga aos descendentes da Família Imperial, denominados foreiros, no caso da venda de qualquer imóvel ou terreno no município, já que a lei considera que os imóveis estão localizados no território correspondente à antiga Fazenda do Córrego Seco, pertencente à D. Pedro II.

---

<sup>82</sup>O laudêmio corresponde à cobrança, em caso de venda, de 2,5% sobre o preço de mercado do imóvel. O valor é pago à Companhia Imobiliária de Petrópolis, administrada pelos descendentes de D. Pedro II.

## 3- O Museu Imperial

O objetivo deste capítulo é apresentar o Museu Imperial: sua criação e propósito, bem como a sua potência como espaço de valorização de determinadas memórias sobre o Brasil Imperial. Pretendemos apresentar um conjunto de objetos preservados e expostos no Museu Imperial, reconhecidos como o principal núcleo de seu acervo.

### 3.1- A criação do Museu Imperial

A viabilização do projeto de transformar o Palácio de Verão de D. Pedro II em Museu foi conduzida por Alcindo de Azevedo Sodré<sup>83</sup>, que estudou no Colégio São Vicente de Paulo, e sonhava com a reconstituição do espaço como nos tempos do Império. Em 1922, como vereador da Câmara Municipal de Petrópolis, argumentava pela transformação deste Palácio Imperial em um museu nacional, afirmando que a própria edificação, por se tratar de um prédio histórico, já evocaria esse passado imperial. Segundo o vereador: “Dois fortes motivos se conjugavam para essa ideia: a expressão histórica do edifício, o melhor, ou ainda o único capaz de se prestar ao objetivo, e o plano de reunir ali o brilhante passado de um século de vida brasileira sob o regime monárquico” (SODRÉ, 1950, p. 7).

Em 1937, com a aproximação do centenário de Petrópolis, Alcindo Sodré criou a Comissão do Centenário de Petrópolis. Instalada na prefeitura municipal, esta possuía a função de elaborar e executar o programa comemorativo do centenário, que seria realizado em 16 de março de 1943. A Comissão do Centenário de Petrópolis compilou a história da cidade, resultando na criação de uma obra fundacional sobre a história da cidade, na qual era afirmada a força da memória imperial em Petrópolis.

Como resultado das atividades da Comissão foram editados sete volumes com o título “Trabalhos da Comissão do Centenário”, e ainda um plano de realizações comemorativas, entre as quais a Primeira Exposição de Iconografia Petropolitana. Essa exposição foi inaugurada em 16 de janeiro de 1938, alcançando grande interesse do público, das autoridades locais e da imprensa. Aproveitando o interesse das autoridades municipais e

---

<sup>83</sup> Alcindo de Azevedo Sodré nasceu em Porto Alegre em 1895. Ainda criança, sua família se mudou para Petrópolis, onde ele estudou no Colégio São Vicente de Paulo, instalado no Palácio Imperial. Formou-se em Direito e Medicina, atuou como político e dirigiu os jornais Tribuna de Petrópolis, de 1923 a 1925, e Jornal de Petrópolis, de 1925 a 1929. Conferir no Instituto Histórico de Petrópolis, disponível em: <http://ihp.org.br/?p=5509> acesso em 10/03/2022.

federais em relação à exposição, Alcindo Sodré advogou ao prefeito pela cria o de um Museu Municipal, utilizando um imóvel que estava então sem uso, o Palácio de Cristal, no qual, no fim do Império, ocorreram as primeiras e famosas exposi es hortícolas do país, sob organiza o da princesa Isabel.

O Museu Municipal de Petrópolis foi criado pelo ato n. 791, de 2 de abril de 1938 e inaugurado em 13 de maio de 1938, e Alcindo Sodré foi nomeado, pelo prefeito, o seu diretor.

Dias depois, Alcindo Sodré recorreu ao diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>84</sup>, Rodrigo Melo Franco de Andrade, pedindo o tombamento, como monumento histórico, do Palácio Imperial de Petrópolis. O Conselho Consultivo do SPHAN aprovou o requerimento de tombamento, publicado no Diário Oficial, de 13 de julho de 1938, com o seguinte registro:

Processo n. 166T – Monumento: Palácio Imperial de Petrópolis – Proprietária Companhia Imobiliária de Petrópolis, relator, Afonso Arinos de Melo Franco. Resolu o: o Conselho resolveu, unanimemente, conhecer do requerimento do diretor do Museu Histórico de Petrópolis, no sentido do tombamento do edifício do antigo Palácio Imperial daquela cidade e indicar ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que notifique essa delibera o ao proprietário do imóvel, para os fins de direito. (SODRÉ, 1950, p.10)

Após o tombamento, o então interventor federal<sup>85</sup> do estado do Rio de Janeiro Amaral Peixoto autorizou consultas aos proprietários do Palácio Imperial sobre a sua aquisi o pelo governo federal, iniciando negocia es, que foram concretizadas com amplo apoio

---

<sup>84</sup> Durante o governo do presidente Getúlio Vargas houve um incentivo ao nacionalismo que perpassava a área da cultura. Para tanto o governo se esforçou para a cria o de um órgão federal para a salvaguarda do patrimônio histórico e artístico brasileiro, demonstrando a preocupa o de Vargas com os símbolos definidores do imaginário social. A primeira a o foi a cria o da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), em 1934, que iniciou a organiza o de um serviço de prote o aos monumentos históricos e às obras de arte do país. Outro destaque   preserva o de objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País aparece na Constitui o de 1934. Em 1937 ocorreu a implementa o de uma política patrimonial com a cria o do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e automaticamente ocorreu a extin o do IMN. A cria o do SPHAN foi conduzida pelo ministro da Educa o Gustavo Capanema, e para a presidência do órgão recém-criado foi nomeado Rodrigo Mello Franco de Andrade, que permaneceu no cargo por trinta anos. O SPHAN representou um avanço na prote o ao patrimônio nacional, criando inclusive a figura jurídica do tombamento para preservar bens culturais.

<sup>85</sup> O Governo Provisório de Vargas iniciou-se após sua subida ao poder, em 1930. Entre suas primeiras medidas estavam o fechamento do Congresso Nacional, a anula o da Constitui o vigente, elaborada em 1891, e a extin o dos partidos políticos. Como parte de sua centraliza o política o presidente nomeava interventores para os estados, que exerciam a fun o que anteriormente cabia aos presidentes de estado, que eram os governadores estaduais. Os interventores eram aliados de Vargas e governavam em consonância com o presidente.

do presidente da República à época: Getúlio Vargas<sup>86</sup>. Segundo Sodré (1950), o presidente Vargas, que comumente se dirigia nos verões para a cidade de Petrópolis, visitou o Museu Histórico da cidade, onde foi perscrutado sobre a conveniência e a significação de aproveitar o Palácio Imperial como um grande museu nacional, fato que teria despertado o interesse de Vargas.

O presidente Getúlio Vargas criou diversas instituições públicas no correr de seu primeiro mandato tendo em vista unificar a política educacional e de patrimônio em termos cívicos e nacionalistas. Entre as instituições criadas, destacamos o Ministério da Educação e Saúde Pública<sup>87</sup> (1930), o próprio SPHAN, já mencionado, e o Departamento de Imprensa e Propaganda<sup>88</sup> (1939).

Dentro deste objetivo, durante o governo Vargas foram criados diversos museus, enquanto equipamentos partícipes no processo de formação da nacionalidade brasileira. Espaços celebrativos da nação e, por efeito direto, celebrativos também do seu próprio governo, que prometia refundar a nação por meio de um Estado firme e comprometido com tal propósito.

Sobre os novos museus, Bárbara Társia Duarte nos informa que:

O boom dos museus, a partir de 1930, pode ser compreendido como a busca pela criação de uma cultura nacional e pela definição de uma nação brasileira. Segundo os dados da Rede Nacional de Identificação de Museus, existiam 42 museus no Brasil até 1930. De 1931 a 1937 foram criados 17 novos museus, enquanto que de 1938 a 1945, 30 instituições museológicas surgiram. (DUARTE, 2021, p.60)

Foram criados museus nacionais e regionais. Entre os museus públicos criados na Era Vargas<sup>89</sup> podemos citar o Museu do Ceará (1933), o Museu Histórico da Cidade do

---

<sup>86</sup> Getúlio Vargas foi presidente do Brasil em dois períodos: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. A partir do governo de Getúlio Vargas iniciou-se um processo de forte centralização política, e a construção da nacionalidade adquiriu nova forma, inclusive com iniciativas oficiais de dar destaque a lugares de memória. Em contraposição ao que Vargas denominou de Estado ausente e de República Velha, ele se afirmou no poder estabelecendo um Estado centralizador, protetor e administrador, inclusive no âmbito do que foi reconhecido como patrimônio histórico e artístico nacional.

<sup>87</sup> Até 1930 os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. Após a subida de Vargas ao poder foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que desenvolvia atividades pertinentes à saúde, ao esporte, educação e meio ambiente.

<sup>88</sup> O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi um órgão governamental criado pelo Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, durante a vigência do Estado Novo. Ele era responsável por difundir a ideologia estado-novista e promover pessoal e politicamente o chefe do governo, bem como as realizações governamentais, constituindo-se o porta-voz oficial do regime. Através do DIP também era feita a censura governamental aos meios de comunicação. Foi extinto em 25 de maio de 1945.

<sup>89</sup> O assunto é desenvolvido em (DUARTE, 2021, p. 60).

Rio de Janeiro (1934), o Museu Regional de Olinda (1935), O Museu Nacional de Belas Artes (1937), Museu de História Natural (1938), Museu das Missões (1940), o Museu Imperial (1940) e o Museu da Inconfidência (1944). A proximidade de Vargas com os museus também pode ser percebida no incentivo dado ao Museu Histórico Nacional, criado em 1922, que recebeu verba governamental regular para manutenção da instituição e apoio para aquisição de acervos.

É neste contexto que ocorreu a criação do Museu Imperial de Petrópolis, em 1940, a partir da valorização de determinada memória do Brasil Imperial, especialmente a memória de um Brasil que tinha uma administração política centralizada, que se estruturava como uma unidade nacional pacificada. Tais narrativas memoriais contribuíam para a positivação da imagem pública do presidente, influenciando para a legitimação do seu governo.

A valorização da memória do Império destacando-se a figura de Pedro II permitia correlacionar algumas características positivas entre os governantes, afirmando a importância da atuação política varguista. Santos (2009) nos ajuda a compreender essa consagração da memória de D. Pedro II ao afirmar que:

Os objetos e as lembranças que estão vivas no Museu Imperial ajudam a construir a imagem de Pedro II como um grande estadista brasileiro, esclarecido, iluminado, antes de tudo amigo do povo e das letras e, por que não, o responsável por meio século de paz e tranquilidade. D. Pedro II é associado àquele que garante a unidade nacional, a emergência das liberdades individuais e a prosperidade econômica e financeira. Essas foram condições capazes de elevar o país ao status de primeira potência sul-americana – uma construção que interessou a Getúlio, em 1940, e que não parece ser totalmente desprovida de atenção nos dias atuais. (SANTOS, 2009, p. 131)

De modo correlato, Duarte também identifica essa construção:

O que o governo estadonovista queria recordar com a criação do MI, em um momento tão frágil de sua política ditatorial, era dos grandes feitos de Pedro II, como um estadista brasileiro ilustrado, garantidor da ordem, bondoso, que governava com pulso forte. Em uma narrativa romântica, de heroísmo e tradição, Vargas apresenta uma história atrelada ao imperador, que muito se aparenta com o quadro que propagava de seu próprio governo. (DUARTE, 2021, p. 5)

Deste modo a narrativa construída a partir do Museu Imperial intencionava ligar o passado ao presente, e a possibilidade de dirigismo futuro. Enquanto instrumento pedagógico recuperou a história em sua função mestra da vida, pretendendo educar

através de uma história permeada de exemplos, e também utilizou a história como meio de controlar o tempo, ao propor um futuro orientado pela tradição. Além de se apropriar da força simbólica do Museu Imperial tendo em vista à consolidação de sua imagem como líder político e carismático, Vargas tornou-se um tipo de herói, imortalizando sua memória como criador e patrono do Museu Imperial, recebendo inclusive reconhecimento político por sua atuação no âmbito da cultura.

No dia da inauguração, o então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, fez referência ao desempenho do Presidente Getúlio Vargas, enfatizando a política pautada de preocupações intelectuais e culturais, comparando-o com Péricles, Augusto e Luís XIV. Com esse discurso estratégico o equiparava com grandes vultos nacionais e internacionais. (ZANATTA, 2011, p. 90)

Embora Alcindo Sodr e tenha sido o grande idealizador do Museu, a interven o de Vargas foi determinante para a sua cria o, a restaura o do prédio, a aquisi o de acervos e a manuten o da institui o.

A compra do Palácio tomou corpo com a assinatura do decreto n. 684, de 3 de fevereiro de 1939 (SODRÉ, 1950, p.14), no qual o interventor federal no estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, decretava a aquisi o do imóvel denominado Parque Imperial, com superfície aproximada de 22.260 m<sup>2</sup>, correspondendo   propriedade de D. Pedro II. Pouco mais que um ano depois, em 29 de março de 1940, através da promulga o do Decreto 2.096<sup>90</sup>, o presidente Getúlio Vargas criou o Museu Imperial. De acordo com o Decreto:

Art. 1  Fica criado o Museu Imperial, na cidade de Petrópolis.

Art. 2  O Museu Imperial terá por finalidades:

- a) recolher, ordenar e expor objetos de valor histórico ou artístico referente a fatos e vultos dos reinados de D. Pedro I e, notadamente, de D. Pedro II;
- b) colecionar e expor objetos que constituam documentos expressivos da forma o histórica do Estado do Rio de Janeiro e, especialmente, da cidade de Petrópolis;
- c) realizar pesquisas, conferências e publica es sobre os assuntos da história nacional em geral e de modo especial sobre os acontecimentos e as figuras do período imperial, assim como da história do Estado do Rio de Janeiro e, particularmente, da cidade de Petrópolis.

---

<sup>90</sup> Conferir em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2096-29-marco-1940-412175-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em: 16/02/2022

Este decreto, assinado por Getúlio Vargas, teve validade por 25 anos e foi norteador para as atividades da instituição. A expectativa era a promoção da história e da cultura brasileira, a partir do recolhimento, preservação e exposição de objetos considerados importantes para a memória do Império, cobrindo os reinados de D. Pedro I e D. Pedro II. O decreto também sinalizava sobre a reunião de objetos e documentos sobre a história do Rio de Janeiro e da cidade de Petrópolis, entretanto o enfoque do Museu Imperial se concentrou principalmente em representações da Família Imperial e da aristocracia de seu tempo, seguindo assim até os dias atuais.

Em 6 de abril de 1940, Alcindo de Azevedo Sodré foi nomeado o primeiro diretor da instituição. Quanto ao Colégio São Vicente de Paulo, que alugava o espaço desde 30 de setembro de 1892, este ainda permaneceu por um ano nas dependências da ala direita do prédio, aguardando novas instalações. Na ala esquerda do imóvel, ainda em 1940, foram iniciadas as obras de restauração, melhoramento e limpeza do espaço, com a colaboração do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, atual IPHAN.

Destaque-se também que, embora a criação do Museu Imperial seja datada de 29 de março 1940, sua abertura ao público ocorreu apenas em 16 de março de 1943, data muito sugestiva pois marcava o centenário da criação da Povoação-Palácio de Petrópolis<sup>91</sup>. Pode-se supor que a escolha dessa data alude à seleção de uma determinada memória, que destaca a fundação da cidade pelo decreto de D. Pedro II, embora houvesse discussão e disputa sobre outra data para o centenário: o dia 29 de junho de 1945, que marca a chegada dos imigrantes e o início da colonização germânica na cidade.

### **3.2- Organização do Museu e aquisição de acervos**

Cabe aqui recuperar o destino dos objetos pertencentes à Família Imperial após seu exílio, alguns dos quais hoje compõe o acervo do Museu Imperial.<sup>92</sup> Com o falecimento da imperatriz Tereza Cristina, 45 dias após a Proclamação da República, foi aberto o inventário de seus bens e de sua família, no Rio de Janeiro, pelo procurador de

---

<sup>91</sup> No dia 16 de março de 1843, D. Pedro II assinou o Decreto Imperial nº 155, que arrendava as terras da fazenda do Córrego Seco ao Major Koeler para a fundação da “Povoação-Palácio de Petrópolis”. Conferir em: <https://www.petropolis.rj.gov.br/fct/index.php/petropolis/historia> (acesso em: 20/07/2021)

<sup>92</sup> Nas quatro casas onde as quatro gerações dos Braganças residiram – Paço Imperial, Paço de São Cristóvão, Fazenda Imperial de Santa Cruz e Palácio de Verão de Petrópolis – foram reunidos diversos objetos ao longo dos oitenta anos de reinado. Entretanto era impossível remeter tudo para a Europa após o exílio da Família Imperial.

D. Pedro II, correndo a papelada nos locais competentes. Procedeu-se, então, a avaliação dos bens e a organização de um leilão, em 1890.

Foram totalizados 13 leilões dos bens da Casa Imperial no Paço de São Cristóvão. A casa principal e os vastos terrenos da Quinta da Boa Vista eram propriedade do Estado. Porém, as cocheiras e animais criados no terreno, casas para funcionários, uma escola, um hospital e objetos do palácio eram de propriedade do imperador. Os leilões foram um meio de rápida liquidação desses pertences. Nestes leilões também estiveram em negociação os bens da monarquia que estavam no Paço Imperial, cujo prédio pertencia ao Estado. Neste ínterim, muitos objetos foram deteriorados ou simplesmente desapareceram. (SANTOS, 1940)

O recém proclamado governo republicano quis fazer desaparecer os ícones que remetessem ao passado monárquico, principalmente no Paço de São Cristóvão, que durante décadas representou o coração do regime monárquico, já que além da residência oficial dos imperadores, ali havia um expediente diplomático e político importante. O leilão foi organizado com certa urgência, de modo a liquidar todos os objetos daquele espaço, pois em São Cristóvão seriam realizadas as sessões do Congresso Constituinte, fazendo-se, antes do evento, obras de adaptação<sup>93</sup>. O governo republicano esforçava-se assim para fazer desaparecer ou esvaziar de poder simbólico os mais representativos símbolos materiais da monarquia.

Na Fazenda Imperial de Santa Cruz também ocorreram três leilões, entre 27 de outubro e 13 de novembro de 1890, para liquidação de moveis, objetos diversos, animais e benfeitorias realizadas na Fazenda. O Palácio de Verão de Petrópolis<sup>94</sup> não foi apropriado pelo regime republicano por se tratar de uma residência particular da Família Imperial, sendo inclusive, como dito, alugado pela princesa Isabel para o estabelecimento de escolas.

---

<sup>93</sup> As obras no Paço de São Cristóvão ficaram ao encargo do engenheiro e arquiteto Bethencourt da Silva, que era o engenheiro das obras do Ministério do Interior. Este, inclusive compareceu aos leilões comprando, para o governo, lustres, móveis e tapeçarias para decorar os salões da futura Assembleia. (SANTOS, 1940)

<sup>94</sup> Os objetos que pertenciam ao Palácio de Verão podem ser consultados nos documentos “Inventário do Palácio Imperial de Petrópolis do ano de 1889” e “Relação dos móveis do Palácio de Petrópolis ao ser alugado ao Colégio Sion, em 15 de setembro de 1892” que são parte do fundo documental Arquivo Grão Pará, que é formado por acervo museológico, arquivístico e bibliográfico, de propriedade dos descendentes de D. Pedro II, que estão sob a guarda do Museu Imperial desde 1999, em regime de comodato.

É importante destacar que não foram leiloados todos os objetos pertencentes à Família Imperial. D. Pedro II, antes, mandou buscar os objetos que mais estimava, tais como:

(...) coisas da família, presentes que lhe eram caros, seus quadros históricos e de família, mobiliário, baixelas de prata e objetos que orçavam em torno e 15 toneladas, segundo nos informou um dos encarregados da embalagem, o falecido Viana, chefe das oficinas da joalheria Luiz de Rezende. (SANTOS, 1940, p. 175)

Os objetos simbólicos da monarquia tiveram destinos diversos. D. Pedro II, em carta ao procurador Silva Costa, deixou clara sua intenção de que: “A coroa imperial, a espada e todas as joias deverão ser entregues, e pertencer à minha filha” (apud ARGON, 2000, p.3). Posteriormente a coroa foi transferida para o Tesouro Nacional, mediante compra realizada pelo Governo Federal. A compra se justificou porque, diferentemente das outras peças, havia na coroa pedras preciosas que pertenciam a D. Pedro II, herdadas de sua mãe.<sup>95</sup> A peça permaneceu no Tesouro Nacional até 1943, quando foi transferida para o recém-criado Museu Imperial.

O manto imperial, juntamente com a murça, esteve no Tesouro Nacional até 1929, quando deu entrada no Museu Histórico Nacional, sendo transferido para o Museu Imperial em 1940. Quanto ao cetro, este foi recolhido ao Tesouro Nacional e transferido para o Museu Imperial em 1940. A coroa de D. Pedro I esteve depositada na Casa da Moeda, também sendo transferida em 1940 para o Museu Imperial. O traje majestático<sup>96</sup> (veste, manípulos, faixa, sapatos, luvas e chapéu) estiveram sob a guarda da família de D. Pedro II, sendo doado em 1987 para compor o acervo do Museu Imperial.

O leilão dos objetos da Casa Imperial e a transferência de uma parte deste acervo para a Europa recebeu inclusive críticas. De acordo com a opinião do jornal Diário do Comércio de 22 de setembro de 1889:

O leilão dos objetos do Imperador é um desastre, é a demonstração do nosso atraso, da nossa ignorância em assunto de arte (...) O governo deixou de vender em leilão coisas que ainda a peso de ouro ele devia adquirir para coleções suas,

<sup>95</sup> Informações fornecidas por e-mail pela museóloga do Museu Imperial Ana Luísa Alonso, no dia 14/07/2022. A profissional também esclareceu sobre as transferências de cada peça do traje majestático para o Museu Imperial.

<sup>96</sup> A veste utilizada por D. Pedro II, ainda menino, no dia de sua coroação é parte do acervo do Museu Mariano Procópio, situado na cidade de Juiz de Fora, MG. comprada em 1926 pelo fundador do museu e filho de Marino Procópio, Alfredo Ferreira Lage, da firma G. Miguel & cia.

destinadas à educação do povo. Fez mais o governo: autorizou a saída, do Rio de Janeiro, de quadros e muitos objetos de arte, para a Europa, que deviam ser indenizados e desapropriados. (Jornal do Comércio, 22/09/1889 apud SANTOS, 1940, p. 173)

O leilão ocorreu em clima de tensão, já que se espalhou o rumor de que os objetos seriam de interesse de monarquistas, e muitos, enquanto cidadãos republicanos, não queriam tal associação. Os objetos foram vendidos com preço abaixo de seu valor real. Foram executados rapidamente móveis, peças valorosas brasonadas ou com as iniciais dos monarcas, que autenticavam sua procedência. Embora houvessem nos leilões registros das peças e os dos compradores, muitas destas peças eram revendidas a terceiros e até mesmo em outros leilões da cidade, conforme atesta Francisco Marques dos Santos (1940):

Um rico e completo serviço de fino cristal lapidado, com as armas imperiais gravadas, composto de 1040 peças foi comprado pelo sr. Goulart por 5:200\$000 (lote 856). Para dar uma ideia do valor atual dessas peças, com o nosso pessoal testemunho, adiantaremos que no leilão realizado no dia 27 do mês de outubro, pelo sr. Ernani, na Rua Voluntários da Pátria, foram arrematados uma garrafa e duas pequenas travessas desses cristais por 5:600\$000! (SANTOS, 1940, p. 182)

Uma cama de jacarandá, menor, com escultura e coroa, comprada por 3:100\$000 pelo comendador Antônio Rezende (lote 1996). Era a cama da princesa Isabel, em solteira, segundo a afirmativa com que fora vendida. Foi posteriormente vendida no leilão do conde Sebastião de Pinho (1910) e comprada pelo dr. Castro Maia, cujo filho, o dr. Raimundo, ofereceu-a ao Museu Imperial. (Santos, 1940, p. 196)

Em suma, muitos bens do ex-imperador foram leiloados a particulares, muita coisa foi embarcada para a Europa, além dos objetos que foram dispersos sem nenhum registro. Houveram também móveis, objetos históricos e de arte adquiridos pelo governo.

Após a criação do Museu Imperial, em 1940, uma equipe técnica, liderada por Alcindo Sodré, tratou de estudar a história da edificação do Palácio de Verão e, através de pesquisas, identificou os cômodos do edifício e fez uma lista dos objetos que costumavam estar naqueles cômodos. No que diz respeito à identificação do mobiliário e objetos de cada cômodo do Museu Imperial, bem como às alterações que ocorreram, foram consultados os Livros da Mordomia e o Inventário do Superintendente da Família Imperial. A consulta a esses documentos possibilitou identificar os ambientes conforme originalmente organizados. Porém, apesar dessa documentação trazer indicações sobre o mobiliário e outras peças de uso em cada sala do Palácio Imperial, o Museu Imperial foi organizado em uma perspectiva que privilegiou a memória de algumas pessoas que

circularam com frequência pelo espaço. Sobre esse ponto, Myriam Sepúlveda dos Santos (2006) afirma que a constituição dos espaços e objetos do Museu Imperial se valeu em grande medida:

(...) [do] depoimento de duas pessoas que conheceram o Palácio no tempo de Pedro II: o filho do Conde de Motta Maia, Dr. Manoel Augusto Velho da Motta Maia, que acompanhava seu pai nas visitas em que este verificava a saúde do Imperador, e o velho Juiz de Direito, Sebastião de Carvalho, afilhado da princesa Isabel. Ambos deram indicação dos cômodos e da arrumação das peças: “Aqui era a sala da Imperatriz, ali a sala de costura, ali ficava a poltrona do Imperador...” Apesar dos relatórios e inventários, o museu foi inaugurado, mantido e guiado por uma perspectiva que tinha na memória um instrumento fundamental, em detrimento da verdade e do caráter informativo que seu acervo pudesse ter. Desde seu estabelecimento, a casa priorizava testemunhos orais a testes científicos, documentos escritos ou provas de veracidade. (SANTOS, 2006, p. 115)

Mesmo em face do conjunto de documentos históricos disponíveis à consulta e dos testemunhos orais, não houve uma reconstituição histórica fidedigna do Palácio de Verão. Primeiramente porque o Palácio, enquanto residência de veraneio, contava com um mobiliário considerado modesto para a realeza e não possuía uma arrumação permanente dos móveis. Para organizar a exposição preferiu-se objetos de uso da Família Imperial que demonstrasse o luxo e o requinte da realeza, mesmo que de uso original em outros palácios da monarquia. A isso soma-se o fato do prédio ter sido utilizado por duas escolas, envolvendo obras para adaptação dos espaços à realidade escolar e dispersão de objetos que compunham originalmente o Palácio de Verão. Esse desafio foi citado pelo diretor do Museu Imperial, Alcindo Sodré, em carta direcionada ao SPHAN, no qual destacou:

Antes do mais, deve-se dizer que não se poderia pensar na restauração pura e simples do que fora o antigo Palácio Imperial de Petrópolis, e isso porque o mobiliário, as alfaias e demais utensílios desse palácio caracterizavam-se pela sua modéstia, e outra tanto pelo fato de, em geral, não trazerem, sequer, o sinal de seu proprietário. O que existia, em número relativamente exíguo, e de maior valor em qualidade e arte, e devidamente autenticado, encontrava-se nos paços da corte, e hoje estão disseminados por dois ou três museus, algumas repartições federais ou nas mãos de poucos colecionadores. A sua reunião no Museu Imperial é medida preliminar e indeclinável. Não se tratará, evidentemente, de uma arrecadação grosso modo. (SODRÉ, 1950, p. 21 e 22)

Assim, o maior esforço da instituição não foi a reconstituição original daquele espaço, mas perpetuar determinados valores e sentimentos associados ao passado

imperial. Ao invés de apenas peças originais do Palácio de Verão optou-se por incorporar objetos que, mesmo sendo de outros palácios e residências, estivessem em bom estado de conservação e proporcionassem certa aura régia ao ambiente da casa. Portanto, como dito, não houve a reconstituição fidedigna do Palácio de Verão, mas a recomposição de uma ambientação de época, a construção de um passado possível. Desta forma o museu não é uma réplica da casa como nos tempos do Imperador, mas uma representação dos ambientes próprios à monarquia no Brasil.

O primeiro critério para a seleção das peças que comporiam o Museu foi a autenticidade, em que eram considerados autênticos os objetos procedentes da época imperial, que haviam pertencido aos membros da Família Imperial e também aos titulares de nobreza do Império. Como forma de assegurar a realização de uma pesquisa sobre os objetos, de modo a comprovar o histórico de propriedade. Também eram observadas as inscrições presentes nos objetos, tais como a gravação de símbolos monárquicos como a coroa imperial, brasões e monogramas; e o estilo e a estética da época, para identificar os objetos que eram usados pela elite daquela sociedade. Nesse processo específico de pesquisa também foram consultados os Livros da Mordomia da Casa Imperial e os catálogos dos leilões do Paço de São Cristóvão.

Embora a autenticidade fosse o princípio orientador, houve casos em que apesar do objeto ser do período histórico retratado havia lacunas na comprovação de seu pertencimento, como é o caso de um pianoforte em exposição no Museu Imperial, que de acordo com Almanaque de Petrópolis: “pode ter pertencido a D. Pedro I” (2020, p. 27).

A aquisição do acervo contou com o empenho pessoal do presidente Getúlio Vargas, assim como contou com a disponibilização de recursos humanos e materiais por parte dos governos estadual e federal.

O Museu teve sua coleção fundacional formada a partir de três modalidades de aquisição: compras efetuadas a particulares, com recursos disponibilizados pelo governo federal; doações de particulares e instituições; e por fim transferências de outras instituições.<sup>97</sup>

---

<sup>97</sup> Um exemplo de objetos transferidos de outras instituições são ícones do 7 de Abril de 1831: a carta da Abdicação de D. Pedro I e a mesa que teria sido usada por D. Pedro I para assinar o referido documento. A mesa encontra-se exposta no aposento do Museu Imperial denominado de Sala do Primeiro Reinado, ao lado da pintura Declaração de Independência, óleo sobre tela de François-René Moreaux, datado de 1844. A mesa em que a carta teria sido assinada pertencia originariamente ao Paço de São Cristóvão. Após o banimento da Família Imperial, durante o sétimo leilão do Paço, ocorrido em 26 de setembro de 1890, esta foi adquirida pelo desembargador Antônio Vaz de Carvalho. Nos primeiros anos da República a mesa foi incorporada ao acervo do Palácio Itamaraty, então sede do Ministério das Relações Exteriores. Foi

O Museu Imperial foi inaugurado, em 16 de março de 1943, com um significativo acervo de peças relativas ao período imperial brasileiro. Desde sua fundação, o museu acumulou expressivos conjuntos documentais, bibliográficos e de objetos totalizando atualmente um acervo de quase 300 mil itens, hoje considerado o maior acervo do período Imperial do Brasil.

Entre as doações recebidas de particulares, constaram mobílias e outros objetos originais oitocentistas, relacionados à Família Imperial e à nobreza, doados por membros da elite nacional<sup>98</sup>, como os empresários Guilherme Guinle e Lineu de Paula Machado, e o banqueiro e político conde Modesto Leal. A possibilidade de salvaguarda desses objetos e de exposição ao público motivaram doações de objetos familiares ao Museu Imperial. Esta estratégia já havia sido utilizada no Museu Histórico Nacional por descendentes da corte e constituiu uma forma de conferir prestígio ao próprio núcleo familiar e imortalizar a sua memória.

A procedência de cada peça e seu histórico de propriedade podem ser consultados em arquivos existentes do Museu Imperial. Através deles é possível acompanhar as tramitações legais da aquisição do acervo. Uma instituição que necessitou de muita negociação para transferência de objetos foi o Museu Histórico Nacional, que possuía o maior número de peças referentes ao período monárquico. Gustavo Barroso, que iniciou o culto à saudade e a valorização ao passado monárquico na instituição que dirigia desde 1922, relutou em aceitar a transferência de peças em razão da legitimidade de conservar a memória do Império no próprio Museu Histórico. Foram necessárias várias intervenções de Rodrigo Melo e Franco, diretor do SPHAN, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, e até do próprio presidente Getúlio Vargas.

---

transferida para o Museu Imperial no âmbito da criação e formação do primeiro circuito de exposição permanente da recém fundada instituição. A incorporação da carta da Abdicação ao acervo do arquivo Histórico do Museu Imperial ocorreu anos depois e foi necessário um longo percurso. Em 1958, o então diretor da instituição, Francisco Marques dos Santos, encaminhou ao Senado Federal um ofício solicitando a transferência do documento. Entre a solicitação inicial e a incorporação definitiva do documento ao Museu Imperial ocorreu intensa negociação, que envolveu diversas esferas do poder público, e só foi concretizada em 1974, quando a carta passou a integrar o acervo do Museu. Conferir em JÚNIOR, 2020.

<sup>98</sup> Figuram entre os doadores ao Museu Imperial, Guilherme Guinle, como o grande benemérito, além de outros doadores, como: “família Modesto Leal, Vasco Lima, Lineu de Paula Machado, Cipriano Amoroso Costa, Raimundo de Castro Maia, Edmundo da Luz Pinto, Pedro Paranaguá, Osório Mascarenhas, Carlos Luz, José Júlio de Andrade, senhora Ivo Sodré Borges, Feijó Bittencourt, Max Fleiuss, Nereu Rangel Pestana, Antônio de Mesquita Bonfim, Luiz Carneiro de Mendonça, senhora Dionísio Cerqueira, Tobias Monteiro, família Tavares Guerra, H. Gonot, João Soares Pinto, a Companhia Leopoldina Railway (SANTOS, 1940, p. 330 e 331)”.

Entre os objetos em salvaguarda no Museu Imperial estão peças de mobiliário, pinturas a óleo, litografias, estampas, fotografias, uma coleção de berços da Casa Imperial, além de uma coleção significativa de porcelana, cristais, joias, indumentárias, leques, condecorações e moedas. Também é parte do acervo bustos, estatuetas, esculturas, miniaturas, tapetes, lustres, armaria entre outros. Marcadamente, como dito, a aquisição de acervos esteve orientada para a intenção de representar as elites imperiais.

Após a aquisição de vasto acervo, o Museu Imperial se tornou a maior instituição de preservação de bens culturais associados à memória do Império do Brasil considerados um patrimônio museal da nação, representações simbólicas da sociedade imperial. Entre os conjuntos de coleções históricas e artísticas preservadas no Palácio Imperial de Petrópolis estão verdadeiros ícones de natureza arquivística, bibliográfica e museológica que podem nos ajudar, à luz de uma análise histórica crítica, a compreender o século XIX brasileiro. O Arquivo Histórico da instituição constitui um rico e volumoso acervo documental. Reúne cartas, bilhetes, diários, fotografias, mapas, cadernos, recortes, entre outros. Muitos desses documentos formavam parte do arquivo pessoal de D. Pedro II, de caráter privado da Família Real de Portugal e da Família Imperial do Brasil, composta por cerca de 40 mil documentos datados de 1249 a 1932, que foram doados em 1949 pelo bisneto de D. Pedro II e neto da princesa Isabel, D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, falecido em 2007. Ele foi um dos grandes beneméritos no momento de criação do Museu Imperial e construiu uma forte relação com a cidade de Petrópolis, tendo ali sua residência, e também com o Museu, visitando frequentemente o espaço. Além da documentação, D. Pedro Gastão ofereceu à instituição dois berços que pertenceram aos filhos de D. Pedro II, os príncipes Afonso e Pedro Afonso, e a carruagem de gala da Família, entre outros objetos. Ainda emprestava ao Museu objetos para compor exposições temporárias, como a pena de ouro<sup>99</sup> utilizada pela princesa Isabel para assinatura da referida lei.

### **3.3- Conhecendo o Museu Imperial**

Antes do visitante entrar no Palácio, o Museu Imperial já impressiona pela beleza dos jardins, que recebeu espécimes nativos de cinco continentes, e pela imponência e

---

<sup>99</sup> Atualmente a pena utilizada pela princesa Isabel faz parte do acervo permanente da instituição, tendo sido comprada pelo Museu no ano de 2006 do bisneto da princesa Isabel, D. Pedro Carlos Orleans e Bragança.

simplicidade do prédio, construído em estilo neoclássico. O Palácio possui duas alas, direita e esquerda, um corpo central e um andar superior (sobrado). Na ala esquerda e no sobrado os cômodos estão dispostos de forma a reproduzir as dependências da casa durante o seu uso pela Família Imperial. Na ala direita ocorrem as exposições temporárias sobre os aspectos culturais, políticos e econômicos do Brasil oitocentista.

As salas são nominadas de acordo com o uso que teve quando a casa era o palácio de verão de D. Pedro II, a partir dos objetos nelas expostos ou a partir de períodos históricos que se deseja representar. De acordo com o Guia de Visitação do Museu Imperial<sup>100</sup>, a instituição possui hoje os seguintes espaços: Vestíbulo, Sala dos Diplomatas, Sala de Jantar, Sala de Costura, Sala do Piano da Imperatriz D. Tereza Cristina, Sala de Música e Baile, Gabinete de Trabalho de D. Pedro Augusto, Sala do Segundo Reinado, Sala da Coroa de Pedro II, Sala das Insígnias Imperiais, Sala do Traje Majestático, Quarto de Solteira da Princesa D. Isabel, Sala do Berço Dourado, Sala dos Berços, Quarto de Dormir de suas Majestades, Sala de Arte Sacra, Sala de Estado, Gabinete de Estudos do Imperador D. Pedro II, Toucador, Sala de Joias, Sala do Primeiro Reinado, Sala de Visitas da Imperatriz D. Teresa Cristina, além de duas Salas de Exposições (que expõem retratos de membros da nobreza brasileira e peças de mobiliário), dois corredores com objetos expostos, e cinco salas nas quais são apresentadas as exposições temporárias do museu e por fim uma Loja de Souvenirs. Ao todo o museu utiliza 33 espaços que abrigam os objetos em exposição. A seguir, comentaremos sobre alguns deles. Antes, acrescente-se que o Museu também conta com outras instalações em prédios anexos, como Arquivo Histórico, Biblioteca, Sala Multimídia, Cineteatro, Pavilhão de Viaturas, Reserva Técnica, Conservação, Restauro, Museologia, Administração e Cafeteria.

Cabe também ressaltar que alguns espaços da exposição de longa duração estão cercados por vidros ou cordas determinando o espaço de circulação do visitante. Em cada sala, há informações sobre os objetos expostos, referentes ao material, estilo, procedência, data e a quem pertenceu. No caso das pinturas, há indicações de autoria e data de criação. Nos corredores também são expostos diversos quadros, entre eles retratos de membros da Família Imperial e outras figuras ilustres do Império, pinturas retratando momentos solenes para a monarquia, além de paisagens brasileiras.

---

<sup>100</sup>Disponível fisicamente na instituição, e no site do Museu. Conferir em: [https://museuimperial.museus.gov.br/images/flippingbook/guia\\_de\\_visitacao/guia-visitacao.pdf](https://museuimperial.museus.gov.br/images/flippingbook/guia_de_visitacao/guia-visitacao.pdf) acesso em 18/04/2022.

A visitação é iniciada pelo vestibulo ou saguão. Ali o visitante é convidado a colocar uma pantufa nos pés para proteger o chão no qual irá caminhar. Heizer (1994) comenta: “O ato de colocar aqueles ‘capotes de sapato’ enormes funciona na imaginação dos visitantes como uma espécie de passaporte para uma experiência incomum, fora de sua realidade diária”. (HEIZER, 1994, p. 41)

O saguão de entrada ainda possui o piso original, em mármore de carrara da Bélgica, e à direita temos um retrato de D. Pedro II aos 12 anos, do artista Félix Émile Taunay. Desde o primeiro momento o visitante é apresentado ao protagonista daquela história. No saguão, há também um relógio, que permanece no espaço desde os tempos do Imperador, testemunhando todos os usos temporais do Palácio.

No itinerário indicado no Museu, a visita começa pelo saguão, seguindo pela Sala dos Diplomatas, que oferece a mirada da ambientação de uma sala que existia no Palácio de São Cristóvão, usada para recepcionar membros de legações estrangeiras. Neste caso, móveis originais da sala do Palácio de São Cristóvão foram transferidos para compor o ambiente no Museu Imperial.

A Sala de Jantar funciona no espaço original destinado a esse uso pela Família Imperial, entretanto, a mobília, em mogno, feita por encomenda à firma francesa Jeanselme Léger et Fils, foi originalmente parte do mobiliário do Palácio de São Cristóvão. A mesa está posta com cristais de bacará e porcelanas francesas e talheres de prata da marca Christofle. O lustre dessa sala pertencia ao marquês de Abrantes<sup>101</sup>.

Como a utilização de energia elétrica só foi possível a partir do final do século XIX, era usual no palácio que a iluminação com lampiões e candelabros, abastecidos com óleo vegetal, e também candelabros e lustres com velas. As peças de cristal dos lustres e os espelhos do ambiente multiplicavam a iluminação. Como forma de aproveitar melhor a luz solar, o palácio foi construído com grandes janelas e claraboias. Não é possível observar registros de memória relacionados aos que atuavam nas funções de garantir a boa iluminação do ambiente no século XIX. Sabemos que a Família Imperial contava com todo um staff na realização dos serviços da corte, atuando em diversas funções na vida doméstica do soberano, mas a memória dessa movimentação não parece presente na

---

<sup>101</sup> Miguel Calmon du Pin e Almeida nasceu em 1794, na Bahia, em uma família de ricos proprietários do Recôncavo Baiano. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1821. Após a Independência do Brasil participou da Assembleia Geral Constituinte como deputado da Bahia. Foi eleito Deputado por quatro legislaturas (1826-1829), (1830-1833), (1834-1837) e (1838-1841), e senador pela província do Ceará (1840-1865). Assumiu também diversos cargos na administração imperial. Recebeu o título de visconde (1841) e marquês de Abrantes (1854).

exposição de longa duração do Museu Imperial.

Não havia cozinha no interior do Palácio de Verão, como de modo geral nos palácios da época, pois temiam-se os incêndios. A cozinha ficava em uma construção externa, atrás do palácio, sendo transportada para o palácio em caixas de madeira forradas de zinco, com carvão em brasa ao fundo para manter os alimentos aquecidos.

Tudo sugeria elegância e excelência na rotina da Família Imperial. Mais uma vez, porém, não encontramos a mesma atenção na representação dos muitos empregados, incluindo escravizados remunerados<sup>102</sup> e que cuidavam do bem-estar da Família. É praticamente como se não tivessem existido naquele palácio.

De acordo com informação no site do Museu Imperial, o Pavilhão das Viaturas – que é um prédio anexo ao Museu Imperial em que hoje se preserva e expõe diferentes tipos transportes da época, como cadeiras de arruar, liteiras, carruagens, e entre outras uma locomotiva que fazia o trajeto ligando Raiz da Serra a Petrópolis entre 1883 e 1964, ano que marca o fim dos trabalhos desta linha férrea – era o local do Palácio de Verão onde ficavam “os escravos, cocheiros e auxiliares de serviços gerais além de mantimentos e instrumentos de trabalho”<sup>103</sup>.

Na exposição do Museu Imperial existem salas que aludem ao universo feminino da aristocracia do século XIX. A Sala de Costura da Imperatriz aponta para uma das atividades femininas mais comuns àquele tempo. As famílias mais abastadas costumavam reservar uma sala apenas para atividades de costura. O bordado e a costura eram praticados pela imperatriz, pelas princesas e damas de companhia. Bordar era uma prática que se configurava como um saber, ensinado através das gerações.

A música também fazia parte do cotidiano da Família Imperial. A Sala de Piano da Imperatriz hoje exhibe o piano que pertenceu a D. Tereza Cristina, esposa de D. Pedro II. O piano era um instrumento extremamente valorizado para as mulheres da elite. A Sala de Música e Baile expõe outros instrumentos musicais dos séculos XVIII e XIX, menos

---

<sup>102</sup> Em visitação ao Museu Imperial recebemos a informação de que os escravizados da família eram assalariados. De modo a melhor compreender esta questão foi empreendida uma pesquisa na Biblioteca do Museu Imperial, na qual foi identificado no inventário físico do Arquivo Grão-Pará: ‘Registros de pagamento aos escravos da Casa Imperial entre 1862 e 1865’, junto a outros registros de pagamentos a servidores da Casa Imperial, tais como arqueiros, damas, médicos e mordomia. A partir deste registro observamos que a Casa Imperial possuía neste período escravizados assalariados, que apesar de receberem um soldo permaneciam como escravizados, posto que o que determinava essa condição era a privação de sua liberdade, que permanecia, mesmo com o recebimento de salário. Nos anos vindouros, com o avanço da campanha abolicionista, os negros que trabalhavam nas residências imperiais foram alforriados, tema que ainda merece atenção e desenvolvimento em uma pesquisa posterior.

<sup>103</sup> Conferir em <https://museuimperial.museus.gov.br/perguntas-frequentes/> (acesso em 15/07/2022).

conhecidos e popularizados, como o saltério, a espineta e a harpa dourada.

Ainda outra sala que alude ao universo feminino na exposição permanente do Museu Imperial, é a Sala de Visitas da Imperatriz, que reunia as damas em um espaço privado, enquanto os homens dirigiam-se também a espaços próprios para tratar de política, negócios e assuntos considerados tipicamente masculinos, em que não cabia a presença feminina. Nessa sala chama a atenção que algumas cadeiras não possuem apoio para os braços, o que permitia às mulheres sentarem com mais conforto com suas saias volumosas.

Ou seja, a organização dos cômodos do Palácio de Verão da Família Imperial reflete também a clivagem de gênero na sociedade do século XIX, que se estabelece construindo regras e etiquetas que naturalizam diferenças entre homens e mulheres no campo dos interesses e dos comportamentos sociais.

A Saleta, é uma pequena sala em que se destaca um retrato da princesa Isabel pintado por Edouard Vienot em 1868.

O Gabinete de Trabalho de D. Pedro Augusto apresenta o neto mais velho do casal de imperadores e herdeiro presuntivo do trono até que a princesa Isabel gerar filhos. D. Pedro Augusto era filho da princesa Leopoldina com Luís Augusto de Saxe-Coburgo. Além da mobília de escritório é apresentado um retrato do príncipe jovem.

Uma sala que consagra o perfil intelectual do Imperador e sua afinidade com a ciência é o Gabinete de Estudos de D. Pedro II. Era neste espaço que o imperador costumava utilizar para trabalho, estudos, leituras, escrita e observação noturna dos astros servindo-se de seu óculo de alcance. Destacamos o telefone exposto, que foi comprado pelo imperador na exposição comemorativa do centenário da Independência dos EUA, em 1876, na Filadélfia. Por esse telefone, estabeleceu-se um canal de comunicação entre o Palácio de São Cristóvão e a Fazenda Imperial de Santa Cruz.

O acervo referente à vida privada da Família Imperial também pode ser observado no Quarto de Dormir dos Imperadores, reconstruído no quarto original do casal de imperadores no Palácio, no qual é possível observar as iniciais “PT” (Pedro e Teresa) em estuque no teto. Também apresentam mobiliário reconstruindo os espaços íntimos da família: o Quarto de Solteira da Princesa Isabel, o Quarto de Dormir da Princesa Leopoldina, a Sala dos Berços, a Sala do Berço Dourado e o Quarto de vestir.

A religiosidade católica da Família Imperial, é retratada na Sala de Arte Sacra, que expõe peças sacras brasileiras e portuguesas dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Na Sala de Toucador, são apresentados objetos de higiene pessoal e de uso para a satisfação das necessidades fisiológicas dos moradores do Palácio, tais como a comua<sup>104</sup>, jarro e bacia<sup>105</sup>, já que era comum os banheiros<sup>106</sup> serem construídos em espaços afastados das residências. Também são apresentados um conjunto de toucador, composto de espelhos, frascos de perfume, escovas de roupa, recipientes para talco, coçadeiras, calçadeiras entre outros objetos.

Na Sala de Joias está exposto um imponente cofre francês de porcelana, biscuit e bronze dourado, que pertenceu ao esposo da irmã do imperador D. Francisca, o príncipe de Joinville, além de joias diversas da família Imperial e da nobreza, como o colar de filigrana de ouro pertencente à Imperatriz D. Leopoldina e o colar de ametistas da Marquesa de Santos, oferecido à dama por D. Pedro I. Nesta sala também estão expostos joias usadas por escravizadas da Bahia: braceletes e pulseiras de ouro, balangandãs de prata e os berloques (peças neles encaixados) que reconheciam atributos das escravas, como lealdade (cão) e longevidade (tartaruga). Tais peças eram utilizadas por escravizadas, mas pertenciam a seus senhores que as ofereciam como forma de ostentar riqueza e afirmar distinção.

Destacamos também uma sala com forte representação simbólica, a sala do Primeiro Reinado, que referencia o governo de D. Pedro I, de 1822 a 1831. Nela são apresentados a mesa utilizada pelos deputados na primeira Assembleia Constituinte do Brasil, retratos de D. Pedro I e suas esposas, imperatriz Maria Leopoldina da Áustria e imperatriz Amélia de Leuchtenberg, e a mesa que o Imperador assinou a Carta da Abdicação em 1831. A Carta não está exposta, mas é preservada no Arquivo Histórico do Museu Imperial.

Nesta sala também faz-se notar a tela A Proclamação da Independência que possui grandes dimensões, medindo 2,44m x 3,83. Foi produzida em 1844, por encomenda do

---

<sup>104</sup> As comuas, ou retretes, eram cadeiras higiênicas que cumpriam o papel de um vaso sanitário atual. Na parte inferior ficava um urinol (penico) que após o uso era descartado em fossas distantes da residência. No Palácio não havia água encanada ou rede de esgoto.

<sup>105</sup> O jarro e a bacia eram indispensáveis para higiene das mãos e rosto. Embora não fosse comum a prática de banho diário no século XIX, estes podiam ser tomados em banheiros construídos no terreno do palácio, ou em quartos anexos aos dormitórios em banheiras ou bacias de ferro.

<sup>106</sup> Dentro da propriedade imperial havia banheiros destinados ao uso exclusivo de cada integrante da Família Imperial e à algumas damas da imperatriz e das princesas. É importante destacar que estes banheiros do Palácio “eram muito diferentes dos que conhecemos: eram construções espaçosas, muitas vezes descritas como pavilhões que continham quartos com móveis e cortinas; varandas, tanques de mármore e até lagos, funcionando como espaços de recreação” (Almanaque de Petrópolis nº2, 2020, p. 38).

Senado do Império ao pintor francês François René Moreaux, para homenagear a Independência do Brasil, sendo muito difundida ao longo do século XIX. Após a antecipação da maioria de D. Pedro II, era importante afirmar a continuidade entre a Independência e o seu reinado. Desta forma, Moreaux optou por representar a Independência como uma confraternização e não como conflito, representando os militares em último plano. A cena é apresentada com leveza, sem identificação precisa sobre o lugar. D. Pedro I ocupa o centro da imagem rodeado por pessoas em trajes civis, talvez expressando o que o autor considerava ser a sociedade de cidadãos. No quadro também há a presença de muitas crianças, recurso que à época poderia estar a sugerir a crença no futuro da jovem nação. O príncipe é aclamado por uma multidão, e a iluminação na pintura remete à ideia de algo divino na fundação do Império do Brasil. A tela de Moreaux é uma representação visual da Independência, atuando na construção de memórias e narrativas sobre o episódio. A tela despontou no século XIX como testemunho de um passado imaginado, reconhecendo D. Pedro I como um grande herói.

Mas será que a Independência do Brasil foi consequência apenas da ação e vontade de D. Pedro I? Observando essa pintura, percebemos a produção de sentidos que silenciam diversos atores sociais que lutaram pela independência. A independência não se deu de forma pacífica, como o quadro intenciona representar.

Ao longo dos séculos XIX e XX, não só esse quadro, mas de forma geral a historiografia brasileira tratou da Independência do Brasil com foco no 7 de setembro de 1822 e no protagonismo do imperador, como um evento único, silenciando conflitos e a diversidade de atores sociais envolvidos. No entanto, como mencionado no capítulo 1 desta dissertação, houve participação de diferentes segmentos sociais no esforço de independência do Brasil, o que incluiu africanos livres e escravizados e também mulheres. O silenciamento em relação à pluralidade da independência do Brasil, coloca essa experiência como fruto da vontade de um monarca, sem atenção às negociações e conflitos que a engendram.

Na sala do Segundo Reinado são apresentados móveis que foram usados originalmente no salão nobre do Palácio do Senado do Império, no Rio de Janeiro. A sala é adornada com duas pinturas que retratam D. Pedro II em momentos solenes. O quadro O Ato da Coroação do Imperador, de 1842, assinado por François-René Moreaux, e a pintura D. Pedro II na Abertura da Assembleia Geral, de 1872, assinada por Pedro Américo Figueiredo e Melo. Tais pinturas, ao retratarem D. Pedro II no momento da coroação, ou altivo em seu completo traje majestático portando as insígnias imperiais, na

abertura da Assembleia Geral, funcionam como uma antecipação para as salas que nos apresentam o acervo mais simbólico da monarquia.

A breve apresentação das salas neste tópico, intenta, além de informações gerais, uma prévia para o encontro com o acervo em exposição no Museu Imperial, reconhecido por funcionários e público como o mais valorizado acervo da instituição.

### **3.4- O acervo de maior destaque do Museu Imperial**

O Museu Imperial possui um significativo acervo acerca do período Imperial brasileiro. As peças apresentadas na exposição de longa duração do Museu representam mais diretamente o poder imperial. Recebem especial atenção do público a coroa, o traje majestático, o cetro e o trono. Essas peças evocam o “ser sagrado” do simbolismo inerente à realeza. Tais objetos estão expostos no Museu Imperial, respectivamente, na Sala da Coroa de Pedro II, na Sala do Traje Majestático de D. Pedro II, Sala das Insígnias Imperiais e na Sala de Estado.

O traje majestático, uma coroa e um trono foram produzidos especialmente para o ritual de sagração de D. Pedro II. O simbolismo do traje majestático foi representado com elementos que marcavam a distinção e o status do Imperador naquela sociedade<sup>107</sup>. O traje foi confeccionado com tecidos considerados nobres, como veludo e seda, além de ter bordados em fios de ouro. Foram utilizadas as cores heráldicas brasileiras: o verde, da Casa Real Portuguesa de Bragança, que também remete às florestas brasileiras; o amarelo, cor da Casa Imperial Austríaca de Habsburgo, que também representa o ouro enquanto uma riqueza natural do reino; e o branco que simboliza a pureza do monarca, considerado como portador de uma unção divina.

De acordo com Rodrigues (1953), o traje era comumente chamado à época de “Veste de Cavaleiro”, por ser considerado fruto de uma concepção romântica do que seria o traje de um cavaleiro do Renascimento para uma investidura solene.

O branco estava presente na veste, na faixa, nos manípulos, luvas, sapatos e chapéu de cavaleiro (utilizado para entrar na Capela Imperial antes da coroação). Todas as peças foram ornadas com bordados a ouro, conforme podemos observar a seguir:

---

<sup>107</sup> O assunto é desenvolvido na exposição virtual do Museu Imperial denominada “O simbolismo no traje majestático usado pelo Imperador Pedro II”, com Curadoria de Maurício Vicente Ferreira Junior e Muna Raquel Durans. Disponível em: <<https://artsandculture.google.com/story/WwXx4063S5CnJA?hl=pt-BR>> (acesso em 18/03/2022)



Traje majestático - Veste. Possui comprimento na altura dos joelhos, bordada a ouro com motivos de ramos de carvalho que contornam a abertura e a linha inferior em evasé. Mangas com os mesmos bordados. Material: cetim branco e fios de ouro. Dimensões: 99 cm (altura) x 60 cm (largura). Coleção Família Imperial.<sup>108</sup>



Traje majestático - faixa. Bordada com fios de ouro formando lírios e campânulas em cada uma das quatro pregas, dispostos no sentido horizontal. A faixa contorna a cintura da veste e é arrematada, no lado direito, por laço do qual pendem duas pontas com franjas de canutilhos dourados. Material: cetim branco e fios de Ouro. Dimensões: 25 cm (largura). Coleção Família Imperial.<sup>109</sup>

<sup>108</sup> Fonte: <<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/dami/handle/acervo/588>> (acesso em 23/07/2022).

<sup>109</sup> Fonte: <<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/dami/handle/acervo/595>> (acesso em 23/07/2022).



Traje majestático - Manípulos. Utilizado nas mangas da veste. Manípulos em forma de laços bordados com motivos de ramos de carvalho e pequenas estrelas. No centro da peça, há costurada uma rosácea franzida bordada. Material: cetim branco e fios de ouro. Dimensões: 22 cm (altura) x 7,5 cm (largura). Coleção Família Imperial.<sup>110</sup>



Traje Majestático - Sapatos. Sapatos bordados com motivos de palmas estilizadas, ramagens de carvalho e gavinhas. Estes foram confeccionados em ocasião posterior à sagração e coroação, em 1851. Material: Cetim branco, fios de ouro e couro. Dimensões: 8 cm (largura) x 28cm (comprimento). Coleção Família Imperial.<sup>111</sup>

<sup>110</sup> Fonte: <<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/dami/handle/acervo/593>> (acesso em 23/07/2022).

<sup>111</sup> Fonte: <<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/dami/handle/acervo/672>> (acesso em 23/07/2022).



Traje Majestático - Chapéu. Utilizado pelo imperador dom Pedro II no dia de sua sagração e coroação. Possui aba frontal levantada, adornado com ramos e folhas de carvalho. Material: veludo branco e linhas de ouro. Dimensões 14 cm (altura) x 42 cm (largura) x 38 cm (comprimento). Coleção Família Imperial.<sup>112</sup>



Traje majestático - Luvas. Luvas com as armas do Império bordadas a ouro, confeccionadas em ocasião posterior à sagração e coroação, em 1851. Material: seda e fios de ouro. Dimensões: 10 cm (largura) x 20,8 cm (comprimento). Coleção Família Imperial.<sup>113</sup>

O amarelo aparecia na muça, feita com papo-de-tucano<sup>114</sup>, uma ave típica do Império do Brasil. Essas penas amarelo-fogo foram um elemento originalmente brasileiro

<sup>112</sup> Fonte: <<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/dami/handle/acervo/600>> (acesso em 23/07/2022).

<sup>113</sup> Fonte: <<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/dami/handle/acervo/604>> (acesso em 23/07/2022).

<sup>114</sup> Segundo SCHWARCZ (1998), a muça da coroação, idealizada ainda na época de D. Pedro I, seria feita de penas de galo-da-serra encomendadas para os índios Tirió, entretanto na década de 1860, ela foi substituída por outra feita de papo de tucano, que possuía um colorido mais vivo.

utilizado no traje, substituindo as peles luxuosas utilizadas nos mantos europeus, simbolizando as riquezas naturais do Brasil e remetendo também ao exotismo da natureza.



Murça do traje majestático. Murça em corte de pelerine com abertura até o meio do peito para ser vestida pela cabeça. Revestida em penas de papo de tucano-de-bico-preto, de nome científico *Ramphastos Vitellinus Ariel Vigors*, sobrepostas sucessivamente de baixo para cima formando gomos verticais, em suporte de tecido. Forro em seda na cor bege e reforço de seda verde-escuro. Decote debruado de cadaço de algodão, cujas pontas servem para atar ao pescoço. Materiais: Penas de papo de tucano de bico preto, cetim de seda bege e verde escuro, e algodão. Dimensões: 31 cm (altura) X 177 cm (largura). Coleção Museu Imperial.<sup>115</sup>

No manto, o verde das florestas aparecia em um suntuoso veludo, com bordados a ouro, a saber: estrela de cinco pontas; a esfera armilar cortada pela cruz da Ordem de Cristo; e a serpe, presente na simbologia da Casa dos Braganças. Todo o contorno do manto foi bordado com motivos de ramos e bolotas de carvalho e estrelas, com a sigla PII. O manto foi confeccionado por Rosa Alexandrina de Lima, que de acordo com o site do Instituto Brasileiro de Museus<sup>116</sup>: “cobrou pelo trabalho de aviamentos, 3:000\$000 (três contos de réis) (...). De fato, foi encontrada uma ordem de pagamento à bordadeira no Museu Histórico Nacional, com as mesmas informações, confirmando este dado”.

<sup>115</sup> Fonte: <<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/dami/handle/acervo/10240>> (acesso em 23/07/2022).

<sup>116</sup> Disponível no site: <<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/10065>> (acesso em 06/07/2022).



Manto Imperial de D. Pedro II. Material: Veludo verde, lhama dourada, cordão e fios de ouro, canutilhos (fosco, brilhante e frisado), lantejoulas e palhetas. Dimensões: 305 cm (altura) x 193 cm (largura). Coleção Museu Imperial.<sup>117</sup>

Como complemento do traje majestático, haviam as insígnias, em que eram representadas as ordens honoríficas<sup>118</sup>. D. Pedro II adotava algumas no traje, tais como as insígnias da Ordem Imperial do Cruzeiro<sup>119</sup>, da Ordem D. Pedro I Fundador do Império<sup>120</sup>, e da Ordem da Rosa<sup>121</sup>.

<sup>117</sup> Fonte: <<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/dami/handle/acervo/10065>> (acesso em 23/07/2022).

<sup>118</sup> A monarquia brasileira conservou muitas instituições e tradições de Portugal, inclusive a prática das ordens honoríficas, criando novas ordens para remunerar os serviços considerados relevantes à pátria distinguindo esses cidadãos e estimulando a nobre emulação.

<sup>119</sup> Insígnia de Ordem Honorífica, criada por D. Pedro I em 1822 por ocasião da Independência do Brasil, para comemorar a sua Aclamação, Sagração e Coroação. Considerada a primeira ordem honorífica genuinamente brasileira.

<sup>120</sup> A Ordem de Pedro I, Fundador do Império do Brasil, foi instituída em 1826 pelo imperador para marcar o reconhecimento internacional da independência do Brasil. O criador desta insígnia foi o artista Jean Baptista Debret, um dos integrantes da Missão Artística Francesa chegada ao Brasil em 1816.

<sup>121</sup> A Ordem da Rosa foi criada por D. Pedro I em 1829 para perpetuar a memória de seu matrimônio com D. Amélia de Leuchtenberg. Seu símbolo também foi criado por Jean Baptista Debret que, referenciando



Insígnia e banda da Ordem Imperial do Cruzeiro. Banda em tecido na cor azul-celeste e insígnia no formato de estrela de cinco pontas bifurcadas de branco filetadas e maçanetadas de ouro; encimada por coroa imperial também em ouro. Conjunto assentado em coroa de folhas de tabaco e café em esmalte verde filetado em ouro no centro do conjunto disco. No anverso do disco, campo de azul-celeste em cruz latina formada por 19 estrelas em branco. Orla em azul-ferrete, com legenda em ouro polido: BENEMERENTIUM PRAEMIUM. Reverso com campo em ouro com a efigie de d. Pedro I à esquerda. Orla em azul-ferrete com legendas em ouro: PETRUS I BRASILIAE IMPERATOR. Material: ouro e esmalte. Dimensões: 9 cm (altura) x 5,8 cm (largura). Coleção Família Imperial.<sup>122</sup>



Insígnia da Ordem D. Pedro I Fundador do Império. Estrela de cinco pontas contendo no anverso – dragão alado, tendo ao peito escudo verde com as letras P. I., encimado por coroa imperial. Material: ouro e esmalte. Dimensões da placa: 9cm (altura) x 7cm (largura)<sup>123</sup> Coleção Museu Imperial.

---

os motivos de rosas que ornavam o vestido de D. Amélia em retrato enviado da Europa, ou com o qual teria desembarcado no Rio de Janeiro.

<sup>122</sup> Fonte: <<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/570>> (acesso em 23/07/2022).

<sup>123</sup> Fonte: <<https://artsandculture.google.com/story/WwXx4063S5CnJA?hl=pt-BR>> (acesso em 23/07/2022).



Insígnia Ordem da Rosa. Colar de ouro constituído de 15 rosas folhadas em sua cor e de igual número de escudetes de ouro, com as iniciais PA (entrelaçadas), dispostos alternadamente. Do colar pende a insígnia, com estrela de seis pontas, esmaltadas de branco e maçanetas de ouro, assente sobre uma grinalda de rosas folhadas e em sua cor. No disco central do anverso, em ouro cinzelado, com o monograma PA (Pedro e Amélia), circundado pela legenda Amor e Fidelidade. Materiais: Ouro, prata e esmalte. Dimensões: colar 96 cm (comprimento), insígnia: 8,3 cm (altura) x 6 cm (diâmetro). Coleção Museu Imperial.

Peça valiosa, tanto financeira quanto simbolicamente, a coroa de D. Pedro II é também um símbolo vigoroso do poder real, distintiva da dignidade régia. Entre outros significados, denota poder, autoridade, liderança e legitimidade. A coroa de D. Pedro II foi confeccionada especialmente para ele, por um ourives chamado Carlos Marin. Feita em ouro e adornada com 639 brilhantes e 77 pérolas, pesando 1.856 gramas, possui pérolas e pedras que compunham a coroa de seu pai, sugerindo, ao mesmo tempo, a hereditariedade das joias da coroa e do poder simbolizado. A coroa, sobre a cabeça, em posição elevada, parece remeter a virtudes superiores, tanto relacionadas às capacidades racionais e cognitivas, como ao transcendente e divino.



Coroa Imperial de D. Pedro II. Coroa em ouro amarelo e verde cinzelado. Contém cinta larga em forma ovalada que tem, no bordo inferior, dois frisos em forma de folhas de louro. Entre os frisos, fio de pérolas cultivadas. Na parte superior, festão de 16 pontas e, abaixo deste, outro friso idêntico ao da base. Abaixo de cada ponta do festão, um solitário montado em prata. Na cinta, na mesma direção das pontas dos festões, chuveiros formados por brilhantes, sendo que, no eixo principal da coroa, o chuveiro é formado por pedra maior, de formato retangular, circundado por pedras menores. Cada chuveiro é circundado pelo mesmo friso de folhas de louro que circundam a cinta. Nas pontas dos festões, dispostos alternadamente, triófilos em ouro verde arrematados por laço e, em cada ponta, roseta formada por brilhantes de diferentes tamanhos. De cada uma dessas composições sobe haste com as seguintes características: ouro polido em forma de gomos e, nas extremidades, friso de folhas de louro; no centro de cada haste, fio de brilhantes montados em prata. Na parte superior da coroa, globo de ouro polido, cintado por guarnição cinzelada e recortada, cravejada por brilhantes, da qual se eleva semicírculo montado de forma idêntica. Como suporte da esfera, florão de ouro cinzelado. No topo do círculo, cruz de Cristo cravejada de brilhantes. Forro original em veludo verde-escuro com acolchoado em cetim branco. No interior do globo, gravação das iniciais do ourives "C.M.C." e etiqueta em papel com a inscrição manuscrita "Esta coroa foi feita em casa de Carlos Marin & Cia, à rua do Ouvidor, 139 - julho de 1841". Material: ouro, brilhantes e pérolas. Dimensões: 31

cm (altura) x 43,5 cm (diâmetro), Globo: 16 cm, Crucifixo: 3,3 cm (altura) x 3,7 cm (largura) e Peso: 1,955 kg. Coleção Museu Imperial.<sup>124</sup>

Outro elemento simbólico na representação do poder do imperador é o cetro, representando a extensão do braço do monarca, a autoridade, símbolo da administração real e da aplicação da justiça. O cetro de D. Pedro II foi confeccionado para a coroação de seu pai, D. Pedro I. Também é feito em ouro, pesando 2.510 g e medindo 2 m de altura. Possui uma serpe pousada de forma imponente no seu topo, que, na figura de um réptil alado, pode ser associada simbolicamente aos domínios do poder na terra e no céu. Para a coroação de D. Pedro II, a serpe recebeu dois pequenos e vistosos brilhantes nos olhos.



Cetro de D. Pedro I e D. Pedro II. Cetro com ponteira em ouro cinzelada e gravada com decoração de grinalda de folhas, frutos de carvalho e um molho de folhagens cingido por um listel, terminando em forma de calota. Haste em latão oca e lisa, chapeada a ouro, constituída de seis segmentos articulados. Na parte superior, uma grinalda de folhas e frutos de carvalho. Capitel em forma de campana invertida, ornada por folhagens estilizadas sob ábaco retangular de ângulos seccionados e moldura de folhas estilizadas. Sobre este, serpe representando as armas da família Bragança, com asas espalmadas, a cauda revirada para cima, boca aberta, língua móvel e farpada e olhos com brilhantes incrustados que foram afixados na época da coroação de d. Pedro II. Material: ouro, latão e brilhante. Dimensões: 200 cm (altura total); serpe: 17 cm (altura) x 14 cm (largura). Coleção Museu Imperial.<sup>125</sup>

<sup>124</sup> Fonte: Museu Imperial/ IBRAM

<sup>125</sup> Fonte: <<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/10238>> (acesso em 23/07/2022).

Após a coroação, o traje do imperador não se tornou uma vestimenta de uso cotidiano, sendo usado, durante os 48 anos do reinado de D. Pedro II, apenas duas vezes ao ano, nas cerimônias de abertura e fechamento da Assembleia Geral. Essas eram as únicas ocasiões em que o Imperador era visto portando o traje majestático. Tal fato é retratado na pintura a seguir: D. Pedro II na abertura da Assembleia Geral, elaborada pelo artista Pedro Américo Figueiredo e Melo, em 1872. Esta obra está exposta na Sala do Segundo Reinado, como dito.



MELLO, Pedro Américo de Figueiredo e. D. Pedro II na Abertura do Parlamento; Fala do Trono. 1872, óleo sobre tela, 2,88 m x 2,05m. Coleção Museu Imperial.<sup>126</sup>

O trono foi confeccionado em madeira com trabalhos de entalhe e decorado com folhas de ouro. O assento e braços revestidos de veludo, com encosto ovalado e emoldurado. No centro do encosto, bordados em fio de prata, vê-se as iniciais do imperador Pedro II. Entre outros detalhes, os pés do trono são representados por esfinges,

---

<sup>126</sup> Fonte: Museu Imperial/ IBRAM

figura presente na mitologia grega com significados que remetem à sabedoria, poder e proteção.



Trono de D. Pedro II. Trono em madeira com trabalhos de entalhe, decorado com folha de ouro. Assento e braços revestidos em veludo assim como o encosto oval e emoldurado. No centro, bordados em fio de prata, a sigla "P. II. I." ladeada por duas palmas atadas por um laço. Material: madeira, veludo, folha de ouro, fio de prata. Dimensões: 175 cm (altura) x 104 cm (largura) x 66 cm (profundidade). Coleção Museu Imperial.<sup>127</sup>

Conforme observado nos objetos expostos, o luxo marcou a distinção e o poder do portador, assim como fez referência às riquezas da terra governada por ele. Ao mesmo tempo, a simbologia majestática dialoga com a humildade dos súditos, corpos que se curvam em reverência.

Todos os objetos mencionados foram colocados em destaque na exposição do Museu Imperial, remetendo à memória de tal poder e distinção.

A coroa é exposta com grande destaque no museu, girando dentro de uma vitrine, em uma sala pouco iluminada, mas com luz direta sobre ela, o que potencializa a sua majestade. Assim, é criado no ambiente todo um clima de mistério e uma aura da realeza.

<sup>127</sup> Fonte: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/dami/handle/acervo/10186> (acesso em 23/07/2022).

O traje majestático é apresentado dentro de uma vitrine que nos permite circular ao redor e observar cada detalhe.

No sobrado do Museu Imperial em espaço denominado Sala de Estado, está composta uma ambientação da Sala do Trono, com mobiliário original do Palácio de São Cristóvão<sup>128</sup>, já que neste Palácio, enquanto casa de veraneio, não possuía este espaço político. A Sala do Trono foi montada onde, no uso original do Palácio de Verão, o Imperador fazia as suas recepções formais ou recebia convidados especiais.

À luz de uma análise histórica crítica, todas essas peças representam o poder monárquico e a distinção do imperador. Mas, não são símbolos de um poder natural, como por suposto, antes constituindo-se como um poder historicamente instituído a partir de determinada demarcação de papéis sociais. Ou seja, todas essas peças podem ser percebidas como símbolo de um poder afirmado a partir de lógicas e práticas sociais pautadas na desigualdade de direitos e na construção de privilégios, lógicas estas sustentadas no horror de um regime escravocrata e no que ele significa em termos de inviabilizar a mobilidade social dos grupos subalternizados.

Assim, essas peças exibidas com pompa na exposição, como símbolos do poder imperial brasileiro, tornam-se, na chave da análise histórica, também simbólicas da desigualdade social e da hierarquização presentes na sociedade imperial, compondo, no Museu Imperial, uma memória do poder.

Aqui é importante acrescentar que a coroa de D. Pedro I também se encontra em exposição no Museu Imperial, na Sala das Insígnias Imperiais, junto ao cetro usado por ambos os imperadores e insígnias do traje majestático. Como dito anteriormente as joias da coroa de D. Pedro I ajudaram a compor a coroa de seu filho, desta forma ela é apresentada despida de adornos.

---

<sup>128</sup> Haviam quatro tronos do imperador D. Pedro II: o trono do Paço Imperial, que se encontra no Museu de Arte da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro; o trono que ficava no Senado do Império, que se encontra no Museu Histórico Nacional; Trono do Supremo Tribunal Militar que também se encontra no Museu Histórico Nacional; e o trono do Paço de São Cristóvão, que se encontra no Museu Imperial de Petrópolis.



Coroa Imperial de D. Pedro I. Coroa em ouro com motivos curvilíneos e folhagens gravados no diadema com friso cinzelado no bordo superior e aplicações de escudos das armas do Império do Brasil ao centro. Acima da coroa esfera armilar sob a cruz de Cristo. Material: Ouro. Dimensões: 36,5 cm (altura) x 25 cm (largura). Artesão: COSTA, Manuel Inácio de. Coleção Museu Imperial<sup>129</sup>.

Outra joia emblemática exposta na Sala das Insígnias Imperiais é a pena de ouro utilizada pela princesa Isabel para assinatura da lei Áurea. Consideramos um objeto muito simbólico pois a partir desta lei, a escravidão, após quase 400 anos, teve seu fim no Brasil. Ou seja, é um objeto-monumento que marca o importante momento histórico do fim da escravização no país.

---

<sup>129</sup> Fonte: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/10273>



Pena usada na assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888. Pena em ouro, com ponta para escrita. Eixo principal cravejado de diamantes e pedras vermelhas. Dimensões: 3,5 cm (largura) x 22 cm (comprimento). Peso: 13,35g. Coleção Família Imperial<sup>130</sup>.

A pena é feita de ouro, tem 27 diamantes e 25 pedras vermelhas. Foi fabricada exclusivamente para a Princesa Isabel assinar a Lei Áurea e ofertada a ela por abolicionistas. A peça ficou sobre a salvaguarda dos descendentes da princesa, sendo inclusive emprestada para compor exposições temporárias, até ser comprada pelo Ministério da Cultura, em 2006, de Dom Pedro Carlos de Orleans e Bragança, bisneto da princesa Isabel, por R\$ 500 mil.

A abolição da escravidão no Brasil foi fruto, primordialmente, da resistência e luta dos escravizados e de campanhas abolicionistas. A assinatura da Lei Áurea tem importância irrefutável, porém é necessário ter em vista que, como dito no capítulo 1 desta pesquisa, as pressões externas pelo fim da escravização, movidas por interesses econômicos, foram decisivas. Outro ponto é que, no momento da assinatura da Lei Áurea, já havia grande número de libertos na sociedade. O Censo Geral do Império de 1872 mostra que o Império do Brasil possuía quase 10 milhões de “almas” (mais precisamente, 9.930.478). Dentre estes haviam 1,5 milhão de escravizados (15% dos habitantes), entre africanos e afrodescendentes. Do total da população, 58% foram declarados pretos ou pardos, 38% apareceram como brancos e 4% foram descritos como indígenas. Maior do que o número de escravizados era a quantidade de negros e pardos, que correspondiam a 58% da população não-escravizada do Brasil. Lembrando que grande parte dos que ainda eram escravizados foram traficados ilegalmente, quando a lei no Brasil, desde 1831, proibia o tráfico negreiro. Além disso, não podemos esquecer que a abolição da escravidão contou com o lado perverso de não ter sido criada nenhuma política pública

---

<sup>130</sup> Fonte: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/10247>

que apostasse na integração dos ex-escravizados na sociedade, nos termos de uma cidadania inclusiva.

### **3.5- Considerações finais**

O Museu Imperial propõe uma reconstituição do que poderia ter sido o passado imperial, e não uma reconstituição do passado com o rigor dos fatos. A prioridade neste Museu não foi a reconstrução histórica do espaço, mas a perpetuação de valores e a construção do espaço envolto de forte aura régia, o que pode ser observado no ato de preferir objetos originais do Palácio em favor de outros objetos que, embora expressivos da experiência monárquica, tiveram uso em outros palácios ou residências.

A forma como o acervo foi reunido e distribuído em espaços do Museu Imperial definiu uma lógica específica carregada de sentidos que estimulam o encantamento. A ideia de realeza exerceu e exerce um fascínio muito grande sobre o público, ao nos apresentar uma realidade diversa da vivida por esse público, remetendo a um passado que já não existe, fato que corrobora para o grande número de visitantes da instituição desde a sua criação. É bom lembrar que o Museu Imperial tem mantido ao longo dos anos uma visitação bastante estável, que corresponde diretamente ao imaginário construído e mantido. A narrativa expográfica construída pelo Museu possui um grande alcance na formação do imaginário social. É o museu mais visitado entre os museus administrados pelo Instituto Brasileiro de Museus<sup>131</sup>, inclusive recebendo com regularidade quase diária estudantes da educação básica<sup>132</sup>.

O Museu sobre o Império está situado em uma casa histórica, o que lhe confere um poder evocativo. Assim a experiência com esse passado pode ser percebida desde o seu edifício, que por se tratar de um palácio de uso da Família Imperial mobiliza memórias, imaginação e fantasia, que se misturam aos testemunhos do tempo apresentados em seu acervo e ambientações. Além do fascínio que objetos como o cetro, a coroa, o manto e o trono trazem, o passado evocado pelo edifício contribui para criação

---

<sup>131</sup> Conferir em Museus estão entre os atrativos turísticos mais visitados no Brasil — Português (Brasil) ([www.gov.br](http://www.gov.br)) acesso em 16/02/2022.

<sup>132</sup> De acordo com informações obtidas no setor de educação do Museu Imperial, a regularidade de visitas escolares foi suprimida no período pandêmico entre março 2020 e setembro de 2021, devido às medidas restritivas para impedir o avanço do Covid. A partir de setembro de 2021 o Museu Imperial retomou o trabalho com o Setor de Educação, ainda com uma tímida procura das escolas, que em grande parte também retornavam ao ensino presencial neste momento. No ano de 2022 a procura se restabeleceu.

de uma sensação de vivenciar este passado, podendo inclusive ser considerado como um dos fatores da alta popularidade, visitação e aceitação por parte do público.

Desde a criação do Museu Imperial é perceptível uma predileção pela homenagem a D. Pedro II e à corte monárquica, em detrimento de retratar o que foi o Império em toda a sua complexidade, incluindo os conflitos sociais. D. Pedro II é apresentado como um herói clássico da nação-brasileira, como um grande ilustrado e motor do progresso da nação. Para esta representação foram selecionados objetos conciliando o poder pessoal e político de D. Pedro II, através das esferas pública e privada de sua trajetória. A própria organização e seleção dos objetos em exposição são simbólicos na afirmação dessa memória histórica: O atual diretor do Museu Imperial desenvolve esta ideia:

Importantes conjuntos arquivísticos, bibliográficos e objetuais foram incorporados, mas, sobretudo, a forma como foram agrupados definiu uma lógica igualmente específica carregada de forte conteúdo simbólico. A “busca e a seleção” de itens para a formação dos conjuntos, bem como a organização dos objetos apresentados ao público no circuito de exposição, refletem, de um lado, um Pedro Alcântara “ilustrado”, “amante das artes e das ciências”, “um ponderado”, enfim, um homem à frente de seu tempo, e de outro, o “magnânimo imperador d. Pedro II”, herdeiro de importantes casas reinantes europeias, como os Habsburgos e os Braganças. (FERREIRA JUNIOR, 2020, p. 28)

Mesmo tendo sido uma residência de verão, o Palácio pode ser considerado como o templo da monarquia brasileira. Como mencionado, a instituição criada não se propôs a relatar o cotidiano, mas a celebrar o Império e sua etiqueta, iluminando o que era valorizado como melhor e em voga com a moda no período retratado. Assim, o Museu apresenta uma imagem do Império caracterizada pelo mundo do espetáculo e da imagem. Nesse palco não há representações expressivas da vida dos escravos ou de conflitos sociais. A crueldade da escravidão parece não ter ressonância ou fazer parte da história recriada (SANTOS, 2006).

O Museu Imperial destaca o ambiente de distinção social do Império quando seleciona em suas principais salas de exposição representações da memória do poder imperial.

A ausência, no Museu Imperial, da representação dos conflitos sociais presentes no período imperial brasileiro é apresentada por Isabela Curvo:

A narrativa expográfica fazia, e faz até os dias de hoje, uma apologia a um período da história do Brasil e a um suposto modo de vida de uma determinada

parcela da sociedade. Nessa construção, outros personagens da “história da vida privada” foram ocultados, incluindo aqueles que fizeram parte do cotidiano dos monarcas, como as pessoas escravizadas. (CURVO, 2018, p.78)

De fato, o Museu Imperial, em sua exposição de longa duração, parece valorizar a experiência aristocrática, silenciando a experiência de grupos historicamente subalternizados desde a colonização do Brasil.

É nesse sentido que Heizer (1994) comenta:

A exposição permanente do Museu Imperial de Petrópolis estabelece uma relação específica entre a família imperial e aqueles que a observam encantados. Uma relação que revela para cada um dos visitantes o lugar diferente que devem ocupar numa sociedade ainda marcadamente hierarquizada e excludente. (HEIZER, 1994, p. 84)

Ir ao Museu Imperial é uma experiência interessante e diferente do cotidiano para seus visitantes, provocando a imaginação e assombro. Ao adentrar no Museu os visitantes vivenciam dois universos de significação: aquele ao qual pertence e o que é apresentado. Sobre este aspecto, Magaly de Oliveira Cabral Santos (1997) em sua dissertação nos faz um relato provocante. Segundo a autora:

Uma menina de cerca de 13 a 14 anos, mulata, ao subir a escada que leva ao segundo pavimento do Museu, após percorrer as salas do primeiro pavimento de jantar, de música, dourada, da coroa, do traje majestático etc., disse, empertigando-se toda e como que arrebanhando as saias: “vou subir para o meu quarto, agora”. Esta menina, chegando ao segundo pavimento, ao se deparar com uma pintura que apresenta uma escrava carregando um bebê no colo, perguntou: “quem é essa negrinha? O que ela faz aí?” (SANTOS, 1997, p.75).

Santos concluiu:

A menina, percorrendo salas com dourados, cristais, coroas etc., de repente espantou-se ao ver uma pintura que apresentava uma negra com certo destaque, embora carregando um mulato no colo. Creio que duas leituras se pode fazer desta situação: a primeira diz respeito àquela “negrinha” em meio a tantos objetos que seguramente não diziam respeito a ela – por que ela estaria ali, então, mesmo que carregando um bebê branco? Nada havia conduzido a menina até então (e nem conduziria depois), a perceber a presença do negro naquele palácio – nem como grupo social nem como escravo. A segunda leitura diz respeito a um processo de identificação que a menina estabeleceu com a “negrinha” – retratada como um serviçal, segurando um bebê, deu-se, então, um processo de rejeição à condição de escrava – que na verdade, é ainda a sua condição como classe na sociedade de classes em que vive. Aquela pintura parece ter tido o poder de quebrar com a sua fantasia, transportando a menina a sua realidade. (SANTOS, 1997, p. 78)

A pintura referida retrata a imagem de uma escrava ama de leite segurando ao colo um bebê. De acordo com a legenda produzida para a obra, retrata Luís Pereira de Carvalho e sua mucama Catarina, em Valença. A obra é datada de 1824, de autor desconhecido. Atualmente esta obra não está em exposição, haja visto o grande número de obras de arte em salvaguarda do Museu na reserva técnica, que resulta em uma alternância do acervo.

Ao atentar para o relato, percebemos o impacto que a escravidão tem para seus descendentes e o impacto que pode significar simplesmente colocar uma peça em exposição fora de seu contexto. De fato, a menina ao adentrar no museu e calçar as pantufas se viu em um mundo de príncipes e princesas, diverso da sua realidade, e ao brincar de ser princesa, viu-se frustrada por uma imagem que bem poderia ser de uma antepassada sua. A imagem da mucama quebrava o ambiente palaciano, trazendo a presença negra de forma subalternizada, desvalorizada.

Heizer (1994) menciona que, no momento de sua pesquisa, a referência aos negros na exposição de longa duração do Museu Imperial, estava no quadro que retrata a ama de leite, citado anteriormente, e em uma vitrine na sala da princesa Isabel contendo, junto a objetos da princesa, um instrumento de tortura, a bata de uma escravizada e uma cópia da Lei Áurea. Entretanto, os sentidos de tais objetos eram “amenizados por sua disposição ao lado dos pertences da princesa e da cópia da Lei Áurea” (HEIZER, 1994, p. 64), parecendo estar ali para corroborar com a afirmação da memória da princesa Isabel como a Redentora.

Atualmente, essa ordenação de peças já não está em exposição e percebemos como um indício visível da presença negra na exposição de longa duração do Museu Imperial a pintura de Pieter Godfred Bertichen<sup>133</sup>, intitulada “Vista da entrada da Baía do Rio de Janeiro”, um óleo sobre tela datado de 1864. Trata-se de uma pintura paisagística com importantes detalhes do urbanismo e da vida social do Rio de Janeiro do século XIX. Na paisagem é possível observar a expansão urbana em direção à Botafogo, ocorrida a partir da segunda metade do oitocentos, o Mercado da Glória, a residência de uma família da nobreza, Gurgel do Amaral, a Igreja nossa Senhora da Glória do Outeiro, além de um cais e muralha de pedra delimitando o contorno da praia, que futuramente seriam alterados com aterros. O autor retratou senhores vestidos à rigor, e escravos de ganho,

---

<sup>133</sup> Artista holandês, natural de Amsterdã, chegou ao Rio de Janeiro em 1837 com sua esposa. Residiu em Petrópolis de 1847 a 1853. Trabalhou com gêneros e técnicas distintas de pintura, e concorreu na exposição da Academia Imperial de Belas Artes, em 1864, com as telas intituladas “Vista da Praia de Santa Luzia” e “Vista da Entrada da Baía do Rio de Janeiro”.

descalços, executando tarefas urbanas, como vendas de alimentos, transporte de mercadorias e construção de casas, sendo, portanto, um documento histórico a partir do qual é possível problematizar a organização social do século XIX.

Além desta obra, usualmente a presença negra aparece em exposição no Museu Imperial na Sala de Joias, em balangandãs de prata e berloques usados por escravizadas da Bahia. Infelizmente, por conta de serviços de manutenção, não haviam joias em exposição durante nossa visita escolar, apenas o cofre de porcelana, biscuit e bronze dourado que pertencera a François d’Orleans, o príncipe de Joinville, que se casou com a princesa d. Francisca, irmã de D. Pedro II.



BERTICHEN, Pieter Godfred. **Vista da entrada do Rio de Janeiro** s/d. Óleo sobre tela, 80,5 X 141 cm. Acervo Museu Imperial.<sup>134</sup>

Uma visão cuidadosa da exposição de longa duração do Museu Imperial remete à perspectiva de uma museologia ainda impregnada de sentidos que valorizam a construção de memórias do poder, tanto na seleção do acervo apresentado, quanto na organização dos espaços de sua exposição de longa duração.

A musealização de objetos agrega valores a esses objetos para além de seu valor de uso. Como dizem os historiadores Paulo Knauss, Aline Montenegro e Rafael Zamorano: “Uma vez dentro do museu, o objeto assume o papel de documento, evidência material ou imaterial das sociedades e seu meio, fonte primária de pesquisa e, também, objeto de fruição cultural e sensorial” (KNAUSS *et al.*, 2019, p. 65)

<sup>134</sup> Fonte: Museu Imperial/ IBRAM.

Assim, podemos dizer que nenhum objeto exposto no Museu Imperial é ingênuo ou trivial. É sim um objeto que se transformou em documento, com intenção de valorizar uma representação e uma rememoração de determinados aspectos da vida social, política e cultural do Império brasileiro. No caso, uma representação e rememoração marcadamente excludente.

Porém, se, por um lado, a exposição de longa duração do Museu Imperial foi organizada dentro de um padrão que remete ao imaginário do poder, por outro lado, diferentes maneiras de olhar essa exposição poderão trazer novos significados e valores para ela.

Especificamente, o olhar crítico do historiador poderá sempre desconstruir e desnaturalizar memórias do poder, ao compreender os objetos em exposição como parte de um ambiente social, político e cultural mais complexo. Nesse sentido, no Museu Imperial discutimos com os alunos, não apenas a presença de uma representação do poder, mas também sobre a importância do que está ausente na exposição do museu e que nos pareça essencial para uma boa reconstrução histórica do passado imperial.

Assim, a produção de conhecimento histórico sobre o Brasil Imperial invariavelmente se beneficia de uma análise crítica das narrativas memoriais produzidas na exposição de longa duração do Museu Imperial. Exposição que ilumina determinados aspectos do período imperial brasileiro e que aponta para memórias presentes e ausentes sobre aquele período, que podem ser problematizadas no sentido de compreender os valores sociais que desejamos afirmar hoje.

Apresentaremos, no capítulo seguinte sobre a elaboração, junto a um grupo de alunos, de um produto pedagógico.

## 4- Construção do Produto Pedagógico

A presente pesquisa envolveu o esforço de realizar uma ação pedagógica voltada para a produção de um podcast, visando a apresentar aspectos da vida social do Brasil Imperial. A pesquisa foi desenvolvida com o apoio de ampla pesquisa bibliográfica – que buscou, não uma repetição do que já foi dito e escrito, mas sim uma combinação de leituras e abordagens que pudesse iluminar novas análises sobre o tema –, incorporando também uma observação crítica da narrativa memorial sobre o império brasileiro que ganha destaque na exposição de longa duração do Museu Imperial.

O conteúdo do podcast é fruto, portanto, de uma análise histórica do Império brasileiro, sintetizada em aulas ministradas a uma turma do 2ª ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Agostinho Porto, localizado na cidade de São João de Meriti, na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. A análise desenvolvida se beneficiou de uma visita à exposição de longa duração do Museu Imperial, realizada pela turma de alunos, acompanhada por sua professora de História.

### 4.1- Primeiros passos

Compreendendo, a partir de Paulo Freyre (1987), a importância de valorizar as vivências do grupo de alunos e professora envolvidos neste projeto, iniciamos a pesquisa realizando uma roda de conversa, para breve apresentação do grupo e da proposta de estudarmos a História do Brasil Imperial, incorporando aos estudos uma visita ao Museu Imperial.

Selva Guimarães Fonseca e Marcos Silva, em relação ao aproveitamento que visitas a museus podem ter para o ensino de História em sala de aula, destacam a importância dessas visitas estarem articuladas “a um projeto de curso e um processo de entendimento das experiências históricas” (FONSECA; SILVA, 2007, p. 66). De modo consoante, a visita ao Museu Imperial com os alunos do 2º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Agostinho Porto foi articulada ao plano de desenvolvimento do curso de História sobre o Brasil Imperial. Antes da visita, porém, um conjunto de onze aulas de História, cada uma com dois tempos de 50 minutos, procurou estimular nos alunos uma compreensão crítica sobre o período imperial brasileiro. Com o apoio de uma pesquisa historiográfica, cujos resultados foram apresentados nos capítulos 1, 2 e 3 desta

dissertação, o planejamento destas aulas deu-se a partir da organização de um conjunto de conteúdos sobre a vida social do Brasil Imperial, abrangendo também uma análise dos processos que envolveram a construção de Petrópolis e do Palácio Imperial e a criação do Museu Imperial.

Como poucos alunos haviam visitado uma instituição museal e muitos nunca haviam ido a um museu, discutimos a força dos museus como “lugar de memória” e de construção de narrativas memoriais, refletindo a partir de considerações de Pierre Nora (1993), quando o autor sugere que os lugares de memória reforçam, celebram, legitimam e influenciam para a interiorização de determinadas memórias.

Dentro das experiências pedagógicas em sala de aula que antecederam a visita dos alunos ao Museu Imperial, foi também experienciada uma proposta de aplicação do conceito de objeto gerador, conforme desenvolvido por Francisco Regis Lopes Ramos (2016) e apresentado na Introdução. A proposta assume que na construção do conhecimento histórico o professor deve considerar a bagagem cultural dos alunos, já que estes possuem um léxico histórico que utilizam no dia a dia para compreender as situações de seu cotidiano.

Assim, pensando a prática pedagógica através de processos educativos problematizadores, reflexivos e dialógicos, foi selecionado, como objeto gerador, o uniforme escolar dos alunos. A intenção foi construir reflexões em torno da blusa do uniforme escolar apurando a leitura de seus sentidos sociais, compreendendo que tal exercício auxiliaria nossas leituras dos objetos expostos no Museu Imperial.



Blusa do uniforme dos alunos da rede estadual de educação do Rio de Janeiro. Fonte: <https://www.tribunarj.com.br/alunos-da-rede-estadual-de-educacao-com-roupa-nova-em-2020/>

Algumas questões foram levantadas, tendo em vista a estimular uma reflexão conjunta sobre a peça: O que é a peça? Quais são os usos sociais do uniforme? Quem usa e quem não usa o uniforme? Por que alguns jovens usam e por que outros jovens não usam? De que tecido o uniforme é feito? Quem, socialmente, tem ou não tem acesso a roupas com tecido semelhante? Quais processos são necessários para que alguns alunos tenham esse uniforme?

Assim, a intenção foi, a partir do uniforme escolar, discutir os usos sociais dessa peça. Entre as reflexões, observou-se que o uniforme escolar é de uso exclusivo de quem frequenta a escola pública e confere distinção social a quem o usa, já que o acesso à educação formal representa melhor inserção no campo da formação humana e da educação qualificada e melhor preparação para futura inserção no mercado de trabalho e o crescimento profissional. O uniforme foi percebido como um símbolo que permite também benefícios como o acesso gratuito a ônibus. Mostrou-se um demarcador de funções dentro da escola, associado à identidade do aluno. Foi problematizada a ideia de que os sentidos sociais do uniforme em exame envolvem necessariamente uma escola em funcionamento, com alunos, professores e um conjunto de funcionários realizando

diversas ações administrativas essenciais à função escolar. Observou-se também que a veste foi confeccionada em algodão, tecido de uso e preço popular, que oferece conforto e durabilidade. Até chegar nas mãos dos alunos, muitos trabalhadores foram mobilizados, para a criação das características, dos detalhes e cor da peça: confecção, negociações públicas, comercialização, entre outros fazeres profissionais. Ou seja, o uso do uniforme foi associado à possibilidade de frequentar uma escola, o que, na realidade brasileira, é um direito de todos os jovens em idade de estudo, embora nem todos tenham de fato oportunidade de estudar. Por outro lado, a observação do uniforme na relação com o seu contexto escolar mais amplo ilumina toda a estrutura da equipe do colégio em que o uso daquele uniforme acontece: ao lado dos alunos, há gestores, professores, inspetores, cozinheiros, zeladores e prestadores de outros serviços que constituem a escola dentro de uma determinada hierarquia social, em que o grau de distinção tem corte por categoria profissional e instrução formal.

O exercício pretendeu ser uma estratégia para trazer a função social do objeto observado, discutindo aspectos do seu contexto social e as hierarquizações, dentro do tempo histórico em que o objeto é utilizado socialmente.

Tal reflexão ajuda a mostrar que os objetos podem nos tocar no visível, naquilo que está exposto diante dos nossos olhos, assim como nos tocar naquilo que não é mostrado, mas que à luz de sua inserção no contexto social em que é usado, nos faz compreender e pensar sobre o não visto e vislumbrar um contexto mais amplo. Com essa compreensão nos preparamos para a visita ao Museu Imperial.

## **4.2- Momentos da visita**

Após todas as atividades preparatórias, chegou o grande dia da visita ao Museu Imperial, realizada com o acompanhamento de duas educadoras do Museu.



Visita de alunos do 2º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Agostinho Porto ao Museu Imperial em 23/06/2022. Fotógrafo: Cinthia de Almeida



Visita de alunos do 2º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Agostinho Porto ao Museu Imperial em 13/06/2022. Foto: Diana Lemos

O percurso da exposição durou pouco mais de 60 minutos. Havia um vultuoso público espontâneo visitando o museu, mostrando que há interesse social nessa instituição de memória. As educadoras nos apresentaram os espaços expositivos e indicaram os objetos, destacando alguns dos detalhes, deixando ver aspectos que, do ponto de vista institucional, deveriam ser observados pelos alunos.

De modo geral, a apresentação das salas e as narrativas sobre objetos expostos aludiram a momentos de sociabilidade da elite imperial, em que pouco ou nada foi mencionado sobre os serviços envolvidos. A experiência também estimulou conversas dos alunos em torno das aproximações e diferenças entre aquele passado e o presente vivido, em relação a tipos de instrumentos musicais, telefones, camas, equipamentos de higiene e outros.

Em roda de conversa final, observamos que as salas que provocaram maior entusiasmo entre os alunos foram exatamente as que produzem maior fetichização no público regular da exposição: os espaços de exposição de símbolos da realeza no Brasil. Entre outros, o aluno Davi (16 anos) comentou: “O que mais me impressionou foi a coroa. Eu achei muito legal o contraste que deram sobre a coroa, com todas as luzes apagadas e uma luz sobre a coroa, deu a impressão que a coroa brilhava”.

A visita foi concluída com uma caminhada no jardim do Museu Imperial e uma roda de conversa sobre as impressões que a experiência nos causou. Rayka (16 anos) destacou: “Achei muito organizado e achei muito impressionante a ideia de que são coisas que foram usadas e feitas por pessoas que viveram há muito tempo atrás e hoje temos a oportunidade de explorar e conhecer sobre”.

Não restaram dúvidas de que os alunos gostaram muito de conhecer o Museu Imperial. A aluna Ester Marilza (16 anos) comentou: “Minha ida ao Museu Imperial foi uma experiência única, incrível, e com certeza marcante já que foi a minha primeira vez em um museu”.

As atividades que precederam a visitação influenciaram na maneira de olharmos os objetos. Ficou forte a percepção de que a exposição traz uma memória do poder, com uma apresentação romantizada da Família Imperial, silenciando a memória dos subalternizados. Nas palavras do Davi (16 anos): “Eu também percebi a ausência na representação dos escravos, até porque quem que colocava as velas nos lustres e limpava a casa eram eles (...)”. Samuel Jefferson (17 anos) comentou: “Algo que me causou desconforto foi a falta de pronuncia sobre os escravos já que eles foram peças importantes

daquela época.”. Em concordância, a aluna Rayka (16 anos) argumentou: Percebi a ausência da representação dos escravos e trabalhadores da época, das pessoas que davam forma ao local, que faziam comida..., basicamente senti falta dos bastidores. Isso me incomoda pois achei que ficou meio sem informação e que não teve nenhum valor dado a isso”.

A complexidade e os conflitos sociais da sociedade imperial oitocentista foram, contudo, acessados à luz do exercício de análise histórica proposto, incluindo também nova visita ao Museu Imperial, agora em formato virtual, em sala de aula.

Para a nova visita utilizamos um recurso de visita virtual e imagens dos acervos expostos disponibilizados no próprio site do Museu Imperial. Em todos os ambientes e imagens observados foi evidenciado o destaque à memória da realeza e a ausência de representações de outros atores sociais, que circulavam naqueles espaços prestando serviços diversos.

Merece destaque na visualização virtual da Sala de Música e Baile, a partir dos instrumentos de orquestra exibidos, reflexões conjuntas, em aula, sobre os músicos dos bailes imperiais. Não só músicos renomados ou com formação europeia podiam ser ouvidos nos salões de baile daquela época. Existiam escravizados musicistas, como os escravos-músicos da Fazenda de Santa Cruz, que desde a administração da propriedade pelos padres jesuítas, ainda no século XVIII, recebiam essa profissionalização, demonstrando talentos muito admirados. Nesta Fazenda:

(...) escravos e escravas, ainda adolescentes, eram iniciados por mestres jesuítas no conhecimento da música sacra, formando corais, tocando instrumentos e gerando novos mestres. Pela arte e qualidade de seu desempenho, esses músicos foram tomando fama, e a escola foi ficando conhecida, tendo sido denominada Conservatório de Santa Cruz. (SCHWARCZ, 1998, p. 223)

Escravos-cantores e suas orquestras encantaram D. João e nobres que assistiam às apresentações. “É assim nasceu uma nova vocação para a fazenda, que passava a fornecer escravos-músicos ali criados e formados aos paços imperiais da cidade. O costume inaugurado por D. João foi seguido depois pelos imperadores”. (SCHWARCZ, 1998, p. 225). Ou seja, mesmo reconhecidos como pessoas talentosas e admiráveis os escravos-músicos estão ausentes nas representações do Museu Imperial.

A partir do destaque institucional dado à memória do poder, discutimos então

sobre as relações entre memória do poder, memória dos subalternizados e sobre o poder da memória (CHAGAS, 2002). Ou seja, sobre as relações entre preservação de memórias e afirmação de valores.

A análise histórica, porém, observa o acervo em exposição, não somente como peças que representam a memória do poder. Representam sim o poder imperial, mas chamando a atenção de que se trata de uma sociedade desigual. Na análise histórica são símbolos de um poder não natural que se constituiu como poder, sustentado na escravização, demarcador de papéis sociais e possibilidades de ascensão.

Exposições em museus nacionais, como o Museu Imperial, sugerem memórias sobre a nação. São forças de memória. Analisou-se que uma perspectiva é histórica, sobre a vida social do século XIX, e outra é a representação daquela sociedade na exposição do Museu Imperial, que ocorre selecionando memórias e abordagens sobre um fato ou o período histórico retratado.

O Museu Imperial propõe uma narrativa sobre o Brasil Imperial que valoriza e ilumina determinados aspectos da sociedade. Mas é o trabalho específico da análise histórica metodologicamente instrumentalizada que garante a produção de conhecimento histórico.

### **4.3- A produção do podcast<sup>135</sup>**

A ideia da produção de um podcast apresentando aspectos da vida social no Brasil Imperial, incorporando à análise a memória sobre esse período construída no Museu Imperial, veio junto com o reconhecimento desta ferramenta como um importante veículo de divulgação de conteúdos. O podcast é um material entregue na forma de áudio disponibilizado através de um arquivo ou plataforma streaming, que conta com a vantagem de estar disponível e ser ouvido quando o ouvinte desejar, por computador ou celular.

Esta ferramenta é considerada um útil e interessante meio de comunicação de informação. De acordo com pesquisa<sup>136</sup> elaborada pela Associação Brasileira de Podcasters (abPod) no ano de 2019, os quatro assuntos mais acessados nas plataformas

---

<sup>135</sup> Agradeço ao professor Paulo Knauss pela valiosa sugestão de produção deste podcast como produto pedagógico desta pesquisa.

<sup>136</sup> Conferir em <https://abpod.org/podpesquisa/> (acesso em 08/10/2022)

streaming no Brasil são respectivamente: cultura pop, humor/comédia, ciência e história. O grande número de acessos em conteúdos sobre história sinaliza a potencialidade de ser aproveitado como recurso pedagógico para alunos, professores e interessados em conhecimentos históricos.

Acreditando nesta possibilidade para o ensino-aprendizagem em história, foram produzidos os conteúdos de seis episódios, a partir de uma leitura de trechos desta dissertação, conforme transcrito no tópico a seguir.

A pauta do podcast foi baseada na pesquisa historiográfica empreendida para esta dissertação, entretanto ela não se conformou como algo engessado. Para a produção da narrativa incorporamos também, sugestões dos alunos quanto aos temas que deveriam ser priorizados e aos objetos da exposição de longa duração do Museu Imperial que deveriam ser introduzidos no texto.

Alguns alunos participaram na locução do podcast. Neste caso, embora a participação como locutores tenha mobilizado um pequeno grupo voluntário de alunos, haja visto que alguns se sentiram envergonhados ou não desejaram participar da gravação, todo o grupo se sentiu bem representado e participante do processo como um todo.

A escolha da trilha sonora, também foi compartilhada com os alunos. Optamos por uma música clássica, acreditando que poderia dar ritmo, sem sobressair à voz dos locutores. A escolha por uma composição mais antiga deu-se em razão de não esbarrar em questões de direitos autorais. Assim após um processo de acolhida de sugestões e votação escolhemos a sonata para piano nº 36, in C Mayor, Hob. XVI:21:I. Allegro, composta por Franz Joseph Haydn no final do século XVIII.

A gravação e edição dos áudios contou com o auxílio de um amigo pessoal, Eduardo Souza, cuja colaboração solidária simplesmente viabilizou o projeto. A gravação ocorreu em duas manhãs, na própria escola. Para captura do som utilizamos um microfone de lapela com um gravador e também o gravador de voz do celular. A edição dos áudios foi feita através do programa Adobe Premiere.

Dar voz aos alunos foi essencial nesse projeto, gerando um processo democrático de produção de conhecimento que muito representou em termos do esforço de colocar em prática a proposta freyreana de um processo educativo libertador.

A participação e o empenho dos alunos, desde as atividades iniciais até a gravação do podcast, foram considerados na avaliação qualitativa escolar, substituindo a avaliação de testes do bimestre, o que correspondeu à metade da composição da nota bimestral.

O podcast pode ser acessado pelo Google Drive, pela plataforma Anchor, e pelo

Spotify, respectivamente nos seguintes links:

<https://drive.google.com/drive/folders/15UOo1laE2qZNSI4Iz76vyYvrtySme-Kg>

<https://anchor.fm/cinthia-de-almeida->

<https://open.spotify.com/show/0aBdZNVhgAy7BhCmjbgP25>

Todo esse trabalho terá cumprido o seu propósito se alcançar inspirar e/ou beneficiar outros pesquisadores, novas pesquisas, outros alunos, professores e interessados em geral.

#### **4.4- Podcast: Um olhar para o Brasil Imperial com o Museu Imperial**

##### **Podcast – Conheça o podcast**

(Duração: 1’ 18”)

Olá! Eu sou a professora Cinthia de Almeida, e este é o podcast ‘Um olhar para o Brasil Imperial com o Museu Imperial’.

Este podcast é fruto da minha dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal Fluminense, também intitulada: ‘ Um olhar para o Brasil Imperial com o Museu Imperial’, que contou a orientação da professora Maria Helena Versiani. Todas as referências bibliográficas do conteúdo deste podcast podem ser encontradas nesta dissertação.

A proposta da pesquisa, que resultou neste podcast, surgiu a partir da minha experiência em sala de aula. Eu leciono História no Colégio Estadual Agostinho Porto localizado em São João de Meriti, na Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Nasci e cresci em São João de Meriti, bem como a grande maioria dos meus alunos. Alguns deles serão locutores neste podcast.

Nos te convidamos a ouvir os seis episódios do podcast, que desejamos que seja útil para outros alunos e professores de história.

Agradecemos desde já o trabalho cuidadoso de gravação e edição de todos os episódios feito por Eduardo Souza.

##### **Episódio 1 – O Brasil Imperial. (Parte 1)**

(Duração: 14’ 50”)

Olá, hoje vamos começar o Episódio número 1 do Podcast “Um olhar para o Brasil Imperial com o Museu Imperial”. Eu sou a Rayka Vitorino, e eu Raphael Fernandes, e

vamos contar um pouco pra você sobre: o Brasil Imperial.

Pra fazer uma apresentação sobre o Brasil Imperial, vamos recuar brevemente ao início do século XIX, apontando alguns processos que impactaram a vida social do império brasileiro.

Em 1808, a Família Real portuguesa, escoltada por frota da Inglaterra, mudou-se para a sua colônia brasileira. Era um momento crítico, em que o Imperador da França, Napoleão Bonaparte, ordenou o envio de tropas a Portugal – dentro do objetivo de expandir suas conquistas territoriais e pressionar para que o país aderisse ao bloqueio do comércio de produtos britânicos.

A Família Real fixou residência na cidade do Rio de Janeiro, sede do governo-geral da colônia, que foi então transformada para a função de sede da corte portuguesa. Foram criados diversos órgãos administrativos e jurídicos, como a Polícia da Corte, a Junta do Comércio e o Banco do Brasil, ao lado de instituições acadêmicas e culturais. Junto à Família Real, transferiam-se para a colônia, juizes, ministros, conselheiros, funcionários do governo, membros do clero e das forças armadas, entre outros que compunham uma comitiva de cerca de quinze mil pessoas.

A chegada da Família Real ao Brasil foi também um marco em relação ao desembarque de escravizados em terras brasileiras. De acordo com a historiadora Inaê Lopes dos Santos: nos dez anos que antecederam a vinda da Família Real para o Brasil estima-se que cerca de 30 mil escravizados por ano foram submetidos ao cativeiro no país. Dez anos depois da chegada da Família Real, o número de desembarques de escravizados no Brasil já tinha subido para 42 mil por ano.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo príncipe regente D. João foi a assinatura do Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas. A medida representou uma contrapartida à proteção que D. João e sua comitiva tiveram ao longo da viagem para o Brasil com escolta da Inglaterra. A Inglaterra, desde a virada do século XIX pressionava para o livre comércio intercontinental dos seus produtos.

A abertura dos portos intensificou a economia e o comércio de produtos estrangeiros no país, influenciando para que, em 1815, o Brasil fosse elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarve. Porém, as relações sociais, políticas e econômicas no Brasil não se davam sem os conflitos de uma sociedade escravagista e moldada no privilégio de um poder soberano que distribuía benesses, empregos e títulos aos correligionários e escolhidos da corte.

Entre os séculos XVI e XIX a mão de obra escravizada africana e afrodescendente

sustentou a economia do Brasil. Não sem luta. Desde o início da escravização africana não foram raras as revoltas de escravizados. Lutas pelo direito à vida e à liberdade envolveram protestos, resistências, fugas, rebeliões, a organização de quilombos, associações, negociações constantes e ativismos os mais diversos. Os escravizados nunca foram vítimas passivas.

Após o fim da era napoleônica e hegemonia francesa no continente europeu, em 1815, D. João ainda permanecia no Brasil. Em 1818, com a morte de sua mãe, D. Maria I, ele se tornou D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.

Pressões partiam de Portugal, contra: o absolutismo de D. João VI, os prejuízos causados pela ocupação francesa e transferência da corte e a perda de lucros com o fim da exclusividade do comércio com o Brasil. Exigia-se um governo constitucional e representativo que estabelecesse limites ao poder real. Chamado a Portugal e temendo perder o trono, D. João VI decidiu retornar à terrinha, em 1821, deixando no Brasil o seu filho D. Pedro como príncipe regente.

No Brasil, a insatisfação com o poder real também atingia proporções críticas. Parlamentares, proprietários de terra e comerciantes de diversas províncias, oligarcas que viviam e enriqueciam sustentados na existência do tráfico negreiro, juristas, clérigos e outros que se beneficiavam da proximidade com a coroa recebiam uma recolonização do Brasil e a perda de suas carreiras, cargos, prestígio e privilégios.

Junto, generalizava-se entre as elites nacionais o temor de um levante escravo, nos termos do que ocorrera com a Revolução do Haiti, na virada do século XVIII, que extinguiu a sociedade escravista haitiana e controlou o poder na antiga colônia francesa.

Embora as elites provinciais reivindicassem autonomia no desenvolvimento de seus negócios, criticando, entre outros pontos, os impostos reais, o controle português sobre o comércio, a preferência dada aos portugueses para promoções militares, todas se uniram para defender a independência em relação a Portugal e a construção de um Império do Brasil, o que naquele momento envolvia fortalecer e defender o poder soberano de D. Pedro contra movimentos autonomistas e revoltas de escravizados. O “preço” negociado para apoio a D. Pedro era a manutenção do regime escravocrata e de toda riqueza que a escravidão proporcionava às elites no país.

D. Pedro ficou no Brasil e substituiu o ministério nomeado por D. João VI. O império brasileiro nascia, assim, assentado no compromisso com a continuidade da escravidão, especialmente negociada com os traficantes e grandes senhores proprietários de terra e de escravizados, das Minas Gerais e do Vale do Paraíba. Depois da

independência, o número de escravizados que entraram no Brasil, por ano, subiu para cerca de 52 mil.

Portugal reagiu e organizou tropas para submeter o Brasil. Em diversas regiões do país ocorreram guerras de independência, a maior delas na Bahia com as forças militares do país contando com decisivo e numeroso apoio de populares, em que negros participavam na linha de frente dos combates, afinal rendendo os portugueses.

A coroação de D. Pedro I como Imperador do Brasil ocorreu em 1822 e no ano seguinte organizou-se uma Assembleia Nacional Constituinte para a promulgação da primeira Constituição do Império do Brasil. A maioria parlamentar era branca e todos homens ricos ou da “boa sociedade”. Mulheres não participavam de processos eleitorais, nem como eleitoras nem como candidatas.

Havia quem defendesse a abolição da escravatura, mas a maioria eram parlamentares escravagistas. A defesa da abolição nem sempre encontrava argumentos humanitários, mas, sim associava a escravidão a um obstáculo no processo de desenvolvimento econômico industrial. E mesmo quando relacionavam escravidão à barbárie, era comum que guardassem palavras para taxar a pessoa negra de selvagem ou desqualificada.

As propostas que remetiam à abolição, contudo, não foram sequer consideradas por D. Pedro I. Por outro lado, tentativas de limitar o poder do imperador muito influenciaram para que o imperador suspendesse autoritariamente a Assembleia Constituinte, nomeando uma comissão para a elaboração da Constituição, que foi outorgada em 1824.

O direito às liberdades individuais entra nessa Constituição sem guardar, expressamente, qualquer palavra sobre a escravização, em nenhum dos seus dispositivos. É reconhecida a condição de cidadãos apenas aos indivíduos livres e libertos nascidos no Brasil, o que foi um modo indireto, implícito, da escravidão ser admitida no texto constitucional. Junto e perversamente, a garantia do direito à liberdade incluía o direito à propriedade individual, num contexto em que os escravizados eram percebidos como propriedade de seus senhores.

Os libertos nascidos no Brasil, apesar de cidadãos perante a lei, na prática encontravam restrições para exercer a própria cidadania, sofrendo inclusive o risco de serem re-escravizados, em uma sociedade racista em que a subalternização tem corte racial.

As eleições ocorriam em dois turnos. Eleições paroquiais para eleger os

representantes que depois votariam nas eleições provinciais, estas elegendo deputados e senadores. Para votar e se candidatar era preciso ter determinada renda mínima e ser livre. Assim, estava excluída das decisões políticas a grande maioria da sociedade imperial de pobres livres e de escravizados. Os libertos nascidos no Brasil podiam votar unicamente em eleições paroquiais. Ou seja, um grupo restrito se candidatava e elegia parlamentares, a partir de regras pautadas na desigualdade de direitos e garantindo a manutenção da escravidão, que perdurou até praticamente o final do Império.

A organização do Estado Imperial brasileiro reconheceu quatro poderes políticos: executivo, legislativo, judiciário e moderador. A chefia do poder Executivo cabia ao imperador, assessorado por um ministério. O poder Legislativo estruturava-se com duas instâncias: a câmara dos deputados e o senado. O poder Judiciário era composto por juízes responsáveis pela aplicação da justiça em diferentes instâncias. O poder Moderador era exercido também pelo imperador, podendo intervir em casos de conflito, assegurando a sua superioridade sobre os demais poderes.

Após a independência do Brasil, em 1822, a Inglaterra, na posição de maior potência econômica global e desejosa de ver crescer a população de potenciais consumidores de sua produção industrial, condicionou o reconhecimento do Brasil independente à assinatura, em 1826, de um tratado de proibição do comércio negreiro. Pressionado, sem consultar deputados e senadores, D. Pedro I confirmaria o Tratado, em 1827, com prazo de vigência após três anos. O traficante de escravizados, a partir de então, estaria cometendo crime de contrabando e quem recebesse ou comprasse esses africanos seriam enquadrados como cúmplices.

Nesse cenário, a mesma elite política brasileira que apoiou D. Pedro I no processo de Independência do Brasil, – negociando que o Estado Imperial independente nascesse como estado imperial escravagista –, agora, no contexto em que o tráfico no Brasil estava caminhando para o fim, desacreditava D. Pedro I.

A crise se dava como o ápice de tensões que o governo imperial enfrentava com a elite política, cada vez mais crítica às decisões isoladas e autoritárias do imperador. A isso se somava uma crise financeira no país, em boa medida relacionada ao pagamento de indenização a Portugal para o reconhecimento da Independência do Brasil. D. Pedro I gerava desconfiança também ao se envolver numa disputa do trono português, entre seu irmão e sua filha, Maria da Glória, deixando ver que ainda tinha interesse em assuntos de Portugal. A oposição cresceu, ocupando espaços públicos e nos jornais e os aliados portugueses do monarca passaram a ser também hostilizados. O desgaste político de D.

Pedro I aumentou com a deserção do Exército e pedidos pela partida do imperador.

Em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, D. Pedro II, nascido no Brasil e à época com cinco anos. Como determinava a Constituição, o Império do Brasil seria governado por regentes, até o menino completar a maioridade.

O período entre a abdicação de D. Pedro I e a maioridade de D. Pedro II ficou conhecido como período Regencial.

Neste episódio tratamos de alguns momentos que impactaram a formação do Império Brasileiro até a abdicação de D. Pedro I. No próximo episódio continuaremos conversando sobre o Brasil Imperial.

## **Episódio 2– O Brasil Imperial. (Parte 2)**

Duração (18’ 49’)

Olá, hoje vamos começar o Episódio número 2 do Podcast “Um olhar para o Brasil Imperial com o Museu Imperial”. Eu sou Rayka Victorino, e eu Raphael Fernandes, e no episódio de hoje vamos continuar nossa conversa sobre o Brasil Imperial.

Em meio aos conturbados processos políticos relacionados à renúncia de D. Pedro I, muitas ideias e propostas polêmicas afloravam, inclusive em torno do fim da escravidão e do direito feminino ao voto. Nesse contexto, foi proposta e votada uma lei nacional, soberana, determinando o fim do tráfico negreiro. O africano que desembarcasse em território brasileiro seria declarado livre.

A lei foi fiscalizada por cerca de quatro anos, embora tenha sido inicialmente desacreditada, por conta de legislações anteriores descumpridas. Mas logo foi objeto de negociação em favor de interesses ligados ao tráfico de escravizados.

Nos anos 1830, o café se tornou o principal produto da economia brasileira, o que decerto influenciou para a reativação do tráfico negreiro em formato ilegal, apoiado especialmente por ricos fazendeiros produtores de café. A escravização ilegal ocorreu em larga escala, contando com a conivência das elites políticas e dos grandes proprietários de terras, sendo viabilizada toda a infraestrutura para que esse tráfico pudesse acontecer na ilegalidade. Em sua dissertação de mestrado, O historiador Thiago Campos Pessoa Lourenço mostra como os traficantes ilegais tinham proximidade com o poder e influência política. A escravização seguia assim produzindo riqueza privada e

favorecendo financeiramente o Estado imperial brasileiro, que via crescer sua base fiscal. Alguns parlamentares advogavam abertamente pela reabertura legal do tráfico.

Importante observar que a escravização estava de certo modo naturalizada. O funcionamento da economia acontecia com base na força do trabalho escravo, seja nas grandes produções, seja no pequeno comércio e inclusive em atividades circunscritas ao lar, envolvendo negros libertos que procuravam adquirir algum escravizado, pelo status de proprietário de “bens” que isso significava na sociedade brasileira. As experiências, de libertos possuindo escravizados, foram poucas e excepcionais frente ao número abissal de brancos escravocratas e de negros que lutavam pela liberdade. Igualmente assustador é pensar que a última geração de escravizados no Brasil foi fruto do tráfico ilegal.

Desafiavam a ordem imperial uma série de disputas políticas envolvendo as elites provinciais e que ganhavam apoio popular, com marcante presença de negros escravizados, libertos e livres. Um exemplo é a Revolta dos Malês, na Bahia, iniciada em 1935 e liderada por africanos muçulmanos. Junto, seguia a luta solidária entre escravizados por compra de alforrias.

Simultaneamente, a atuação de diversas frentes abolicionistas conduzia-se a partir da circulação de ideias iluministas sobre liberdade e igualdade. Parte das campanhas eram instruídas por propostas industrialistas, de reorientação das prioridades na produção brasileira. Apesar das mulheres não possuírem direitos políticos, havia aquelas que se reuniam para debater questões sociais e políticas de seu tempo, inclusive com ativismo nas campanhas abolicionistas.

Pressões da Inglaterra, em favor da disputa comercial de seus produtos industrializados, intensificaram fortemente a perseguição ao tráfico negreiro, a partir de 1845, com a Lei Bill Aberdeen. A Marinha inglesa passou a perseguir e aprisionar os navios negreiros que circulassem pelas águas do Atlântico, reconduzindo os africanos ao seu continente.

É nesse contexto de várias rebeliões e instabilidade política que, em 1840, deu-se a subida de D. Pedro II ao poder, a partir de manobra que antecipou a maioria do herdeiro do trono, que àquela altura tinha apenas 14 anos. O imperador iniciava a sua vida política como uma forma de garantir a unidade e a continuidade do Império do Brasil. Na cerimônia de consagração houve um grande esforço ritual para tornar o processo memorável para a nação. A coroação foi meticulosamente planejada, um grande espetáculo de poder, tornando o imperador ungido e escolhido de Deus, atribuindo a ele soberania política e um caráter sagrado.

Em 1850, o contrabando negreiro passou a ser fiscalizado com rigor no Brasil, com a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz. O fim do tráfico formal e a alta mortalidade do escravizado, devido às suas péssimas condições de vida no cativeiro, logo reduziram a população escravizada, que se tornou mais cara. Os proprietários de terra, principalmente os cafeicultores do complexo cafeeiro paulista, que ganhavam centralidade em relação à produção cafeeira do território fluminense começaram a buscar formas de garantir a continuidade de sua produção, apostando no incentivo à imigração europeia.

Desde 1840, ocorria uma intensificação do processo imigratório no Brasil, particularmente para o trabalho nas lavouras. A imigração europeia e branca era considerada como mão de obra superior, com a Europa sendo percebida pela elite imperial e brasileira como modelo civilizatório maior.

Em direção oposta, os trabalhadores negros e mestiços, livres ou escravos, eram comumente classificados como bárbaros e jamais pensados para a experiência de colonização com mão de obra livre. Existia, pois, um forte preconceito racial em relação ao negro no mercado de trabalho formal. Contudo, a afirmação de que os negros seriam uma mão de obra não qualificada dava-se por puro preconceito. A população negra trabalhou na lavoura em condição de escravizados por séculos. Além disso, possuía sim especialização e habilidade técnica de modo geral. Não foram poucos os negros que vieram a se destacar como profissionais liberais, atuando como escultores, escritores, pintores, advogados, médicos, músicos, jornalistas, militares, arquitetos, entre outras habilidades. Foi exatamente a exploração dos saberes e do trabalho de africanos e afrodescendentes escravizados que produziu toda a riqueza da colônia e do império no Brasil.

Após a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, outras duas leis de viés abolicionista foram aprovadas no Brasil. Em 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre. De acordo com essa lei, não nasceria mais nenhum escravizado em solo brasileiro. Entretanto esta liberdade chegaria tardiamente, já que a lei estabelecia que os filhos permaneceriam junto da mãe escravizada, vivendo no cativeiro, até os 8 anos de idade. Dos 8 aos 21 anos, as crianças continuariam na propriedade do senhor e, no caso de não interesse deste, sob a tutela do Estado. Como o poder público não se estruturou para cuidar das crianças maiores de 8 anos elas permaneciam na posse de seu senhor, trabalhando tal como escravos. Na prática, a liberdade prevista por essa lei só seria alcançada na idade adulta, aos 21 anos, e todo o trabalho executado serviria de compensação para o senhor pelos gastos com a

criação da criança e como indenização pela perda da propriedade em potencial. Esta lei não chegou a gerar benefícios pois a Lei áurea aboliu a escravidão em 1888.

Outro dispositivo abolicionista foi a Lei de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei do Sexagenários, que determinou a libertação dos escravos com mais de 60 anos. A lei foi dada em um contexto em que a expectativa de vida dos escravizados era baixa, não tendo, portanto, grande impacto. O dispositivo não garantia liberdade imediata pois estabeleceu que os sexagenários ainda precisariam trabalhar por mais três anos como indenização ao senhor pela alforria recebida. Neste período se completassem 65 anos estariam livres, mesmo sem ter concluído esses 3 anos de trabalho. A alforria também não vinha com autonomia de circulação, pois para evitar o que chamavam de “vadiagem”, os libertos permaneceriam na propriedade e trabalhando para seu senhor. Caso desejassem obter os meios de subsistência em outra parte, precisariam da autorização de um juiz de órfãos. Também não podiam se ausentar do município onde haviam sido alforriados sem autorização, pois seriam considerados desocupados, cuja punição poderia chegar à prisão ou envio a uma colônia agrícola.

Porém, tanto a Lei do Ventre Livre quanto a Lei dos Sexagenários estabeleciam a condição da liberdade sem amparo social, pois não havia nenhuma prescrição de integração do liberto à sociedade.

A abolição total da escravidão só ocorreu em 1888, fruto de movimento social intenso. Internacionalmente a onda abolicionista ganhava força, levando gradualmente à abolição da escravidão em diversos países da América, como a Colômbia, Argentina, Venezuela, Peru e EUA. O Brasil se fechava em uma solidão escravista, com parte da elite brasileira desejando retardar o fim da escravidão, tema que a essa altura também contava com grande apoio político no próprio Brasil.

A partir de 1860, os movimentos abolicionistas intensificaram-se no Brasil, com presença no parlamento e na imprensa e ações solidárias para compra de alforrias e auxílio em fugas. Foram organizados clubes abolicionistas para auxiliar na emancipação dos negros. Nas senzalas os cativos se organizavam, inclusive resistindo ao trabalho. Reconhecidos abolicionistas, como Joaquim Nabuco, Luíz Gama, André Rebouças, José do Patrocínio e Aristides Lobo discutiam sobre a importância da abolição e os meios para concretizá-la.

Em janeiro de 1888, a princesa Isabel entra em campo para arrecadar fundos para a Confederação abolicionista, o que caminhou para a demissão do presidente do Conselho de Ministros, contrário à abolição. Dois concertos foram promovidos pela princesa Isabel

para a abolição da escravidão em Petrópolis e em 1º de abril ela entregou 103 títulos de liberdade na cidade. Á essa altura, São Paulo, Ceará, Amazonas e Rio Grande do Sul. Já haviam libertado seus escravos.

A escravidão foi definitivamente extinta pela Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel. A abolição foi acolhida com muita alegria e expectativa pelos abolicionistas, entretanto o Brasil promulgou uma lei bastante conservadora, não oferecendo incentivos à sobrevivência dos libertos. Embora existissem propostas concretas para a integração do negro, a escolha foi por abandoná-los à sorte de uma sociedade ainda profundamente racista.

A abolição sem nenhuma política que permitisse a inserção do negro na sociedade acirrou o racismo naturalizando a desigualdade de direitos. A falta de acesso à terra foi uma questão fundamental, pois forçou os libertos a permanecerem em ofícios com baixa remuneração. A falta de acesso ao estudo reduzia as oportunidades de melhoria de vida.

Para os conservadores, o verdadeiro debate girava em torno da indenização aos proprietários de cativos, o que não era considerado conveniente pelo governo já que a economia aspirava cuidados, e o peso desta medida recairia sob a forma de impostos para a população em geral.

Como consequência da falta de políticas públicas, muitos libertos continuaram sob relações de exploração intensa. Enfrentaram o racismo, competindo com a mão de obra imigrante, preferida pelos empresários e novos cafeicultores. Resumidamente, o pós-abolição foi caracterizado por muitos desafios e luta por cidadania.

O Brasil foi a nação americana que mais recebeu escravizados africanos, e a última a acabar com escravidão.

Após a assinatura da Lei Áurea, a monarquia foi aclamada nas ruas, alcançando grande apoio popular. Entretanto a sua relação com o setor agrário escravocrata tornou-se bastante conflituosa. Exigia-se uma indenização do governo. Sentindo-se abandonados pelo Estado Imperial, muitos senhores de escravizados começaram a defender o regime republicano.

As ideias republicanas já circulavam no Brasil e foram sintetizadas com o documento Manifesto Republicano, de 1870, mencionando o desejo dos brasileiros serem da América como os demais países americanos, todos republicanos. O Brasil era a única monarquia do continente.

Também cresciam os conflitos entre o Estado Imperial e a Igreja Católica, que condenava ideias defendidas pela Maçonaria, sem o apoio do imperador, que inclusive

chegou a condenar atitudes do bispado contra a Maçonaria, em franco desrespeito à soberania da Igreja Católica. Muitos católicos, a partir de então, passaram a defender a República.

Outro setor que então nutria grande descontentamento com a monarquia era o exército. Entre 1864 e 1870, durante a Guerra do Paraguai, muitos militares lutaram ao lado de soldados escravizados, como camaradas, e voltaram da guerra questionando a escravidão e a monarquia que lhe dava suporte, quando a liberdade havia sido prometida para o escravizado que voltasse vivo da guerra. Além disso, os brasileiros em luta recebiam apoio de países republicanos, Argentina e Uruguai, passando a assimilar algumas ideias do republicanismo. Após 1870 e a vitória alcançada pelo exército na guerra, muitos militares alimentavam expectativas de que fossem mais valorizados como força política nacional, demonstrando insatisfação quanto ao tratamento recebido do governo e se opondo, à ordem consolidada. Nas altas patentes do exército também circulava a doutrina Positivista, criada na França no início do século XIX por Auguste Comte, que valorizava a ordem e o conhecimento científico para alcançar o progresso social. As ideias republicanas e positivistas muito influenciaram a atuação do exército na queda da monarquia.

República e Abolição tiveram grande ressonância também entre alguns industrialistas defensores do trabalho baseado em mão de obra assalariada – ideia aquecida com a formação de uma nova classe média urbana e a presença do imigrante europeu no país. Também tiveram ressonância entre os novos cafeicultores do oeste paulista, desejosos de maior representação e força política, e que adotaram a produção em bases assalariadas.

O movimento em favor da República ganhava mais força e se alastrava, entre temores sobre um Terceiro Reinado nas mãos de Isabel, haja visto a saúde frágil que D. Pedro II vinha demonstrando no período. Também corriam rumores sobre o papel que o esposo da princesa Isabel, o Conde D’Eu desempenharia, por ele ser estrangeiro.

A Proclamação da República se deu a partir de um golpe militar liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que, pressionado pela caserna, embora simpático à monarquia, traiu a velha amizade com D. Pedro II. Em 15 de novembro de 1889, o ministério imperial foi deposto, sendo proclamada a República no Brasil. Temendo manifestações favoráveis ao imperador, os republicanos comunicaram que a partida da Família Imperial para Portugal deveria ser imediata, na madrugada do dia 17 de novembro. A monarquia tinha fim no Brasil.

Neste episódio conversamos sobre o Brasil Imperial. No próximo episódio vamos conhecer os caminhos que levaram à construção do Palácio de Verão da Família Imperial. Até lá!

### **Episódio 3 – No meio dos caminhos tem um Palácio de Verão**

(Duração 19’ 21’)

Olá, vamos começar o Episódio número 3 do Podcast “Um olhar para o Brasil Imperial com o Museu Imperial”. Eu sou Matheus Caldas. Nosso episódio de hoje é: No meio dos caminhos tem um Palácio de Verão.

Como dito no primeiro episódio, a família real portuguesa veio para o Brasil em 1808. A primeira residência ocupada na cidade do Rio de Janeiro pela Família Real portuguesa foi o Palácio dos Vice-Reis, em frente ao cais. O edifício passou a ser utilizado como local de moradia da Família Real e sede administrativa, e passou a ser chamado de Paço Real. O Paço Real mudou de nome após a declaração de Independência do Brasil, em 1822, passando a ser chamado de Paço Imperial ou Paço da Cidade, permanecendo como o núcleo do poder político da Monarquia.

Em 1820, D. João se mudou do Paço Real para o Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista. Esta propriedade, considerada à época a melhor mansão da cidade do Rio de Janeiro, foi recebida como presente de um rico comerciante, Elias Antônio Lopes, que enriqueceu traficando escravizados. Assim, o Palácio de São Cristóvão, construído com recursos obtidos por meio do tráfico negreiro, tornou-se a residência oficial de D. João e depois de D. Pedro I e D. Pedro II, apontando para a proximidade que desde sempre marcou as relações entre traficantes de escravizados e a Família Real.

Além do Paço da Cidade e do Palácio de São Cristóvão, os monarcas ainda possuíam outra propriedade posta à sua disposição: a Fazenda de Santa Cruz, que corresponde atualmente ao bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro.

A Fazenda de Santa Cruz pertenceu à Companhia de Jesus entre os séculos XVI e XVIII. Em 1759 ela foi confiscada dos jesuítas e incorporada aos bens da Coroa Portuguesa, no contexto da expulsão dos jesuítas do Brasil, que entre outras coisas, foram acusados de monopolizar o ensino na colônia e interferir em questões relacionadas à prática de exploração da mão-de-obra indígena.

A Fazenda de Santa Cruz era utilizada como uma alternativa para fugir dos verões do Rio de Janeiro.

Outra propriedade pertencente à Família Imperial foi a Fazenda do Córrego Seco, localizada na região serrana do Rio de Janeiro, adquirida por D. Pedro I em 1830.

Mas como D. Pedro I chegou até a Fazenda do Córrego Seco?

Fazendo fronteira com a cidade do Rio de Janeiro, desenvolveu-se a Região do Recôncavo da Guanabara ou Baixada da Guanabara, situada entre a Serra do Mar e a Baía de Guanabara. Parte dessa região corresponde hoje a atual Baixada Fluminense, onde nasceu e mora a turma de professora e alunos que estão agora produzindo este podcast.

A região do Recôncavo da Guanabara se desenvolveu a partir da concessão de sesmarias e do estabelecimento de fazendas com uso de mão de obra escravizada africana no plantio da cana-de-açúcar. Além da cana de açúcar, a região produzia, em menor escala, arroz, feijão, milho, mandioca, legumes, e extração de madeira para produção de lenha. Esses produtos abasteciam as próprias fazendas e o Rio de Janeiro. Essa região era cortada por diversos rios que desaguavam na Baía de Guanabara, e era através desses rios que a produção da região era escoada para o Rio de Janeiro. Essas fazendas eram como um cinturão de expansão para o interior. Ali eram incentivadas novas ocupações e a criação de rotas terrestres.

As embarcações, que circulavam na região, aportavam em pequenos portos, localizados nas margens desses rios, e daí em diante a circulação de pessoas e produtos só era possível seguindo por terra firme, pelos caminhos existentes. É nesta região que serão desenvolvidos novos caminhos para Minas Gerais.

Até então, desde a descoberta do ouro em Minas Gerais, em 1693, o que era garimpado era levado ao Rio de Janeiro por uma estrada que ligava Minas Gerais a Paraty, e de lá o ouro era levado por mar até o porto do Rio de Janeiro. Essa estrada tinha inconvenientes como: um caminho longo, com alguns trechos de difícil passagem, e a possibilidade de ataques de piratas e corsários nas imediações dos Portos de Paraty e Angra dos Reis.

Ainda no final do século XVII, de modo a facilitar a comunicação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, a coroa portuguesa estimulou a criação de novos caminhos. As rotas abertas no Recôncavo da Guanabara passaram a ter uma importância estratégica de ligação entre essas duas regiões.

Entre 1699 e 1704 foi criado o caminho Novo, no Recôncavo da Guanabara, por Garcia Rodrigues Paes, que era filho do bandeirante Fernão Dias Paes Leme. Esse caminho diminuía significativamente o tempo de viagem entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais e favoreceu o desenvolvimento de povoados na região, logo se tornando uma

relevante artéria econômica do Brasil.

Pouco depois, em 1724, foi aberta uma nova variante, um atalho, por iniciativa do português Bernardo Soares Proença, proprietário de uma fazenda no Recôncavo e senhor de escravos. Esse atalho ficou conhecido como Caminho do Inhomirim, Caminho do Proença, ou Atalho Soares Proença, ele era estratégico porque possuía um relevo menos acidentado além de encurtar o trajeto do Caminho Novo.

Esta variante passava pela Serra da Estrela, área originalmente de difícil acesso, e povoada por indígenas Coroados. A partir da criação do Atalho de Soares Proença, a Coroa Portuguesa realizou a doação de muitas sesmarias, de modo a incentivar a povoação na região serrana, abrindo possibilidades para o cultivo nessas terras, para a conservação do caminho e para a acolhida de viajantes, tropeiros e animais de carga em passagem pela região. Com o passar do tempo e a importância adquirida pelo novo caminho, essas sesmarias foram parceladas ou vendidas, dando origem a fazendas, sítios e pequenas propriedades, intensificando-se o povoamento e a dinamização nessa área.

O Atalho Soares de Proença favoreceu o desenvolvimento do povoado da Estrela, cujo porto tornou-se, no século XVIII, o mais utilizado para o escoamento do ouro e outros produtos. O Porto de Estrela era então o ponto de acesso para a subida por terra da Serra da Estrela.

Ah, aqui é importante falar que não foram criados apenas esses caminhos que destacamos na região do Recôncavo da Guanabara rumo a Minas Gerais. Houve ainda outro caminho desenvolvido por iniciativa de Estevão Pinto, o Caminho do Tinguá, concluído em 1728, que desviava de áreas pantanosas. O novo caminho também dinamizou as áreas ao longo do seu percurso, incluindo uma região denominada de Iguassú. Assim, em 1833, foi criado o município de Iguassú, que ocupava toda a porção oeste da Baía de Guanabara, e incluía dentro de suas fronteiras o território que hoje correspondente à cidade, São João de Meriti, onde está localizada a nossa escola e onde muitos de nós moramos.

Toda essa região a partir dos diversos caminhos construídos entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais foi desenvolvida com exploração de mão de obra cativa. Esses escravizados dedicavam-se a diversos ofícios, como agricultores, construtores, garimpeiros, ferreiros, caçadores e lenhadores. A frequência de fugas de escravizados gerou a criação de diversos quilombos, que inclusive aqueceram o povoamento inicial de diversas áreas e que até hoje deixam o legado de quilombolas na serra.

Com importante localização junto ao atalho do Caminho Novo, havia a Fazenda

dos Correias, de propriedade do casal Correa Goulão, herdada em 1802 por seu filho, o padre Antônio Tomás de Aquino Correa da Silva Goulão, conhecido como Padre Correa, senhor de terras e de numerosa escravaria. Sob a administração do Padre Correa, a propriedade despontou como uma das grandes fazendas da província do Rio de Janeiro, destacando-se pela produção de milho e arroz e pela fabricação de ferraduras para animais. Tornou-se também a maior hospedeira da serra, oferecendo abrigo a vice-reis, governadores, ouvidores e, em especial, a D. Pedro I, que de passagem para as minas pernoitava as vezes na fazenda do Padre Correa.

Devido ao clima ameno do lugar, D. Pedro I decidiu adquirir uma propriedade na região, e construir um Palácio de Verão. A propriedade seria estratégica pelo clima do local e também contribuiria para um maior controle e fiscalização daquele território muito utilizado rumo à Minas Gerais.

Assim, em 1830, D. Pedro I adquiriu uma propriedade próxima à fazenda do Padre Correa, chamada Fazenda do Córrego Seco. D. Pedro I planejava construir ali um palácio de verão, que seria chamado de Palácio da Concórdia. Seus planos não se cumpriram e ele nem chegou a desfrutar da fazenda pois abdicou ao trono em 1831.

Nos anos seguintes a Fazenda do Córrego Seco foi arrendada, e em 1843 a Casa Imperial assumiu a administração da Fazenda. O mordomo-mor da Casa Imperial, Paulo Barbosa, se mobilizou para empreender um plano de obras e reformas, que incluía a construção de um Palácio de Verão, o que muito agradou a D. Pedro II. A proposta de construção de um Palácio na Serra possuía, além do interesse pessoal do monarca, sentido político e sanitário.

Havia a justificativa de segurança, pois a localização desse Palácio dificultaria a proximidade de pessoas e políticos indesejados, e também a questão sanitária, já que, àquele tempo, a cidade do Rio de Janeiro era atravessada por frequentes epidemias, de febre amarela, cólera-morbo e varíola. Diante dessa problemática uma das medidas tomadas pelo governo imperial foi buscar proteger a corte de contágio de doenças, isolando-a em lugar seguro. Assim, a fundação de um povoamento na serra cumpriria essa missão, como uma boa rota de fuga contra as epidemias e miasmas que assolavam a Capital.

Os primeiros passos para a criação de Petrópolis foram dados nos meses iniciais de 1843, quando o Major Koeler, que integrava o corpo de engenharia do Exército Imperial, formalizou ante a Casa Imperial uma proposta para arrendamento da Imperial Fazenda do Córrego Seco, cujo contrato de arrendamento havia expirado recentemente.

Nessa ocasião, Koeler entregou ao mordomo-mor Paulo Barbosa um plano de urbanização que foi apresentado a D. Pedro II.

Em 16 de março de 1843, D. Pedro II emitiu um decreto determinando que a Fazenda do Córrego Seco fosse então arrendada ao Major Julio Frederico Koeler. O decreto também determinava que deveria ser separada uma área para a edificação de um Palácio de Verão para o imperador e outra área para uma povoação, a ser aforada a particulares, além de uma igreja em honra ao santo de devoção do monarca, São Pedro de Alcântara, e um cemitério.

Quanto ao nome da cidade, Petrópolis, era uma clara homenagem ao imperador, significando cidade de Pedro.

O projeto de construção do Palácio Imperial também estabelecia o povoamento de Petrópolis. Em torno do Palácio uma povoação começou a se desenvolver, sendo construídas residências de nobres, edifícios públicos, edifícios comerciais e a igreja matriz. A construção do Palácio de Verão foi iniciada em 18 de julho de 1845. A região escolhida para abrigar o Palácio foi chamada inicialmente de Vila Imperial. No centro estava o Palácio e, à sua volta, casas de verão da corte e da aristocracia, destacando-se personalidades com títulos de nobreza. Os locais mais distantes do Palácio Imperial eram ocupados por aqueles com status social inferior. Ao redor do Palácio, por sua vez, havia estabelecimentos à disposição da elite: passeios públicos, restaurantes, hotéis, lojas e salões de baile. Ao afastar-se da Vila Imperial, os equipamentos de distração e comércio iam diminuindo até tornarem-se ausentes. Portanto o parcelamento do solo petropolitano estabeleceu um modelo de hierarquia e de segregação social.

Koeler foi responsável pelo planejamento e execução da obra, até o ano de 1847 quando foi afastado das obras mas em seguida veio a falecer em um acidente. Administrou a construção do Palácio Imperial e as obras de implementação urbana da povoação, contando inicialmente com mão de obra composta de escravos, africanos livres, alguns imigrantes portugueses e outros poucos alemães, que tinham trabalhado na construção de uma estrada na Serra da Estrela. Posteriormente, há registros que sugerem esforços de Koeler para substituir a mão de obra escrava pela contratação de colonos alemães.

É importante destacar que não havia, no Decreto Imperial n. 155, menção ao termo 'colônia' ou 'colonos'. Foi Koeler quem propôs a criação de uma colônia de imigrantes e posteriormente contratou mão de obra alemã. Em 1845, chegou a primeira grande leva de imigrantes contratados pela Província do Rio de Janeiro. Era quase uma centena de alemães que seguiram para o trabalho da construção de Petrópolis. Nos próximos dias e

meses, outros imigrantes chegariam, totalizando mais de dois mil imigrantes alemães. Além da mão de obra alemã, também seguiriam trabalhando na construção escravizados e africanos livres.

Em Petrópolis a imigração alemã foi considerada uma experiência bem-sucedida. Os imigrantes foram empregados nos mais diversos ofícios, como mão de obra nas construções, em atividades manufatureiras e em fábricas de pequeno porte, particularmente nos setores têxtil e cervejeiro.

Somente no ano de 1856 que o Palácio do imperador estava completamente pronto. Ao seu redor haviam alguns prédios auxiliares ao palácio como cozinha, banheiros, Quartel dos Semanários, Superintendência, casa para o mordomo, cocheiras, dispensas e a senzala.

D. Pedro II passou muitos e muitos verões em Petrópolis, inclusive com a ala esquerda do Palácio ainda em construção. Aos poucos a estadia do imperador e de sua família deixaram de ser somente nos meses de verão, chegando em média a cinco meses ao ano. D. Pedro II descia a serra apenas para cumprir protocolos no Paço da Cidade. A sua moradia principal ainda permaneceu no Palácio situado na Quinta da Boa Vista, enquanto o Paço da Cidade seguia como o espaço de uso administrativo da corte.

Petrópolis passou a atrair a aristocracia que desejava proximidade com a corte. A alta temporada era dada não pelo clima, mas pela presença do imperador em Petrópolis. Muitos viam nessa cidade a oportunidade de serem apresentados ao imperador ou de sofisticar as suas relações sociais. Quando o Imperador estava Petrópolis era muito concorrida a hospedagem em hotéis por pessoas mais abastadas da sociedade carioca.

Aos poucos, os nobres que lá se hospedavam foram construindo seus próprios palacetes e Petrópolis foi tomando nova forma. No decorrer de 1860 já havia dezenas de mansões de nobres cariocas, atestando a riqueza de barões, marqueses, viscondes, diplomatas, ansiosos pela alta temporada, que lhes renderia encontros políticos e bailes sociais.

Para chegar a Petrópolis os viajantes seguiam por parte do Caminho Novo que conduzia até Minas Gerais. Os viajantes provenientes da cidade do Rio de Janeiro pegavam uma embarcação nas proximidades do Paço Imperial, e atravessavam a Baía de Guanabara até o Porto de Estrela. Depois o percurso era feito a pé ou por diligências até alcançar a região conhecida como Raiz da Serra, onde tinha início a subida da Serra da Estrela até alcançar Petrópolis. A partir de 1850 parte do trajeto mudou com a criação das ferrovias, o que conheceremos no próximo episódio. Até lá!

#### **Podcast 4 – Olha o trem!**

(Duração 17' 22")

Olá, vamos começar o Episódio número 4 do Podcast “Um olhar para o Brasil Imperial com o Museu Imperial”. Eu sou Waleska de Oliveira e eu Monara Souza. Nosso episódio de hoje é: Olha o trem!

A estrada de ferro entrou para a História como um dos grandes símbolos de progresso do Império Brasileiro. Renovou os velhos caminhos coloniais facilitando a circulação de pessoas e o escoamento de mercadorias. O trem apontava para a integração do mercado interno do Brasil, com a ligação de suas cidades do litoral às do interior. O trem também atendia aos interesses políticos da monarquia brasileira que enfrentava a árdua tarefa de unificar um país tão imenso sob uma administração centralizada a partir do Rio de Janeiro.

Tudo começou quando em 1850, o empresário Irineu Evangelista de Sousa, que receberia de D. Pedro II o título de Barão de Mauá e depois Visconde de Mauá, planejou um projeto de melhorias no transporte de passageiros e de cargas no Rio de Janeiro. O empresário enriqueceu no campo da indústria, lançando mão de trabalhadores assalariados e de escravizados, inclusive fabricando navios usados no comércio negreiro em período em que o tráfico já era ilegal. No mesmo ramo dos transportes, criou a Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, que viria a construir a Estrada de Ferro Mauá. Esta foi a primeira ferrovia do Brasil, inaugurada em 1854. Para sua construção foi empregado o trabalho de escravizados, libertos e homens livres pobres.

A ideia, a princípio, era construir uma estrada de ferro que ligasse o Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba e posteriormente à província de Minas Gerais. O seu percurso passaria por Petrópolis, Juiz de Fora e São João Del-Rey, alcançando o rio São Francisco. Entretanto, o primeiro trecho construído da ferrovia cobriu um curto trajeto, que facilitou a ligação entre o Rio de Janeiro e o alto da Serra da Estrela, em Petrópolis. Para isso, a Companhia investiu esforços e dinheiro para a construção de um sistema trimodal de transporte, composto de barcos, trem e carruagens. Os passageiros e mercadorias entravam nas barcas a vapor na estação da Prainha, no Rio de Janeiro, e desembarcavam no Porto Mauá, situado na Baía de Guanabara próximo ao Porto de Estrela. O Porto Mauá foi construído exclusivamente como ponto de acesso à ferrovia, já que o Porto de Estrela apresentava dificuldades para a navegação de navios de maior porte em períodos de maré

baixa. No cais do Porto Mauá havia uma linha férrea que o ligava ao ponto inicial da ferrovia, chamada de estação Guia de Pacobaíba, que percorria um trajeto de 16 km até alcançar a Raiz da Serra. Em seguida, para subir a Serra até Petrópolis, percorria-se a Estrada Normal da Estrela em carruagens, também conhecidas como “carros da serra”. Cada etapa desse sistema de transporte tinha um preço específico.

Construir uma estrada de ferro na Serra era uma decisão que exigia cautela, pelo grande capital necessário e pelas dificuldades tecnológicas, já que a engenharia da época ainda não tinha desenvolvido meios de subir um terreno muito inclinado.

A escolha desse trajeto para a primeira estrada de ferro, em um contexto em que ainda não havia tecnologia para transpor as montanhas por trem, deu-se por questões estratégicas, pois havia uma potencial demanda de mercadorias a ser transportada, já que desde o estabelecimento do Caminho Novo circulavam na região tropas de mulas com diversos produtos entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. A isso somava-se o fato de que, com a decisão da Família Imperial de construir em Petrópolis o seu Palácio de Verão, muitas famílias aristocráticas e ricos comerciantes também optaram por construir suas residências de verão em Petrópolis, o que significaria muitos passageiros abastados, além da demanda de comerciantes varejistas petropolitanos que iam buscar na corte todas as mercadorias de luxo necessárias ao consumo daquela rica população flutuante.

Como se tratava das pessoas mais ricas do Império, a Companhia cobrava caro pelo transporte de passageiros, o que contribuía para a manutenção do ambiente aristocrático da região Serrana. Não era cogitado democratizar o transporte ferroviário da Estrada de Ferro Mauá, já que grande parte de sua receita resultava do transporte dessa elite, sendo inclusive uma prática recorrer ao aumento de preços das passagens em períodos de dificuldades financeiras.

Se os pobres praticamente não usavam a Estrada de Ferro Mauá, pelos altos valores da passagem, a presença dos escravizados, que viajavam em companhia de seus senhores e circulavam pelas embarcações ou vagões de trem, era considerada um inconveniente pelos passageiros. Como solução, a companhia criou espaços apropriados nas embarcações e nos trens, vagões especiais para os “descalços”, assim chamados porque aos escravizados era proibido o uso de calçados, sendo esta uma das marcas visíveis de sua humilhante e perversa condição. A presença negra só não era considerada um incômodo quando constituíam mão de obra, já que os marinheiros das embarcações a vapor e muitos funcionários da ferrovia eram escravizados, próprios da companhia ou alugados. Tal fato fornece pistas para observar a desumanização do escravizado na

sociedade brasileira do século XIX. O preconceito contra o negro e a violência de sua subalternização o colocava na condição de objeto, privado de sua liberdade e sofrendo cruel violência física, moral e simbólica. Podemos dizer que o Império do Brasil se orientou por um sentimento aristocrático que repelia a igualdade de direitos. Aos escravos cabia trabalhar desumanamente, para proveito de seus senhores, em regime forçado e vil.

Logo o trem tornou-se o principal meio de transporte da população abastada que se dirigia para a serra, mas o tráfego de passageiros ainda ficou abaixo do esperado para garantir os lucros estimados pela empresa. Somente em 1861, a partir de iniciativa do empresário e diretor da Companhia União e Indústria, Mariano Procópio, foi inaugurada a Estrada pavimentada União e Indústria, ligando as cidades de Petrópolis à Juiz de Fora, em Minas Gerais, e ocorreu novo aumento no número circulante de passageiros e no volume do frete de mercadorias, particularmente o café.

Cabe destacar que a narrativa oficial nega que a Companhia União e Indústria tenha utilizado mão de obra escravizada na construção da estrada. Porém, historiadores e registros documentais apresentados, por exemplo, no site Galeria de Racistas apontam que, não só havia escravizados entre os trabalhadores dessa obra: eles eram a maioria dos trabalhadores.

A esta altura o projeto do Barão de Mauá de ampliação da ferrovia ligando a Raiz da Serra à Petrópolis e depois à Juiz de Fora ainda enfrentava dificuldades tecnológicas para garantir a segurança das locomotivas em um terreno muito acidentado. Mauá investiu muitos recursos nesse projeto de ampliação da ferrovia promovendo, inclusive, estudos na Serra da Estrela, visando à aplicação do sistema de cremalheiras, que funcionava com a utilização de um terceiro trilho, dentado, no qual rodas dentadas da locomotiva se articulavam. Assim, as locomotivas podiam subir e descer de forma mais segura.

Porém, em 1875, Irineu Evangelista de Souza enfrentou grave crise econômica com posterior falência, vendendo propriedades para quitar suas dívidas. Com Mauá impossibilitado de avançar no projeto, o governo imperial garantiu concessão à outra empresa, a Companhia Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará, da qual eram sócios os engenheiros Luís Berrini e Pandiá George Calógeras e o empresário Michel Calógeras.

O projeto da nova Companhia destinava-se à construção de trecho da ferrovia entre a Vila Inhomirim (como era chamada a Raiz da Serra) até São José do Vale do Rio Preto (depois de Petrópolis). Em 1881 iniciou-se os trabalhos da construção da via férrea entre a Raiz da Serra e Petrópolis, concluída em 1883, quase 30 anos após a inauguração do primeiro trecho por Mauá. A estação de trem de Petrópolis passou a ser lugar de

embarque e desembarque da Família Imperial, além de titulares da corte, políticos e diplomatas.

Ainda em 1883 o comando da Estrada de Ferro Mauá saiu da empresa de Irineu Evangelista de Sousa e os ativos passaram a ser controlados também pela Companhia Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará, que passou a fazer todo o percurso desde a estação inicial, em Guia de Copaliba.

Com isso, a Estrada de Ferro Mauá passou a ser chamada de Estrada de Ferro Príncipe Grão-Pará. Nos anos seguintes, esta estrada de ferro sofreria mudanças na administração até a sua desativação em 1964.

Ao longo de toda estrada de ferro foram construídas várias estações para o serviço de carga e passageiros. Essas estações ferroviárias eram de grande importância, pois ali ocorria a administração da via, a venda de bilhetes, a espera pelos trens, o armazenamento de mercadorias que seriam transportadas e o reabastecimento da locomotiva com carvão e água. As estações aqueceram o desenvolvimento de localidades ao seu redor, tornando-se uma referência para a vida local.

A inauguração da estrada de ferro, muito favoreceu o dinamismo da cidade de Petrópolis, facilitando a presença e movimentação da elite política nacional. Grande símbolo de progresso do Império, a linha férrea foi algo tão importante para Petrópolis que inclusive foi escolhida para compor o brasão da cidade, criado em 1929. Em contrapartida, perderam importância as atividades econômicas em localidades que se beneficiaram inicialmente com a circulação de pessoas e mercadorias, por rotas terrestres e fluviais. Essa mudança esvaziou economicamente a região do Porto de Estrela, ocasionando gradativo abandono do transporte de mercadorias na região.

A intensificação da produção do café no Brasil impulsionou o projeto de uma outra via férrea nessa região do Recôncavo da Guanabara, realizada pela Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II, que era uma sociedade composta por acionistas. Essa nova ferrovia, que não passava por Petrópolis, foi criada em 1855 e denominada Estrada de Ferro D. Pedro II. Partia da cidade do Rio de Janeiro com destino à São Paulo e Minas Gerais, sem atravessar a Serra da Estrela, usando outro trecho da Serra do Mar. Após a construção do trecho ligando a cidade do Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba, o intenso tráfego de produtos feito pela Estrada União Indústria foi transferido em grande parte para esta ferrovia, causando grandes prejuízos econômicos aos administradores da Estrada União Indústria e da Estrada de Ferro Mauá. Após alcançar o Vale do Paraíba a Estrada de Ferro D. Pedro II ainda seria bastante ampliada, até o final da década de 1880, em

direção à Minas Gerais. Esta ferrovia tinha por principal objetivo o escoamento da produção cafeeira.

Apesar das fazendas de café da região de Iguassú não terem constituído um polo importante de produção de café, a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II influenciou na organização econômica e social da região, levando à diminuição do fluxo de mercadorias e de pessoas em Vila de Iguassú, até o seu completo abandono. Deu-se, então, um fluxo migratório para as regiões próximas às rodovias, desenvolvendo assim outra vila, a vila de Maxambomba, atual cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

Além de influenciar a organização econômica e social da região do Iguassú, a Estrada de Ferro D. Pedro II, também trouxe prejuízos ambientais, já que problemas na projeção da estrada a transformou em uma espécie de barreira, dificultando o escoamento de água na região. A isso soma-se o desmatamento das florestas visando à obtenção de lenha para as ferrovias e para os "novos engenhos a vapor" que se desenvolviam.

Desta forma, a construção de estradas de ferro que passaram pela região do Recôncavo da Guanabara levou dinamização ao redor das estações de trem. Como consequência negativa, levou à decadência econômica e abandono da região ao redor dos portos de Estrela e Iguassú. Assim, as ferrovias impactaram a ocupação urbana e as relações comerciais do Recôncavo da Guanabara, de tal modo que esta área, correspondente à atual Baixada Fluminense, tornou-se uma importante região de passagem entre o interior e o litoral, consolidando a sua função de periferia e área de expansão da cidade do Rio de Janeiro.

Neste episódio conversamos um pouco sobre as ferrovias, sua importância para a cidade de Petrópolis e os impactos que ela gerou na nossa Baixada Fluminense. No próximo episódio vamos à criação do Museu Imperial. Até lá!

### **Episódio 5- Construindo o Museu Imperial**

(Duração 16' 25")

Olá, este é o Episódio número 5 do Podcast "Um olhar para o Brasil Imperial com o Museu Imperial". Eu sou Gleyson Bruno, e eu Samuel Jefferson Cypriano. Nosso episódio de hoje é: Construindo o Museu Imperial.

Em 1889 ocorreu a Proclamação da República. A afirmação do novo regime republicano teve momentos emblemáticos como o banimento da Família Imperial e o leilão de seus bens.

Entre as decorrências, o Palácio de Verão de Petrópolis foi alugado para a congregação religiosa Notre Dame de Sion, para o estabelecimento de uma escola destinada a educação de meninas. As negociações entre a princesa Isabel e a diretora da congregação para tratar deste aluguel aconteceram em Paris – país de origem desta congregação religiosa e da instituição de ensino e onde a princesa Isabel estava morando após o exílio. O Colégio Notre Dame de Sion, que já existia desde 1889 em Petrópolis, foi transferido em 1892 para o prédio do Palácio Imperial, atendendo exclusivamente à educação de meninas e em regime de internato. A instituição funcionou no espaço até 1908, ano que marca a compra e inauguração do espaço próprio do Colégio Notre Dame de Sion, construído para atender à crescente demanda de alunas, vindas de Petrópolis e outras cidades.

A seguir, o Palácio foi alugado por outra instituição de ensino católica, desta vez dedicada ao ensino de meninos, o Colégio São Vicente de Paulo, que também funcionava em regime de internato. Esta escola também tinha tradição em solo petropolitano, desde 1890. A escola foi transferida para o Palácio de Verão em 1909, funcionando nas dependências do Palácio até o ano de 1940, quando ocorreu a criação do Museu Imperial.

Na década de 1920, em um contexto de revisão e crítica dos primeiros atos republicanos que buscaram apagar memórias da monarquia, ocorreu a revogação do banimento da Família Imperial. Em 1922, em meio às celebrações do centenário da Independência do Brasil, chegou ao país os restos mortais do casal de imperadores, consagrando D. Pedro II como um herói nacional.

Afirmando que a República não era uma ruptura em relação ao Império, mas uma continuidade, ganhou força a ideia do “culto à saudade”, que tinha como um de seus maiores representantes Gustavo Barroso, que foi o primeiro diretor do então recém-criado Museu Histórico Nacional, em 1922. Gustavo Barroso tentou pessoalmente conseguir a doação para o museu de alguns itens da Família Imperial que tinham sido leiloados. Desta forma, o Museu Histórico Nacional tornou-se um grande ícone da preservação da memória da Família Imperial, até a criação do Museu Imperial em 1940, no Palácio de Verão do Imperador, que passou a abrigar o maior acervo do país sobre o período imperial brasileiro.

A viabilização do projeto de transformar o Palácio de Verão de D. Pedro II em Museu foi conduzida por Alcindo de Azevedo Sodré, que estudou no Colégio São Vicente de Paulo, e sonhava com a reconstituição do espaço como nos tempos do Império. Em 1922, como vereador da Câmara Municipal de Petrópolis, argumentava pela transformação

deste Palácio Imperial em um museu nacional, afirmando que a própria edificação, por se tratar de um prédio histórico, já lembraria esse passado imperial.

Em 1937, com a aproximação do centenário de Petrópolis, Alcindo Sodré criou a Comissão do Centenário de Petrópolis. Instalada na prefeitura municipal, esta comissão teve a função de elaborar e executar o programa comemorativo do centenário, que seria realizado em 16 de março de 1943. A Comissão do Centenário de Petrópolis, compilou a história da cidade, resultando na criação de uma obra fundacional, em 7 volumes, na qual era afirmada a força da memória imperial em Petrópolis. Também foi realizado um plano de realizações comemorativas, entre as quais a Primeira Exposição de Iconografia Petropolitana. Essa exposição foi inaugurada em 16 de janeiro de 1938, alcançando grande interesse do público, das autoridades locais e da imprensa. Aproveitando o interesse das autoridades municipais e federais em relação à exposição, Alcindo Sodré advogou ao prefeito pela criação de um Museu Municipal, utilizando um imóvel que estava então sem uso, o Palácio de Cristal, no qual, no fim do Império, ocorreram as primeiras e famosas exposições hortícolas do país, sob organização da princesa Isabel.

O Museu Municipal de Petrópolis foi criado em 2 de abril de 1938 e inaugurado em 13 de maio de 1938, e Alcindo Sodré foi nomeado, pelo prefeito, o seu diretor.

Dias depois, Alcindo Sodré recorreu ao diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade, pedindo o tombamento do Palácio Imperial de Petrópolis como monumento histórico. O tombamento foi aprovado em 13 de julho de 1938.

Após o tombamento, o então interventor federal do estado do Rio de Janeiro Amaral Peixoto autorizou consultas aos proprietários do Palácio Imperial sobre a sua aquisição pelo governo federal, iniciando negociações, que foram concretizadas com amplo apoio do presidente da República à época: Getúlio Vargas.

O presidente Vargas, que frequentemente se dirigia, nos verões, para a cidade de Petrópolis, visitou o Museu Histórico da cidade, onde foi questionado sobre a conveniência e a significação de aproveitar o Palácio Imperial como um grande museu nacional, fato que teria despertado o interesse de Vargas.

Durante o governo Vargas foram criados diversos museus, enquanto equipamentos partícipes no processo de formação da nacionalidade brasileira. Espaços celebrativos da nação e, por efeito direto, celebrativos também de seu próprio governo, que prometia refundar a nação por meio de um Estado firme e comprometido com tal propósito.

É neste contexto que ocorreu a criação do Museu Imperial de Petrópolis, em 1940, a partir da valorização de determinada memória do Brasil Imperial, especialmente a memória de um Brasil que tinha uma administração política centralizada, que se estruturava como uma unidade nacional pacificada. Tais narrativas memoriais contribuíam para a positivação da imagem pública do presidente, influenciando para a legitimação do seu governo.

Embora Alcindo Sodré tenha sido o grande idealizador do Museu, a interven o de Vargas foi determinante para a sua cria o, a restaura o do prédio, a aquisi o de acervos e a manuten o da institui o.

O Palácio foi comparado pelo governo federal em 3 de fevereiro de 1939. No ano seguinte, em 29 de março de 1940, o presidente Getúlio Vargas criou o Museu Imperial, que foi aberto ao público apenas em 16 de março de 1943.

A expectativa desse projeto era a promo o da história e da cultura brasileira a partir do recolhimento, preserva o e exposi o de objetos considerados importantes para a memória do Império, cobrindo os reinados de D. Pedro I e D. Pedro II. Entretanto o enfoque do Museu Imperial se concentrou principalmente em representa es da Família Imperial e da aristocracia de seu tempo, seguindo assim até os dias atuais.

Alcindo de Azevedo Sodré foi nomeado o primeiro diretor da institui o. Quanto ao Colégio São Vicente de Paulo, que alugava o espaço desde 30 de setembro de 1892, este ainda permaneceu por um ano nas dependências da ala direita do prédio, aguardando novas instala es. Na ala esquerda do imóvel, ainda em 1940, foram iniciadas as obras de restaura o, melhoramentos e limpeza do espaço.

Após a cria o do Museu Imperial, em 1940, uma equipe técnica, liderada por Alcindo Sodré, estudou a história da edifica o do Palácio de Verão e, através de pesquisas, identificou os cômodos do edifício e fez uma lista dos objetos que costumavam estar naqueles cômodos. Para identifica o do mobiliário e objetos de cada cômodo do Museu Imperial, bem como de eventuais altera es ocorridas, consultaram os Livros da Mordomia e o Inventário do Superintendente da Família Imperial. A consulta a esses documentos possibilitou identificar os ambientes do Palácio conforme originalmente organizados. A pesquisa se beneficiou também da memória de algumas pessoas que circularam com frequência pelo espaço.

Porém, apesar da existência de documentos históricos disponíveis para consulta e dos testemunhos orais, não houve uma reconstitu o histórica exata do Palácio de Verão. Primeiramente porque o Palácio, enquanto residência de veraneio, contava com um

mobiliário considerado modesto para a realeza e não possuía uma arrumação permanente dos móveis. Para organizar a exposição preferiu-se objetos de uso da Família Imperial que demonstrasse o luxo e o requinte da realeza, mesmo que de uso original em outros palácios da monarquia. A isso soma-se o fato do prédio ter sido utilizado por duas escolas, envolvendo obras para adaptação dos espaços à realidade escolar e dispersão de objetos que compunham originalmente o Palácio de Verão.

Assim, o maior esforço da instituição não foi a reconstituição original daquele espaço, mas perpetuar determinados valores e sentimentos associados ao passado imperial. Ao invés de apenas peças originais do Palácio de Verão optou-se por incorporar objetos que, mesmo sendo de outros palácios e residências, estivessem em bom estado de conservação e proporcionassem certa aura régia ao ambiente da casa. Portanto, como dito, não houve a reconstituição autêntica do Palácio de Verão, mas a recomposição de uma ambientação de época, a construção de um passado possível. Desta forma o museu não é uma réplica da casa como nos tempos do Imperador, mas uma representação dos ambientes próprios à monarquia no Brasil.

O primeiro critério para a seleção das peças que comporiam o Museu foi a autenticidade, em que eram considerados autênticos os objetos procedentes da época imperial, que haviam pertencido aos membros da Família Imperial e também aos titulares da nobreza.

A aquisição do acervo contou com o empenho pessoal do presidente Getúlio Vargas, e com a disponibilização de recursos humanos e materiais por parte dos governos estadual e federal. Houve também um incentivo para doação de objetos pertencentes à Família Imperial, já que, após o banimento, muitos de seus bens foram leiloados a particulares, coisas foram embarcadas para a Europa, outros objetos foram dispersos sem nenhum registro, além dos móveis, objetos históricos e de arte adquiridos pelo governo.

Assim o Museu teve sua coleção fundacional formada a partir de três modalidades de aquisição: compras efetuadas a particulares, com recursos disponibilizados pelo governo federal; doações de particulares e instituições; e por fim transferências de outras instituições.

O Museu Imperial foi inaugurado, em 16 de março de 1943, com um significativo acervo de peças relativas ao período imperial brasileiro. Desde sua fundação, o museu acumulou expressivos conjuntos documentais, bibliográficos e de objetos totalizando atualmente um acervo de quase 300 mil itens, hoje considerado o maior acervo do período Imperial do Brasil, e atualmente ele é também o Museu mais visitado entre os museus

administrados pelo Instituto Brasileiro de Museus, o IBRAM,

Antes do visitante entrar no Palácio, o Museu Imperial já impressiona pela beleza dos jardins, que recebeu espécies nativas de cinco continentes, e pela imponência e simplicidade do prédio, construído em estilo neoclássico. O Palácio possui 44 cômodos, duas alas – direita e esquerda –, um corpo central e um andar superior (também chamado de sobrado). Na ala esquerda e no sobrado os cômodos estão dispostos de forma a reproduzir as dependências da casa durante o seu uso pela Família Imperial. Na ala direita ocorrem as exposições temporárias sobre os aspectos culturais, políticos e econômicos do Brasil oitocentista. O Museu também conta com outras instalações em prédios anexos, como Arquivo Histórico, Biblioteca, Sala Multimídia, Cineteatro, Pavilhão de Viaturas, Reserva Técnica, Conservação, Restauro, Museologia, Administração e Cafeteria.

Neste episódio tratamos sobre a criação do Museu Imperial e a aquisição dos seus acervos. No próximo episódio vamos conhecer e refletir sobre a exposição desse museu. Até lá!

### **Episódio 6 – A História visita o Museu Imperial**

(Duração 21' 34")

Olá, hoje vamos começar o último episódio do Podcast “Um olhar para o Brasil Imperial com o Museu Imperial”. Eu sou Kailane Camile, e eu Ana Júlia Brandão. Nosso episódio de hoje é: A História visita o Museu Imperial.

O Museu Imperial possui um significativo acervo acerca do período imperial brasileiro. As peças apresentadas na exposição de longa duração do Museu representam mais diretamente o poder imperial. Recebem especial atenção do público a coroa, o traje majestático e o trono. Essas peças evocam o “ser sagrado” do simbolismo inerente à realeza.

No ritual de sagração e coroação do Imperador menino, em 1840, foram produzidos especialmente para D. Pedro II um traje majestático, uma coroa e um trono.

Como já dito no primeiro episódio desse podcast, a subida de D. Pedro II ao poder deu-se no contexto de várias rebeliões e instabilidade da ordem política, no qual uma manobra política antecipou a maioria do herdeiro do trono.

Durante a cerimônia de sagração e coroação houve um grande esforço ritual para tornar todo o processo memorável para a nação, como parte da construção simbólica do poder monárquico. Todas as peças eram representativas da distinção e do poder do

monarca, ajudando a expressar o exercício de um direito divino.

Peça valiosa, tanto financeira quanto simbolicamente, a coroa de D. Pedro II é também um símbolo vigoroso do poder real, distintiva da dignidade régia. Entre outros significados, denota poder, autoridade, liderança e legitimidade. A coroa de D. Pedro II foi confeccionada especialmente para ele, por um ourives chamado Carlos Marin. Feita em ouro e adornada com 639 brilhantes e 77 pérolas, pesando 1.856 gramas, possui pérolas e pedras que compunham a coroa de seu pai, sugerindo, ao mesmo tempo, a hereditariedade das joias da coroa e do poder simbolizado. A coroa, sobre a cabeça, em posição elevada, parece remeter a virtudes superiores, tanto relacionadas às capacidades racionais e cognitivas, como ao transcendente e divino.

O trono foi confeccionado em madeira com trabalhos de entalhe e decorado com folhas de ouro. O assento e braços revestidos de veludo, com encosto ovalado e emoldurado. No centro do encosto, bordados em fio de prata, vê-se as iniciais do imperador Pedro II. Entre outros detalhes, os pés do trono são representados por esfinges, figura presente na mitologia grega com significados que remetem à sabedoria, poder e proteção.

O traje majestático foi também confeccionado com tecidos considerados nobres, como veludo e seda, além de ter bordados em fios de ouro. Foram utilizadas as cores heráldicas brasileiras: o verde, da Casa Real Portuguesa de Bragança, que também remete às florestas brasileiras; o amarelo, cor da Casa Imperial Austríaca de Habsburgo, que também representa o ouro enquanto uma riqueza natural do reino; e o branco que simboliza a pureza do monarca, considerado como portador de uma unção divina.

O branco estava presente na veste, na faixa, nos manípulos, luvas, sapatos e chapéu de cavaleiro (utilizado para entrar na Capela Imperial antes da coroação). Todas as peças foram ornadas com bordados a ouro.

O amarelo aparecia na muça, feita com papo-de-tucano, uma ave típica do Brasil. Essas penas amarelo-fogo foram um elemento originalmente brasileiro utilizado no traje, simbolizando as riquezas naturais do Brasil e remetendo também ao exotismo da natureza.

No manto, o verde das florestas aparecia em um suntuoso veludo, com bordados a ouro, a saber: estrela de cinco pontas; a esfera armilar cortada pela cruz da Ordem de Cristo; e a serpe, presente na simbologia da Casa dos Braganças. Todo o contorno do manto foi bordado com motivos de ramos e bolotas de carvalho e estrelas, com a sigla PII. O manto foi confeccionado por Rosa Alexandrina de Lima.

O luxo marcou a distinção e o poder do monarca, assim como fez referência às

riquezas da terra governada por ele. Ao mesmo tempo, a simbologia majestática dialogava com a humildade dos súditos, com os corpos que se curvam em sinal de reverência.

Após a coroação, o traje do imperador não se tornou uma vestimenta de uso cotidiano, sendo usado, durante os 48 anos do reinado de D. Pedro II, apenas duas vezes ao ano, nas cerimônias de abertura e fechamento da Assembleia Geral. Essas eram as únicas ocasiões em que o Imperador era visto portando o traje majestático.

Todos os objetos mencionados, que afirmavam o poder e a distinção do jovem imperador, foram colocados em destaque na exposição do Museu Imperial, remetendo à memória de tal poder e distinção.

A coroa é exposta com grande destaque no museu, girando dentro de uma vitrine, em uma sala pouco iluminada, mas com luz direta sobre ela, o que potencializa a sua majestade. Assim, é criado no ambiente todo um clima de mistério e uma aura da realeza.

O traje majestático é apresentado dentro de uma vitrine que nos permite circular ao redor e observar cada detalhe.

No sobrado do Museu Imperial em espaço denominado Sala de Estado, está composta uma ambientação da Sala do Trono, com mobiliário original do Palácio de São Cristóvão. A Sala do Trono foi montada onde, no uso original do Palácio de Verão, o Imperador fazia as suas recepções formais ou recebia convidados especiais.

Outro elemento simbólico na representação do poder do imperador é o cetro, representando a extensão do braço do monarca, a autoridade, símbolo da administração real e da aplicação da justiça. O cetro de D. Pedro II foi confeccionado para a coroação de seu pai, D. Pedro I. Também é feito em ouro, pesando 2.510 g e medindo 2 m de altura. Possui uma serpe pousada de forma imponente no seu topo, que, na figura de um réptil alado, pode ser associada simbolicamente aos domínios do poder na terra e no céu. Para a coroação de D. Pedro II, a serpe ainda recebeu dois pequenos e vistosos brilhantes nos olhos. O cetro é exposto junto com algumas insígnias usadas por D. Pedro II e a coroa de seu pai, D. Pedro I.

À luz de uma análise histórica crítica, todas essas peças representam o poder monárquico e a distinção do imperador. Mas, não são símbolos de um poder natural, como por suposto, antes constituindo-se como um poder historicamente instituído a partir de determinada demarcação de papéis sociais. Ou seja, todas essas peças podem ser percebidas como símbolo de um poder afirmado a partir de lógicas e práticas sociais

pautadas na desigualdade de direitos e na construção de privilégios, lógicas estas sustentadas no horror de um regime escravocrata e no que ele significa em termos de inviabilizar a mobilidade social dos grupos subalternizados.

Assim, essas peças exibidas com pompa na exposição, como símbolos do poder imperial brasileiro, tornam-se, na chave da análise histórica, também simbólicas da desigualdade social e da hierarquização presentes na sociedade imperial, compondo, no Museu Imperial, uma memória do poder.

Quando visitamos o Museu Imperial, confirmamos que os móveis expostos na Sala de Jantar não eram de uso original no Palácio Imperial, mas sim parte do mobiliário do Palácio de São Cristóvão. A mesa estava posta com cristais de bacará e porcelanas francesas e talheres de prata da marca Christofle. O lustre dessa sala pertenceu ao marquês de Abrantes, sendo um belo exemplar dos lustres que ornavam e iluminavam palácios no período.

Como a utilização de energia elétrica só foi possível a partir do final do século XIX, era usual no palácio a iluminação com lâmpões e candeeiros, abastecidos com óleo vegetal, e também candelabros e lustres com velas. As peças de cristal dos lustres e os espelhos do ambiente multiplicavam a iluminação. Como forma de aproveitar melhor a luz solar, o palácio foi construído com grandes janelas e claraboias. Não foi possível observar registros de memória relacionados aos que atuavam nas funções de garantir a boa iluminação do ambiente no século XIX. Sabemos que a Família Imperial contava com todo um staff na realização dos serviços da corte, atuando em diversas funções na vida doméstica do soberano, mas a memória dessa movimentação não parece presente na exposição de longa duração do Museu Imperial.

Não havia cozinha no interior do Palácio de Verão, como de modo geral nos palácios da época, pois temiam-se os incêndios. A cozinha ficava em uma construção externa, atrás do palácio. Aprendemos que a comida era transportada para o palácio em caixas de madeira forradas de zinco, com carvão em brasa ao fundo para manter os alimentos aquecidos.

Tudo sugeria elegância e excelência na rotina da Família Imperial. Mais uma vez, porém, não encontramos a mesma atenção na representação dos muitos empregados, incluindo escravizados remunerados e que cuidavam do bem-estar da Família. É praticamente como se não tivessem existido naquele palácio.

De acordo com informação no site do Museu Imperial, o Pavilhão das Viaturas,

em que hoje se preserva e expõe diferentes tipos transportes da época, como carros puxados por animais e liteiras, era o local do Palácio de Verão onde ficavam “os escravos, cocheiros e auxiliares de serviços gerais, além de mantimentos e instrumentos de trabalho”.

Na exposição do Museu Imperial existem salas que aludem ao universo feminino da aristocracia do século XIX. A Sala de Costura da Imperatriz aponta para uma das atividades femininas mais comuns àquele tempo. As famílias mais abastadas costumavam reservar uma sala apenas para atividades de costura. O bordado e a costura eram praticados pela imperatriz, pelas princesas e damas de companhia. Bordar era uma prática que se configurava como um saber, ensinado através das gerações.

A música também fazia parte do cotidiano da Família Imperial. A Sala de Piano da Imperatriz hoje exhibe o piano que pertenceu a D. Tereza Cristina, esposa de D. Pedro II. O piano era um instrumento extremamente valorizado para as mulheres da elite. A Sala de Música e Baile expõe outros instrumentos musicais dos séculos XVIII e XIX, menos conhecidos e popularizados, como o saltério, a espineta e a harpa dourada.

Ainda outra sala que alude ao universo feminino na exposição permanente do Museu Imperial, é a Sala de Visitas da Imperatriz, que reunia as damas em um espaço privado, enquanto os homens dirigiam-se também a espaços próprios para tratar de política, negócios e assuntos considerados tipicamente masculinos, em que não cabia a presença feminina. Nessa sala chama a atenção que algumas cadeiras não possuem apoio para os braços, o que permitia às mulheres sentarem com mais conforto com suas saias volumosas.

Ou seja, a organização dos cômodos do Palácio de Verão da Família Imperial reflete também a clivagem de gênero na sociedade do século XIX, que se estabelece construindo regras e etiquetas que naturalizam diferenças entre homens e mulheres no campo dos interesses e dos comportamentos sociais.

Ainda um objeto bastante valorizado pelos visitantes do Museu Imperial, parte da exposição de longa duração da instituição é a famosa pena utilizada para a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel. Consideramos um objeto muito simbólico pois a partir desta lei, a escravidão, após quase 400 anos, teve seu fim no Brasil. Ou seja, é um objeto-monumento que marca o importante momento histórico do fim da escravização no país.

A pena é feita de ouro, tem 27 diamantes e 25 pedras vermelhas. Foi fabricada exclusivamente para a Princesa Isabel assinar a Lei Áurea e ofertada a ela por

abolicionistas. A peça ficou sobre a salvaguarda dos descendentes da princesa, sendo inclusive emprestada para compor exposições temporárias, até ser comprada pelo Ministério da Cultura, em 2006, de Dom Pedro Carlos de Orleans e Bragança, bisneto da princesa Isabel, por R\$ 500 mil.

A abolição da escravidão no Brasil foi fruto, primordialmente, da resistência e luta dos escravizados e de campanhas abolicionistas. A assinatura da Lei Áurea tem importância inegável, porém é necessário ter em vista que, como dito no episódio 1 deste podcast, as pressões externas pelo fim da escravização, movidas por interesses econômicos, foram decisivas.

Outro ponto é que, no momento da assinatura da Lei Áurea, já havia grande número de libertos na sociedade. O Censo Geral do Império de 1872 mostra que o Império do Brasil possuía quase 10 milhões de “almas”. Dentre estes haviam 1,5 milhão de escravizados (15% dos habitantes), entre africanos e afrodescendentes. Do total da população, 58% foram declarados pretos ou pardos, 38% apareceram como brancos e 4% foram descritos como indígenas. Maior do que o número de escravizados era a quantidade de negros e pardos, que correspondiam a 58% da população não-escravizada do Brasil. Lembrando que grande parte dos que ainda eram escravizados foram traficados ilegalmente, quando a lei no Brasil, desde 1831, proibia o tráfico negreiro.

Além disso, não podemos esquecer que a abolição da escravidão contou com o lado perverso de não ter sido criada nenhuma política pública que apostasse na integração dos ex-escravizados na sociedade, nos termos de uma cidadania inclusiva.

Destacamos também uma sala com forte representação simbólica, a sala do Primeiro Reinado, que referencia o governo de D. Pedro I, de 1822 a 1831. Nela são apresentados a tela Proclamação da Independência, obra de 1844, assinada por François-René Moreaux; a mesa utilizada pelos deputados na primeira Assembleia Constituinte do Brasil, retratos de D. Pedro I e suas esposas, imperatriz Maria Leopoldina e imperatriz Amélia, e a mesa que o Imperador assinou a Carta da Abdicação em 1831.

A Proclamação da Independência é uma tela de grandes dimensões, medindo 2,44m x 3,83m. Foi produzida em 1844, por encomenda do Senado do Império ao pintor francês François René Moreaux, para homenagear a Independência do Brasil, sendo muito difundida ao longo do século XIX. Após a antecipação da maioria de D. Pedro II, era importante afirmar a continuidade entre a Independência e o seu reinado. Desta forma, Moreaux optou por representar a Independência como uma confraternização e não

como conflito, representando os militares em último plano. A cena é apresentada com leveza, sem identificação precisa sobre o lugar. D. Pedro I ocupa o centro da imagem rodeado por pessoas em trajés civis, talvez expressando o que o autor considerava ser a sociedade de cidadãos. No quadro também há a presença de muitas crianças, recurso que à época poderia estar a sugerir a crença no futuro da jovem nação. O príncipe é aclamado por uma multidão, e a iluminação na pintura remete à ideia de algo divino na fundação do Império do Brasil. A tela de Moureax é uma representação visual da Independência, atuando na construção de memórias e narrativas sobre o episódio. A tela despontou no século XIX como testemunho de um passado imaginado, reconhecendo D. Pedro I como um grande herói.

Mas será que a Independência do Brasil foi consequência apenas da ação e vontade de D. Pedro I? Observando essa pintura, percebemos a produção de sentidos que silenciam diversos atores sociais que lutaram pela independência. A independência não se deu de forma pacífica, como o quadro intenciona representar.

Ao longo dos séculos XIX e XX, não só esse quadro, mas de forma geral a historiografia brasileira tratou da Independência do Brasil com foco no 7 de setembro de 1822 e no protagonismo do imperador, como um evento único, silenciando conflitos e a diversidade de atores sociais envolvidos. No entanto, houve participação de diferentes segmentos sociais no esforço de independência do Brasil, o que incluiu africanos livres e escravizados e também mulheres. O silenciamento em relação à pluralidade da independência do Brasil, coloca essa experiência como fruto da vontade de um monarca, sem atenção às negociações e conflitos que resultaram na Independência do Brasil.

Uma visão cuidadosa da exposição de longa duração do Museu Imperial remete à perspectiva de uma museologia ainda impregnada de sentidos que valorizam a construção de memórias do poder, tanto na seleção do acervo apresentado, quanto na organização dos espaços de sua exposição de longa duração.

A musealização de objetos agrega valores a esses objetos para além de seu valor de uso. Como dizem os historiadores Paulo Knauss, Aline Montenegro e Rafael Zamorano: “Uma vez dentro do museu, o objeto assume o papel de documento, evidência material ou imaterial das sociedades e seu meio, fonte primária de pesquisa e, também, objeto de fruição cultural e sensorial”.

Assim, podemos dizer que nenhum objeto exposto no Museu Imperial é ingênuo ou trivial. É sim um objeto que se transformou em documento, com intenção de valorizar

uma representação e uma rememoração de determinados aspectos da vida social, política e cultural do Império brasileiro. No caso, uma representação e rememoração marcadamente excludente.

Porém, se, por um lado, a exposição de longa duração do Museu Imperial foi organizada dentro de um padrão que remete ao imaginário do poder, por outro lado, diferentes maneiras de olhar essa exposição poderão trazer novos significados e valores para ela.

Especificamente, o olhar crítico do historiador poderá sempre desconstruir e desnaturalizar memórias do poder, ao compreender os objetos em exposição como parte de um ambiente social, político e cultural mais complexo.

Assim, a produção de conhecimento histórico sobre o Brasil Imperial invariavelmente se beneficia de uma análise crítica das narrativas memoriais produzidas na exposição de longa duração do Museu Imperial. Exposição que ilumina determinados aspectos do período imperial brasileiro e silencia outros.

Este foi o episódio número 6 do podcast: Um olhar para o Brasil Imperial com o Museu Imperial. Esperamos que tenham gostado e que tenha sido proveitoso para alunos, professores e interessados em história do Brasil.

## Conclusão:

A título de conclusão cabe reafirmar que a presente pesquisa reconhece o valor de propostas pedagógicas que se situam no campo das inter-relações entre produção de conhecimento histórico, ensino de História e museus, levando os alunos a interagirem com outras possibilidades de construção de conhecimento presentes na sociedade, para além de seu espaço escolar.

A par de uma pesquisa bibliográfica prévia, indicada no tópico “Referências” desta dissertação, foi apresentada uma análise histórica sobre o Brasil Imperial, em que pontuamos questões como: a transferência da corte portuguesa para o Brasil; o início do Primeiro Reinado a partir de movimentos que levaram à Independência do Brasil optando-se por instaurar uma monarquia escravagista; a constituição de 1824, outorgada com arbitrariedade do imperador; a limitação de um conceito de cidadania excludente no texto constitucional; a instabilidade e tensões internas e externas que levaram à renúncia de D. Pedro I em favor do filho; o período regencial com revoltas provinciais envolvendo demandas por autonomia, insatisfação popular com a pobreza e arbitrariedades políticas; o Segundo Reinado, a partir do golpe da maioria, em nome do fim de tensões e movimentos separatistas; impactos da economia aurífera e da cafeeira no Vale do Paraíba, Zona da Mata e Oeste Paulista; incentivo à imigração europeia; fim do tráfico negreiro e transferências de recursos para outros investimentos, no que tem destaque a construção de estradas férreas e rodoviária; a abolição da escravatura, adiada com o estabelecimento de leis que regulavam sobre a escravização sem aboli-la; a Lei Áurea, decretada sem políticas para a integração social dos escravizados; a Guerra do Paraguai, entre outros fatores que favoreceram o enfraquecimento da monarquia; a Proclamação da República e exílio da Família Imperial como parte das ações com força simbólica para afirmação do novo regime republicano no país.

Abordamos também sobre as residências em usufruto da Família Imperial; a construção de caminhos novos em direção às Minas; a construção do Palácio de Verão e de Petrópolis durante o Segundo Reinado; o ambiente aristocrático que se instaurou em Petrópolis; a fundação de uma colônia agrícola alemã na cidade; a adoção de diferentes tipos de trabalhadores nas construções do Palácio de Verão; a Petrópolis republicana e a transformação do Palácio de Verão em escola; a criação e as motivações para a criação do Museu Imperial, sua organização e as memórias do período imperial especialmente valorizadas com a sua exposição de longa duração.

A partir de uma análise histórica do Brasil imperial, observamos que este foi um período marcado pelo regime escravagista construído e reinventado conforme as conjunturas políticas do período. O Império foi uma sociedade profundamente hierarquizada, com acesso diferenciado a bens, direitos, privilégios e ao exercício da cidadania, conforme o grupo social em questão. Ao longo do Oitocentos, o café se tornou o principal produto comercial brasileiro, articulado a toda uma infraestrutura de estradas e ferrovias. O Brasil imperial também experimentaria um processo de urbanização progressiva, com crescimento populacional e diversificação das atividades econômicas desenvolvidas. Junto crescia o movimento abolicionista e as pressões externas alicerçadas em interesses econômicos criticando a vigência da escravidão no Brasil. As últimas décadas do período imperial também seriam marcadas pelo crescimento das ideias republicanas e o questionamento do sistema monárquico. Ganhou força a defesa do fim da escravização, em que tiveram destaque as campanhas abolicionistas e pressões externas e econômicas. Em 1889, a monarquia foi cancelada no Brasil.

Deve-se enfatizar que a análise histórica aqui desenvolvida confere absoluto destaque ao fato de que o Estado imperial brasileiro nasceu como Estado imperial independente e escravagista, apoiado por uma elite política e econômica comprometida com a manutenção da escravidão e naturalizado por largo espectro do social. Toda a riqueza produzida no Brasil e proporcionada às elites no país deu-se com base no trabalho forçado e cativo, que se manteve inclusive após o estabelecimento, a partir de 1831, de restrições legais contra o tráfico de escravizados. Assim, o tráfico, imoral e ilegal, perdurou no Brasil até 1850, sustentando a escravidão a partir de estruturas sociais que contaram com a conivência política governamental, adiando sobremaneira o fim do tráfico negreiro e o fim da escravidão no país, na contramão de fortes pressões internas e externas. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. E apesar da população escravizada ter produzido toda riqueza da colônia e do império brasileiro, africanos e afrodescendentes foram por séculos explorados sob o estereótipo de pessoas inferiores, taxados de bárbaros e desqualificados. A realidade dessa sociedade escravocrata atravessou todos os campos da existência e resistência no Brasil Imperial, com consequências nefastas na direção da naturalização de preconceitos, injustiças e desigualdades de direitos, por tudo isso sendo aqui destacada como aspecto-chave da vida social do império brasileiro.

A análise histórica empreendida se beneficiou de uma visita ao Museu Imperial, com uma observação crítica da narrativa memorial que se mostra a partir da exposição de

longa duração da instituição. A esse respeito, parece-nos plausível dizer que o Museu Imperial, ao colocar em grande destaque representações que remetem à Família Imperial e à vida aristocrática sem articulação das complexidades e disputas sociais próprias ao século XIX, mobiliza principalmente uma memória do poder imperial.

O fato da exposição de longa duração do museu que mais recebe visitantes no Brasil aludir a uma memória excludente do império é algo que nos ajuda a compreender a permanência até hoje de lógicas sociais hierárquicas e pautadas na grande valorização da chamada “boa sociedade”. É a experiência da “boa sociedade” que é hoje valorizada na principal exposição do museu público brasileiro comprometido com a representação do tempo imperial.

Se o período imperial brasileiro constituiu um projeto civilizatório excludente, empreendido por uma elite que se reconhecia ilustre e merecedora de privilégios, tendo sido governado a partir de princípios valorativos brancos e europeus, hoje, a memória desse período histórico que ganha destaque na exposição de longa duração do Museu Imperial reforça a projeção da elite imperial e esvazia de importância os grupos então percebidos como parte desimportante do social.

A construção de memórias é fruto de subjetividades e escolhas. Nesse sentido, a valorização da memória do poder, conforme mobilizada no principal projeto expositivo do Museu Imperial – quando a instituição retrata aspectos da vida da corte e da aristocracia como se fossem os aspectos modelares da vida no Brasil Imperial como um todo –, de certo modo reafirma, no tempo presente, valores e sentidos sociais excludentes já afirmados naquele passado.

A pesquisa histórica, porém, no exercício de bem compreender o passado imperial, observa as memórias e esquecimentos do projeto expositivo em questão, construindo reflexões desnaturalizadoras de uma narrativa exaltativa da elite. O compromisso do profissional de História com a crítica é próprio do método historiográfico, que busca o cotejamento de diferentes fontes de pesquisa e de pontos de vista, para uma contextualização rigorosa, que aponte para as complexidades do mundo social.

Assim, a partir da análise histórica realizada, a referida exposição pôde ser incorporada ao esforço de complexificar o entendimento da vida social no império brasileiro. Empreendeu-se uma observação crítica da narrativa memorial sobre o Império brasileiro, desnaturalizando-se a memória do poder e trazendo as contradições e disputas do ambiente social em questão, que foram silenciadas na exposição. Ou seja, a pesquisa

histórica pôde agregar valor à narrativa memorial do Museu, com base no exercício da análise histórica. Por um lado, iluminou memórias e esquecimentos no projeto expositivo e, por outro lado, explicitou sobre a importância de valorizar as diversas memórias constitutivas do Brasil Imperial, tendo em vista o reconhecimento do direito à memória.

A garantia do direito à memória e à representatividade desponta, em nosso tempo, como estratégia política relacionada à afirmação da cidadania. No debate historiográfico contemporâneo, a premissa da unidade cultural foi substituída pela afirmação do multiculturalismo e do respeito à diferença. Nesse processo, grupos subalternizados historicamente reivindicam o direito à memória e reconhecimento social. A noção de “dever de memória”, conforme desenvolvida por HEYMANN (2006), suscita debates em torno dos passados sensíveis, exigindo reparações também de natureza simbólica, de valorização de memórias, para a afirmação de valores a elas associados.

(...) Cada grupo social, em outro tempo vítima, e hoje herdeiro da dor, pode reivindicar a celebração de seus mártires e heróis, bem como o reconhecimento pelo dano sofrido e uma forma de reparação. Nesse sentido, defender o dever de memória é afirmar a obrigação que um país tem de reconhecer o sofrimento vivido por certas categorias da população, sobretudo na medida em que o Estado tem responsabilidade nesse sofrimento. (HEYMANN, 2006, p. 7)

A visita ao Museu Imperial muito nos instigou reflexões em torno do dever de memória, que incorporamos à análise histórica aqui empreendida compreendendo a importância de reforçar no Brasil, hoje, uma ideia ampliada e horizontal de cidadania democrática, tendo em vista as múltiplas experiências, identidades e memórias imperiais, passadas e presentes, constitutivas da vida social brasileira. Trata-se do direito à memória em sua estreita relação com o reconhecimento da multiplicidade do social e do direito à cidadania ampliada.

O ensino de História é instrumental para pensar e repensar o passado e o presente, projetando para o futuro que tipo de sociedade queremos ser. Incorporar ao ensino de História abordagens relacionadas à construção de memórias sobre o passado – conforme buscamos realizar a partir da visita ao Museu Imperial – pode ser igualmente instrumental para uma discussão, por exemplo, sobre o reconhecimento dos direitos de cidadania de grupos socialmente desfavorecidos, tratados historicamente como populações desimportantes, em que não há interesse em relação às suas memórias e representação simbólica. Construir pertencimento tem relação direta com o sentimento de inclusão e

respeito. Bertold Brecht, pelo caminho da literatura, pontuou sobre isso, em 1935, com o poema "Perguntas de um Operário que lê":

"Perguntas de um Operário que lê"

Quem construiu Tebas, a das sete portas?  
Nos livros vem o nome dos reis,  
Mas foram os reis que transportaram as pedras?  
Babilônia, tantas vezes destruída,  
Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas  
Da Lima Dourada moravam seus obreiros?  
No dia em que ficou pronta a Muralha da China,  
para onde foram os seus pedreiros?  
A grande Roma  
Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu?  
Sobre quem triunfaram os Césares?  
A tão cantada Bizâncio  
Só tinha palácios  
Para os seus habitantes?  
Até a legendária Atlântida,  
Na noite em que o mar a engoliu  
Viu afogados gritar por seus escravos.  
O jovem Alexandre conquistou as Índias  
Sozinho?  
César venceu os gauleses.  
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?  
Quando a sua Invencível Armada se afundou Filipe de Espanha  
Chorou. E ninguém mais?  
Frederico II ganhou a guerra dos sete anos.  
Quem mais a ganhou?  
Em cada página uma vitória...  
Quem cozinhava nos festins?  
Em cada década um grande homem...  
Quem pagava as despesas?  
Tantas histórias,  
Quantas perguntas! (Bertold Brecht, 1935)

Os caminhos da análise histórica aqui apresentados sobre o Brasil imperial e a

memória desse período observada à luz da exposição de longa duração do Museu Imperial foram enunciados também a partir da produção de um podcast. Contando com a participação de um grupo de alunos na organização desse produto pedagógico, esperamos assim contribuir, tanto para uma compreensão do império brasileiro e seus legados na vida social do país, quanto uma compreensão dos benefícios que a trinca Produção de conhecimento histórico, Ensino de História e Museus proporcionam para a construção do pensamento crítico.

# Referências

ABREU, Regina. O Museu Histórico Nacional e a nostalgia de um Império idealizado. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2001, p. 247-263.

ABREU, Regina. Síndrome dos Museus. *Série Encontros e Estudos*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 51-68, 1996.

AGUIAR, Jacqueline Vieira de. De palácio a museu: uma visita a espaços do conhecimento de Isabel e Leopoldina. In *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Museu Imperial, 2020.

ALCÂNTARA, Priscila Musquim. Desconstrução da memória germânica em Petrópolis Durante a Segunda Guerra Mundial. UFJF, 2010. Artigo disponível em: <https://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a7.pdf> (acesso em 15/10/2021).

ALAMINO, Marcia de Carvalho Jimenez. Na casa de Marta e Maria: um estudo sobre o colégio Notre Dame de Sion em Petrópolis. Dissertação de Mestrado, UCP, Petrópolis, 2008

ALMEIDA, Camila Vieira de *et al.* Estudo Histórico Geográfico da Evolução Administrativa do Município de Petrópolis e sua Toponímia. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2011.

ALMEIDA, José Nicolau Tinoco de. Primeira estrada de ferro do Brasil. *Instituto Histórico de Petrópolis*. 02/02/1999. Disponível em: <http://ihp.org.br/?p=1106> (acesso em 10/09/2021)

ALONSO, Angela. Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1968-88). São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

AMBROZIO, Julio Cesar Gabrich. O presente e o passado urbano da cidade de Petrópolis: uma história territorial. Tese de doutorado, USP: São Paulo, 2008.

AMBROZIO, Julio Cesar Gabrich. O território da enfiteuse e a cidade de Petrópolis - RJ, Brasil. In: XII Coloquio Internacional de Geocrítica. Universidad Nacional de Colombia: Bogotá, 7 a 11 de mayo, 2012

ANGELO, Elis Regina Barbosa. Identidades, Festas e Espaços dos Imigrantes em

Petrópolis, RJ, e suas Relações com a História do Turismo e da Cidade. *Revista Rosa dos Ventos*, abr-jun 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2526> (acesso em 18/10/2011)

ANGELO, Elis Regina Barbosa. Percepções, Construções e Transformações na Cidade de Petrópolis, RJ. *Anais do XXI Encontro Estadual de História- ANPUH-SP- Campinas*, setembro, 2012.

AQUINO, Renata; CUNHA, Henrique. Cidades Negras- Petrópolis Imperial. *Revista Ambivalências*. 2. 81. 10.21665/2318-3888.v2 n4 p. 81-96. (2014)

ARGON, Maria de Fátima Moraes. Reflexões sobre o arquivo da Família Imperial e o papel de D. Pedro II na sua formação. 1ª parte. Petrópolis: *Instituto Histórico de Petrópolis*, 2000. Disponível em: [http://ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/mfma20010408t.htm](http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/mfma20010408t.htm) . Acesso em 05/07/2022.

BARATA, Mario. Arte Negra. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, edição 00020. 17 de maio de 1941. Disponível em: *Revista da Semana* (RJ) - 1940 a 1949 - DocReader Web (bn.br)

BEZERRA, Nielson Rosa. As chaves da liberdade: estratégias de resistência escrava na ferrovia. *Revista Pílares da História*- maio, 2004, p. 26-45.

BORGES, Priscila Lopes d'Avila. Museu Imperial: narrar entre as reticências da memória e as exclamações da História. *Revista Discente Ofícios de Clio*, Pelotas, vol. 5, n. 8, 2020.

CAMILO, Vandellir. Necromemória: reflexões sobre um conceito. *Canoa do tempo*, v. 13, p.1-28, 2021.

CAMPELLO, André Emmanuel Batista Barreto. A escravidão no Império do Brasil: Perspectivas Jurídicas. São Luís: [s. n], 2010.

CARRARA, Angelo Alves; MACHADO, Pedro José de Oliveira. Ordenamento territorial dos municípios brasileiros: Minas Gerais, séculos XVIII-XIX. *Almanack* [online]. 2020, n. 24. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463324ea03918>. (acesso em 24/08/2021)

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo – Brasil 1870-1889. Dossiê: Republicanismo no Brasil do século XIX. *Varia história*, n. 27, junho de 2011.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ, 1998.

CHAGAS, Mário. A poética das casas museus dos heróis populares. *Mosaico*, v.2, n.4, p. 3-12, 2010.

CHAGAS, Mário. Compromisso Constitucional. Coleção República em Documentos, Série Documentos Museológicos n. 2. Rio de Janeiro: Museu da República, 2018

CHAGAS, Mário. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. *Caderno de Sociomuseologia*, v. 13 n. 13, 1999.

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: dois movimentos. *Caderno de Sociomuseologia*, nº 19, v. 19, jun. 2002. p. 43- 71.

CHAGAS, Mário de Souza; ABREU, Regina. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. MUSAS – *Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais n. 3, 2007, p. 130-152

CHAGAS, Mário; STORINO, Claudia. Os museus são bons para pensar, sentir e agir. *Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n. 3, p. 6-9, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República Momentos decisivos. 6ª edição- São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CURVO, Isabela Sousa. A espetacularização no uso da informação em espaços museológicos: uma análise no Museu Imperial de Petrópolis. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2018.

DAIBERT, André Barcelos Damasceno. História do Turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.

DIAS, Paola Vanessa Gonçalves. Do apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do quilombo da Tapera. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

DOLHNIKOFF, Miriam. O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005.

DUARTE, Bárbara Tarsia. De patrono a herói: Narrativas do Museu Histórico Nacional

e do Museu Imperial na Era Vargas. Dissertação de Mestrado, UNIRIO, Rio de Janeiro 2021.

ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

EL- KAREH, Almir Chaiban. Estrada de Ferro Mauá: Nos trilhos da história. Rio de Janeiro: Oroboro, 2017.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). Seminário Internacional de Políticas Culturais: teorias e práxis. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.

FERREIRA JUNIOR, Maurício Vicente Ferreira. A abdicação do Imperador d. Pedro I nas coleções do Museu Imperial. In Anuário do Museu Imperial, Petrópolis: Museu Imperial, 2020.

FIGUERÊDO, Maria Aparecida de. Gênese e (re)produção do espaço da Baixada Fluminense. *Revista geo-paisagem*. Ano 3, n. 5, 2004. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/baixada.htm>

FRAGUAS, Alessandra Bettencourt Figueiredo. História e memória nos 175 anos de Petrópolis. *Instituto Histórico de Petrópolis*, 14/03/2018. Disponível em: <http://ihp.org.br/?p=7011>

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FRÓES, Carlos Oliveira. Petrópolis, a Saga de um Caminho. Gênese e Evolução do Território Petropolitano. *Instituto Histórico de Petrópolis*, 20/01/2006. Disponível em <http://www.ihp.org.br>. Acesso em 12/08/2021.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia. Enciclopédia Negra. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOUVEIA, Inês; PEREIRA, Marcelle. A emergência da Museologia Social. Salvador: *Política Cultural em Revista*, v. 9, n. 2, p. 726-745, 2016.

GUERRA, Isabela Tavares. Entre objetos e pessoas: educar em Museus, formação e práticas mediadoras- a experiência dos museus históricos em Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2016.

GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 1-23, 1988.

HEIZER, Alda Lucia. Uma casa exemplar. Pedagogia, memória e identidade no Museu Imperial de Petrópolis. Dissertação de Mestrado, PUC-RIO, 1994.

HEYMANN, Luciana Quillet. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre Memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

JÚNIOR, Maurício Vicente Ferreira. A abdicação do Imperador d. Pedro I nas coleções do Museu Imperial. In Anuário do Museu Imperial. Petrópolis: Museu Imperial, 2020.

KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize (Orgs.). Objetos do olhar. História e arte. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2015.

KNAUSS, Paulo. História Fluminense, um desafio historiográfico. In: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa (org). De Iguassú à Baixada Fluminense: Histórias de um território. Curitiba: Editora Apis, 2019.

KNAUSS, Paulo; MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. Trabalho Colaborativo em Museus: notas sobre o Museu Histórico Nacional. In: A colaboração entre museus: ações educativas, pesquisa e produção de conhecimento. *Projeto Museu de Ideias*; n. 4, 2019. p. 63 -72

LACOMBE, Américo Jacobina. Paulo Barbosa e a fundação de Petrópolis. Petrópolis: Editora Typ Ypiranga, 1940.

LAMAS, Fernando Gaudereto; OLIVEIRA, Luís Eduardo de. Escravidão, imigração e suas funções em uma economia exportadora – Juiz de Fora, segunda metade do XIX: o caso da Companhia União & Indústria. *Revista História Econômica & História de Empresas*; Vol 14, Nº 2, 2011.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. O Império dos Souza Breves nos oitocentos. Política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim Breves. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2010.

LORDEIRO, Manoel de Souza. A atualidade do Plano urbanístico de Koeler. Instituto Histórico de Petrópolis, 16/03/2000. Disponível em: [http://ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/msl20000309.htm](http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/msl20000309.htm). Acesso em 10/11/2021

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Lavrador e o Construtor. O visconde do Uruguai e a construção do Estado Imperial. IN: PRADO, Maria Emilia.(Org). O estado como Vocação. Ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: ACESS Editora, 1999. p. 191-217.

MORAES, Evaristo. A Campanha Abolicionista (1879-1888). 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1966.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Indaga es sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educa o, Secretaria de Educa o Básica, 2007.

MOREL, Marco. A Revolu o do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito. Jundiá: Paco, 2017.

MUAZE, Mariana. Os escravagistas nas “Festas da Modernidade”: O centro da lavoura e do comércio nas exposi es internacionais (1880-1888). *Almanack*, Guarulhos, n. 29, ea00221, 2021.

NETO, Alberto Luiz de Andrade. Legitima es através de espaços culturais: O caso de Getúlio Vargas. *Cadernos NAUI*. Vol. 2, n. 3, 2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Revista Projeto História. São Paulo: Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ PUC- SP, n  10, 1993, p. 07-28.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. Independência e revolu o: temas da política, da História e da Cultura Visual. *Almanack*, Guarulhos, n. 25, 2020.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. A Abdica o de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do Primeiro Reinado. Tese de doutorado, UEP, Assis, 2007.

PARRON, T mis Peixoto. A política da escravidão no império do Brasil, 1826- 1865. Disserta o de Mestrado, USP, São Paulo, 2009.

PEDROSO, Margarida Maria Mendes. Petrópolis: De Povo o- Colônia a Eleva o   Categoria de Cidade. Um estudo sobre sua Forma o Urbana. Disserta o de Mestrado,

PUC, Rio de Janeiro, 2014.

PEIXOTO, Rafael Cupello. “Uma lei para inglês ver”: O marquês de Barbacena no jogo político do processo de elaboração da norma de 1831. Anais do 1º seminário Internacional “Brasil no século XIX”. 2014

PEREIRA, Ivone; PEREIRA, Renata Baesso. A formação de núcleos urbanos no Brasil Colônia: procedimentos para elevar freguesias a vilas na Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. Dossiê Brasil-África do Sul- Paranoá 18: *Cadernos de arquitetura e urbanismo*, 1969. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n18.2017.10>

PERES, Guilherme. Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Gráfica Shaovan LTDA, 2000.

PINTO, Ana Flavia Magalhães. Escritos de liberdade. Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. São Paulo: Editora Unicamp, 2019.

QUERINO, Manoel. O colono preto como fator de civilização brasileira. Afro-Ásia, número 13, 1980, p. 143-158

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Objeto gerador: considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. *Revista Historiar*, v. 8, n. 14, p. 70-93, 2016.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação objeto. O museu no ensino de História. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/regis-lopes-a-danac3a7c3a3o-do-objeto.pdf> p5 (acesso em 18/11/2021).

ROCHA, Jorge Luís. Memória Ferroviária de uma cidade. *Revista Pilares da História*, maio 2004, p. 43-53.

RESENDE, Regina Helena de Castro; VIANNA, Cátia Maria Souza de Vasconcelos. Almanaque de Petrópolis: O Palácio Imperial. n. 2. Petrópolis: Museu Imperial, 2010.

RESENDE, Regina Helena de Castro; KNIBEL, Carolina Moreira da Silva. Almanaque de Petrópolis: A estrada de ferro e as viagens de trem. N. 3. Petrópolis: Museu Imperial, 2012.

RESENDE, Regina Helena de Castro; KNIBEL, Carolina Moreira da Silva. Almanaque de Petrópolis: Memórias da educação em Petrópolis. N. 4. Petrópolis: Museu Imperial, 2015.

RESENDE, Regina Helena de Castro; KNIBEL, Carolina Moreira da Silva. Almanaque de Petrópolis: Os imigrantes e a formação de Petrópolis. n. 6. Petrópolis: Museu Imperial, 2018.

RIO, João do. A alma encantadora das ruas. 1908. Disponível em: Microsoft Word - alma\_encantadora\_das\_ruas.rtf (dominiopublico.gov.br)\_

RODRIGUES, Leandro Garcia. D. Pedro II e Marília de Dirceu: aproximações. In anuário do Museu Imperial, Petrópolis: Museu imperial, 2020.

RODRIGUES, J. W. Fardas do Reino Unido e do Império. Separata do Anuário do Museu Imperial. Petrópolis: Museu Imperial, 1950.

SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral. Entre bailes e batuques: a corte “afrancesada” de D. Pedro II. In: XIII Encontro Estadual da ANPUH: História e Historiografia: Entre o Nacional e o Regional, 2008, Guarabira-PB.

SANT’ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 49-58.

SANTOS, Francisco Marques dos. O leilão do Paço de S. Cristóvão. In: Anuário do Museu Imperial. Petrópolis, 1940.

SANTOS, Magaly de Oliveira Cabral. Lições das coisas (ou canteiro de Obras) através de uma metodologia baseada na Educação Patrimonial. Dissertação de Mestrado, PUC-RIO, 1997.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A escrita do passado em Museu Históricas. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu Imperial: A construção do Império pela República. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 115-135.

SANTOS, Joaquim Eloy Duarte dos. Estações de trem de Petrópolis. Instituto Histórico de Petrópolis. 24/04/1996. Disponível em: <http://ihp.org.br/?p=4395> (acesso em 18/05/2021)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As Barbas do Imperador. São Paulo: Companhia das Letras,

1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, nº53, p117-149, março/maio 2002.

SILVA, Eduardo. As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. Fundação Casa Rui Barbosa. 1999. Disponível em: [http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB\\_EduardoSilva\\_Cameli as\\_Leblon\\_abolicao\\_escravatura.pdf](http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_EduardoSilva_Cameli as_Leblon_abolicao_escravatura.pdf) (acesso em 18/05/2021)

SILVA, Lucas Ventura da. Patrimônio Documental sobre escravidão. *Revista Eletrônica Discente do Curso de História* – UFAM, volume 4, número 1, ano 4, 2020. p 144-163.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. De Grande Iguaçu à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região. XII Congresso Brasileiro de História Econômica. ABPHE, 2017.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela História. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*. V:3, n.5, jul-dez 2013.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Baixada Fluminense como vazão demográfico? População e território no antigo município de Iguaçu (1890/1910). *Revista brasileira de Estudos de População*. Belo Horizonte, v. 24, n.2, p. 415-425, maio/ago. 2017.

SILVA, Renata Aquino da. Processos Identitários e Práticas culturais de Afro-brasileiros: um estudo sobre os movimentos negros e os negros em movimento. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SILVEIRA FILHO, Oazinguito Ferreira da. Escravismo e Abolição em Petrópolis. Instituto Histórico de Petrópolis, 03/12/2011. Disponível em: [http://www.ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/ofsf20111203a.htm](http://www.ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/ofsf20111203a.htm). Acesso em 12/08/2021.

TAUNAY, Affonso de E. História do café no Brasil Volume 1. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. NATAL, VILA OU CIDADE?. *Mercator*. Fortaleza, v.

18, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.4215/rm2019.e18001>> (acesso em 18/10/2021).

VERSIANI, Maria Helena. Criar, ver e pensar: um acervo para a República. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2018.

VILLALTA, Luís Carlos. 1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

WREGGE, Rachel Silveira. A educação escolar jesuítica no Brasil-Colônia: uma leitura da obra de Serafim Leite "Historia da companhia de Jesus no Brasil". Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 1993.

ZANATTA, Eliane Marchesini. Museu Imperial, Metodologias de Conservação e Restauração aplicadas às coleções: uma narrativa. Dissertação de Mestrado, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2011.